

142

# ARQUITECTOS



**WORKSHOP DE ARQUITECTURA**  
*"Projectar em Lisboa"*

142

# PROMOÇÃO

## PLOTTERS HP

PROIDEIA

até  
**31**  
de Março

### HP DRAFTPRO PLUS



**A4 até A1 555.000 Esc**

Papel vegetal e polyester; 8 canetas; Buffer: 1MB;  
Resolução de 0,025mm; Velocidade: de 110cm/s aceleração 3g;  
3 anos de Garantia.

**A4 até A0 757.500 Esc**

Velocidade: A0 < 6 min

### HP DESIGNJET 220\*



**A4 até A1 432.000 Esc**

Monocromático; Papel vegetal e polyester;  
Resolução de 600 p.p.p; Velocidade: A1 < 3min.  
Buffer: 2MB expansíveis até 10MB; 1 anos de Garantia.

**A4 até A0 576.000 Esc**

Velocidade: A0 < 6 min

### HP DESIGNJET 600



**A4 até A1 796.000 Esc**

Monocromático; Papel vegetal e polyester;  
Resolução de 600 p.p.p.; Velocidade: A1 < 3 min.;  
Buffer: 4MB expansíveis até 20MB; 1 anos de Garantia.

**A4 até A0 960.000 Esc**

### HP DESIGNJET 650 C



**A4 até A1 1.112.000 Esc**

Cor; 4 cartuchos; Resolução de 600 p.p.p. monocromático e  
300 p.p.p. a cores; Velocidade: Preto 6 min./A0 e cores 9 min./A0;  
Buffer: 4MB expansíveis até 68MB; 1 anos de Garantia.

**A4 até A0 1.320.000 Esc**

\* Encomendas até 28/02/95  
Desconto de 25%

HP DESIGNJET 220	
A4 até A1	405.000 ESC.
A4 até A0	540.000 ESC.

Distribuidores  
Autorizados DLI  
Para Campanha das  
Plotters

**Coimbra**

ISOCAD, Lda

Tel: (039) 99 14 03

Fax: (039) 99 14 03

SEPRIN Informática, Lda

Tel: (039) 48 24 31/48 34 03

Fax: (039) 48 20 84

**Lisboa**

ADMEI, Lda

Tel: (01) 396 06 61

Fax (01) 397 98 95

EURO-D, Distribuição

Informática, SA.

Tel (01) 417 23 68/9

Fax (01) 417 22 99

S.T.T.E.I., Lda

Tel: (01) 795 59 74

Fax (01) 797 17 82

**Setúbal**

MUNDISOFT, Lda

Tel: (065) 30 375/3

Fax: (065) 30 320

**Porto/Zona Norte**

INMAIA Informática, Lda

Tel: (02) 941 09 11/ 65 86

Fax: (02) 941 09 11

M.E.D.I.L., Lda

Tel: (052) 45 043

Fax: (052) 47 262

NORDINFOR Soluções

Informáticas Lda.

Tel: (073) 33 11 13/33 14 12/33 19 25

Fax: (073) 33 14 75

**DLI**  
Distribuição

O SEU GROSSISTA  
PARA INFORMÁTICA PESSOAL

HP HEWLETT  
PACKARD  
Grossista

HP HEWLETT  
PACKARD

Grupo Unipapel

Alameda

Lisboa: Tel.: (01) 417 23 06/07/08/09/10 - Fax: (01) 417 23 11 - BBS: (01) 417 45 54

Porto: Tel.: (02) 600 49 63 - 600 50 70 - Fax: (02) 609 29 03

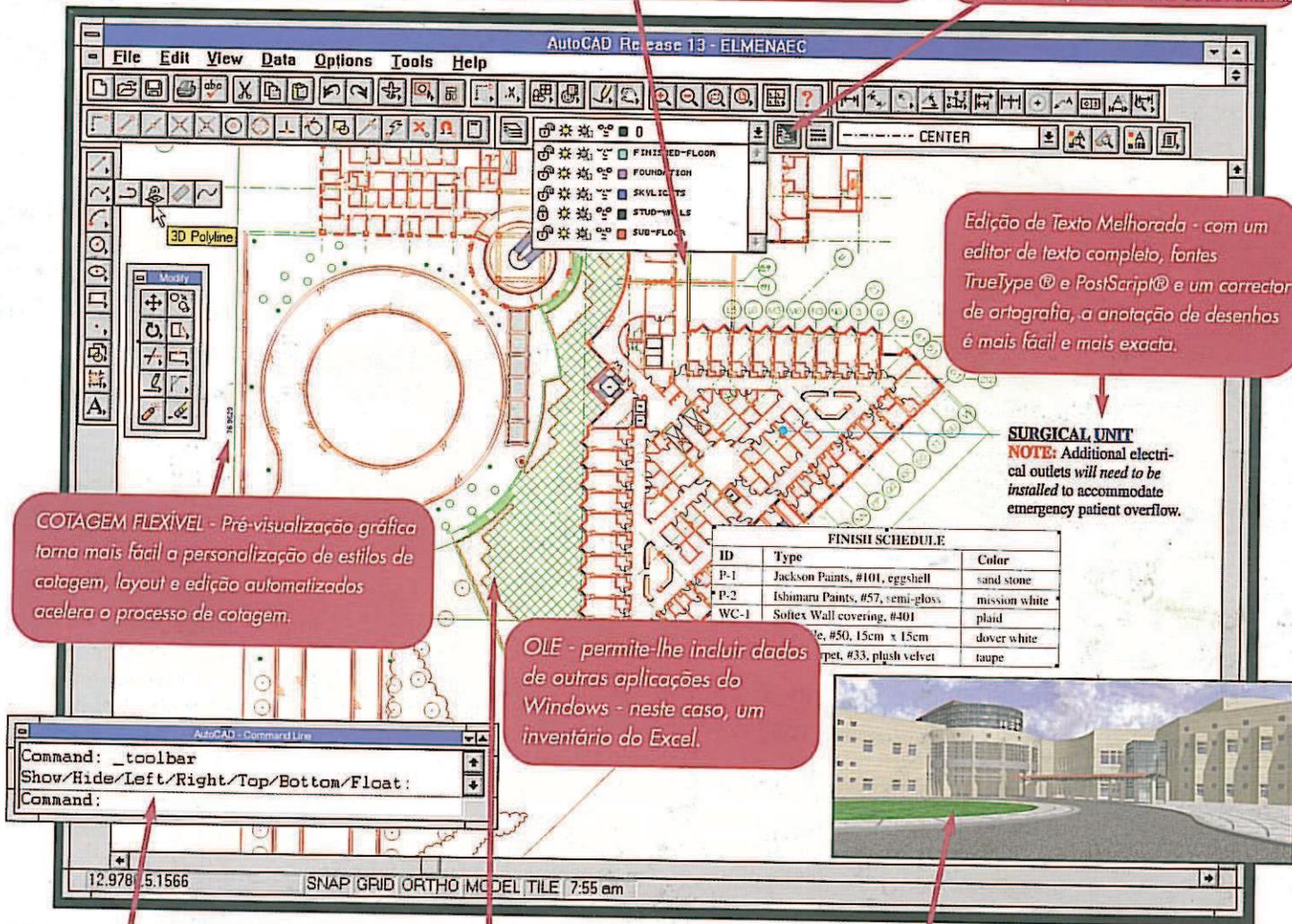
Os Preços anunciados não incluem: IVA à taxa de 17% - Condições de pronto pagamento - Os preços anunciados já incluem o desconto.

# Apresentação do AutoCAD Versão 13. O AutoCAD mais poderoso de sempre.

**INTERFACE INTUITIVO** - aumenta a sua pericia em Windows, dando-lhe acesso imediato (através de barras de ferramentas e ajudas) às características que geralmente mais utiliza.

**MULTILINHAS & LINHAS-TIPO** - utilize a característica de linha paralela múltipla para desenhar paredes e limpar intersecções automaticamente. Melhora a qualidade de desenho com linhas-tipo que podem incorporar formas e texto.

**BARRA DE FERRAMENTAS COM PROPRIEDADES DE OBJECTOS** - acesso rápido a propriedades de objectos tais como layers e linhas-tipo. Permite-lhe alterar parâmetros directamente a partir da barra de ferramentas.



**COTAGEM FLEXÍVEL** - Pré-visualização gráfica torna mais fácil a personalização de estilos de cotação, layout e edição automatizados acelera o processo de cotação.

**OLE** - permite-lhe incluir dados de outras aplicações do Windows - neste caso, um inventário do Excel.

**Edição de Texto Melhorada** - com um editor de texto completo, fontes TrueType® e PostScript® e um corrector de ortografia, a anotação de desenhos é mais fácil e mais exacta.

**SURGICAL UNIT**  
**NOTE:** Additional electrical outlets will need to be installed to accommodate emergency patient overflow.

**JANELA DE COMANDOS** - continuará a ter acesso directo à linha de comando, agora uma janela flutuante ou fixa que suporta as características de "apagar" e "inserir" do Windows (Cut e Paste).

**TRAMA ASSOCIATIVA** - sempre que as fronteiras são alteradas é actualizada automaticamente; terminou o processo fastidioso de redesenho de tramas.

**RENDERINGS MAIS RÁPIDOS** - torna mais fácil criar e apresentar pré-visualização de protótipos. O AutoVision v. 2 trabalha juntamente com a Versão 13 do AutoCAD para construir renderings fotorealistas tais como este.

O novo AutoCAD® Versão 13 tem mais capacidades, novas características e melhoramentos do que aquelas que lhe podemos apresentar aqui. E está disponível através de uma licença multiplataforma para Windows™, Windows NT® e MS-DOS®. Que mais poderia Desejar? Que tal um demonstrativo e um preço de "upgrade" muito especial até 30 de Abril

 **Autodesk**

de 1995! Para obter a diskette de demonstração contacte o "Dealer Autorizado Autodesk" mais próximo de si ou a Micrograf através do telefone (02) 937 91 77 ou do fax (02) 937 91 76.

**MICROGRAF**  
Distribuidor único  
AutoCAD + 3DStudio

© Copyright 1994 Autodesk, Inc. All rights reserved. Autodesk, the Autodesk logo, and AutoCAD are registered trademarks, and AutoVision is a trademark, of Autodesk, Inc. MS-DOS and Windows NT are registered trademarks, and Windows is a trademark, of Microsoft Corporation. All other brand names, product names, or trademarks belong to their respective holders. Elmendorf Air Force Base Medical Facility 2D architectural, engineering, and construction drawings created by Anderson DeBartolo Pan (ADP). Site plan and landscape design created by Dowd Engineers for Anderson DeBartolo Pan (ADP). 3D extrusions and AutoVision rendering created by Autodesk Marketing Support.

# O seu telhado e Roofmate PT: O par mais sólido.



No sistema de coberturas inclinadas, um novo isolamento térmico destaca-se para além dos outros: placas azuis de poliestireno extrudido, **Roofmate \*PT**. O **Roofmate \*PT**, com a qualidade que caracteriza o resto dos produtos do Plano Styrofoam\*, é fácil de instalar e possui excelentes qualidades de isolamento a longo prazo assim como uma alta resistência à humidade. Ligue-nos directamente ou envie-nos hoje mesmo este cupão e, em breve, conhecerá os detalhes deste produto com acabamento superficial acanalado para evitar possíveis desligamentos das argamassas, resultando um sistema monolítico com as telhas.

Mais uma solução que a Dow põe nas suas mãos para formar, com os seus telhados, o par mais sólido, por muitos anos.

O Plano Styrofoam\* - apoiado em mais de 25 anos de eficiência comprovada em isolamento térmico.



\* Marca Registrada • The Dow Chemical Company



Produto livre de CFC,  
de acordo com o  
protocolo de Montreal

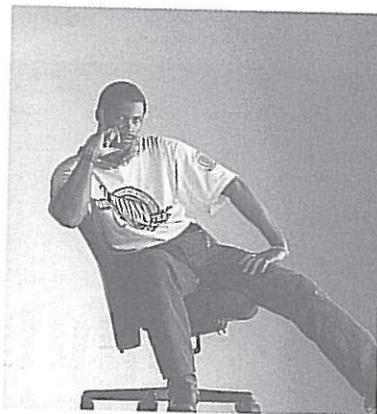
(01) 57 89 55



*ligue-nos*

✂  
Dow Portugal, Rua Rodrigues Sampaio, 97, 4º - 1100 LISBOA  
Tel.: 57 89 55/356 25 34 - Fax: 315 08 20 - Telex 12682  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Companhia: \_\_\_\_\_  
Morada: \_\_\_\_\_  
Código Postal: \_\_\_\_\_  
Tel.: \_\_\_\_\_  
Telex: \_\_\_\_\_  
JA 94 PT

**não importa quem és**



DISTRIBUIDORES DE :

VITRA cadeiras e mobiliário de escritório

CITERIO armários e divisórias

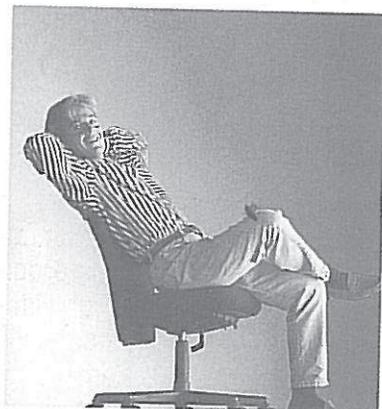
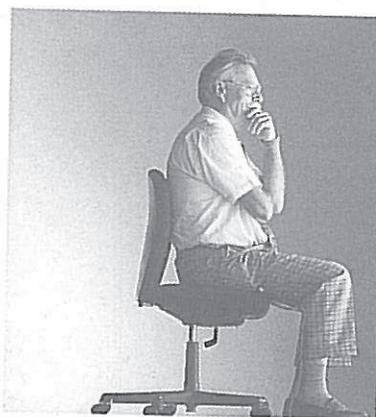
IREN UFFICI mobiliário de escritório

ARESLINE cadeiras de escritório

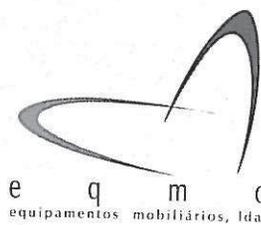
MECO mobiliário de escritório



**o que fazes**



**como o fazes**



**vitra.**



Rua Óscar da Silva, 2243

Leça da Palmeira

Apartado 3107

4456 Matosinhos Codex

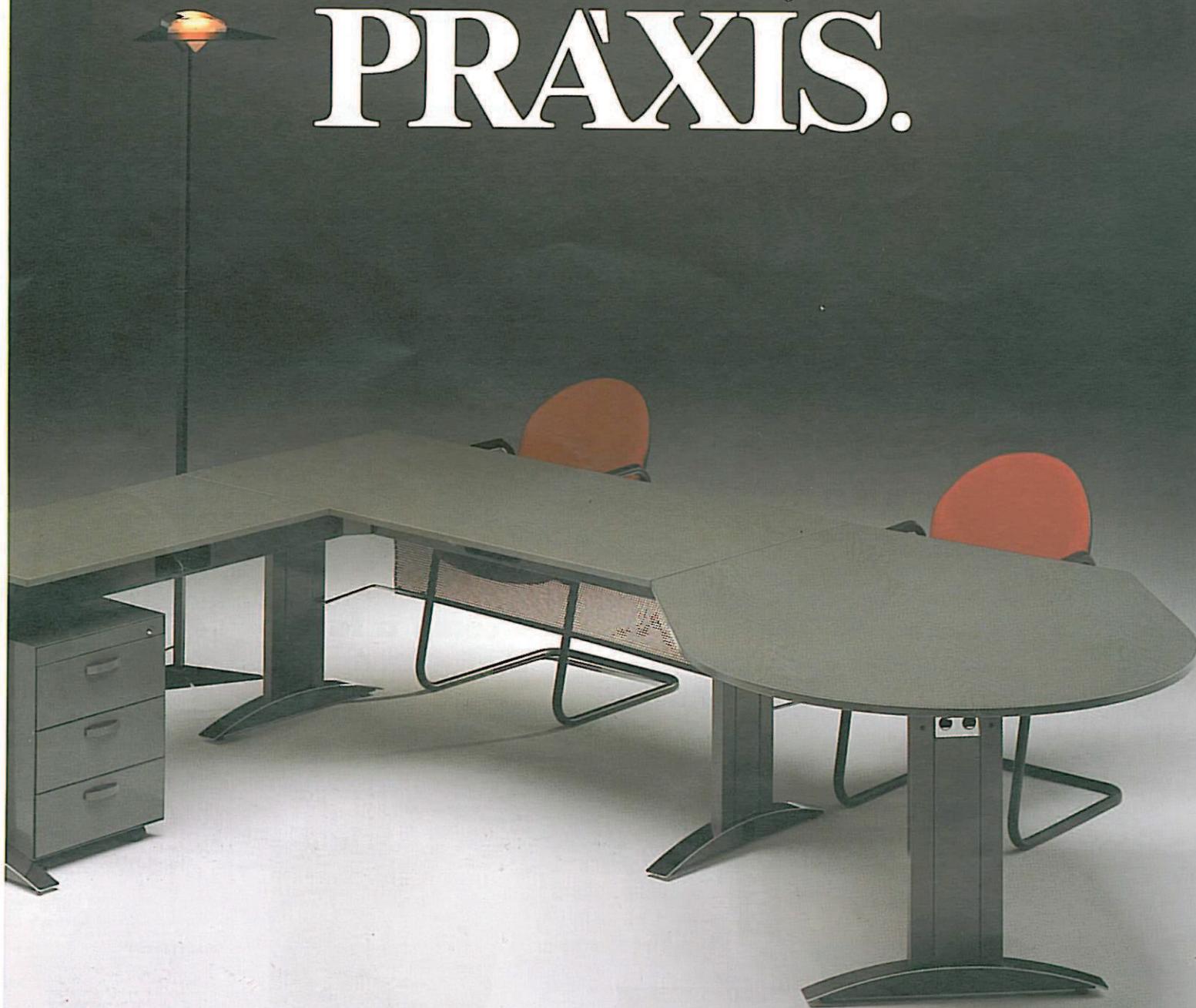
Portugal

Telefone (02) 9958110

Fax (02) 9953228

**o importante é que te sintas bem**

# A SOLUÇÃO PRÁXIS.

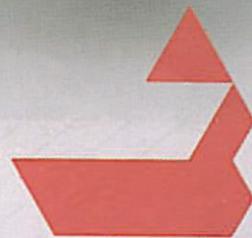


**Linha estruturante dos espaços  
não confinados.**

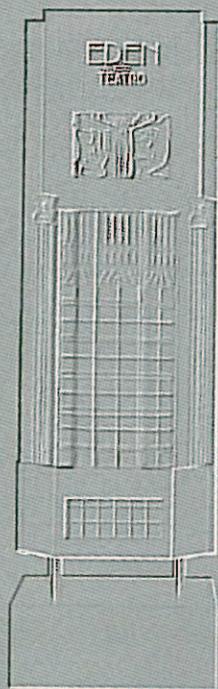
**Sistema funcional para um novo  
conceito de espaço.**

## PRÁXIS

## LONGRA



A CULTURA DO ESPAÇO

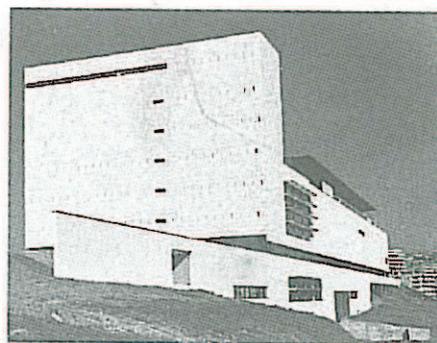


# Prémio Secil de Arquitectura 94

Arquitecto  
João Carrilho  
da Graça

O Sr. Arquitecto João Carrilho da Graça, com o seu projecto para a Escola Superior de Comunicação Social, foi distinguido com o Prémio Secil de Arquitectura 1994.

Endereçamos-lhe os nossos parabéns por uma Obra que, dentro do espírito que preside ao mecenato Secil, bem dignifica o património arquitectónico português.

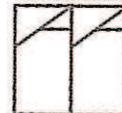


Escola Superior de Comunicação Social  
(Benfica-Lisboa)



Cimento de Qualidade  
Produtos de Prestígio

ASSOCIAÇÃO  
ARQUITECTOS  
PORTUGUESES



Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

# Roca

## O Escantilhão de Símbolos Gráficos Roca de Artigos Sanitários



### Agora em Diskette

Instalação automática para  
Autocad, Dos, Windows  
e Macintosh

### OFERTA GRATUITA

Pedidos:

**Roca**

Rua José Duarte Lexim, Lt. 6  
2675 ODIVELAS  
Telef. 01-937 76 67/937 55 39 Fax 937 54 05

## AQUI MORA O PARCEIRO IDEAL DO SEU AMBIENTE DE TRABALHO

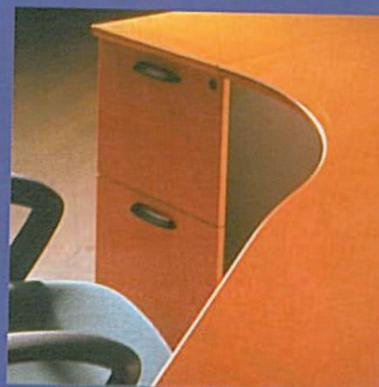
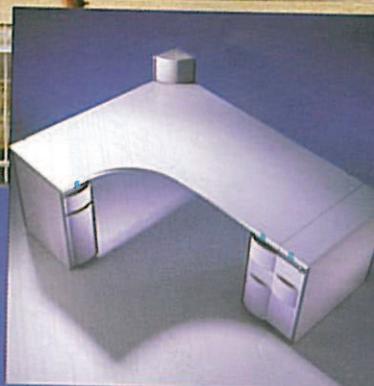


### **Steelcase Strafor – o líder mundial do mobiliário de escritório está entre nós.**

Presente em todos os continentes, do Canadá ao Extremo-Oriente, o líder mundial do ambiente de trabalho terciário marca presença em Portugal.

Em Lisboa, a Steelcase Strafor tem soluções para todos os tipos de arquitectura, espaço, necessidades, funções e orçamentos. Ergonomicamente concebidas, todas as linhas de mobiliário Steelcase Strafor, foram projectadas por equipas que integram talentos do design e da arquitectura. A sua obra está em permanente exposição no Show Room no Edifício Suécia II em Carnaxide.

Venha ajuizar a qualidade das suas criações e o rigor de construção e acabamentos. Só mesmo um arquitecto pode avaliar com mestria o trabalho de outro arquitecto.



# Steelcase Strafor

Av. do Forte nº 3 – Edifício Suécia II  
Piso 4 Ala B – Carnaxide 2795 Linda-a-Velha  
Tel. 417 26 28 – Fax 417 26 32

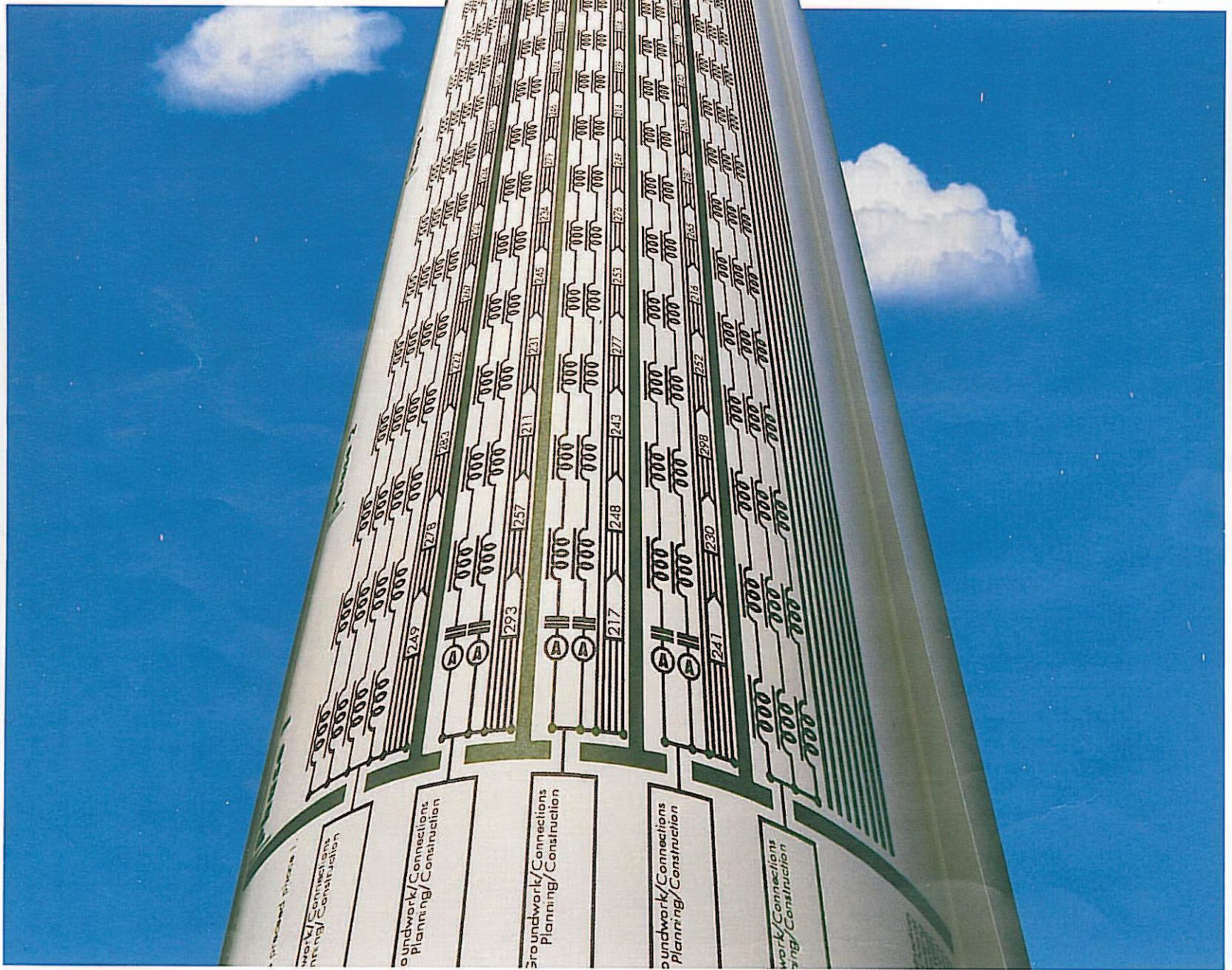
Grupo Steelcase Strafor

# Nova HP DesignJet 220.

## Chegue mais alto dez vezes mais depressa.

Se está a pensar comprar uma "plotter" de canetas para desenho a preto e branco, o melhor é conhecer primeiro a nova HP DesignJet 220. Antes de mais, repare na velocidade: para fazer um desenho em A1 um pouco mais complexo, uma "plotter" de canetas leva cerca de 25 minutos - esta DesignJet faz o mesmo trabalho em menos de dois minutos e meio, e sem qualquer supervisão. Faz o mesmo trabalho, não: faz melhor. Com a resolução de 600

dpi e a tecnologia de jacto de tinta da Hewlett Packard, verá que as linhas, as letras e as sombras se constroem mais facilmente, e com uma definição muito superior. Quanto a preço, admire-se: a nova HP DesignJet 220 não custa mais que uma "plotter" de canetas de gama baixa. Na execução daqueles desenhos técnicos a preto e branco que exigem alta qualidade, já nada o impede de optar pela via mais rápida.



À HEWLETT - PACKARD PORTUGAL, S.A.  
Rua Gregório Lopes, Lote 1732 - A - 1400 Lisboa  
Enviem-me informações sobre a DesignJet 220.

Nome: \_\_\_\_\_  
 Empresa: \_\_\_\_\_  
 Morada: \_\_\_\_\_  
 Código Postal: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ JAR



 **HEWLETT  
PACKARD**

## EDITORIAL

Uma organização profissional de Arquitectos não serve apenas para defender o exercício da profissão e desenvolver acções imediatas junto aos poderes instituídos.

Nela cabem a reflexão, a recolha e troca de informação, o debate e a valorização, a partir dos conhecimentos que constituem a Disciplina da Arquitectura.

Ao organizar o Workshop de Arquitectura "Projectar em Lisboa" no âmbito da Capitalidade da Cultura Europeia de que a cidade foi centro em 1994, a AAP (Conselho Directivo Regional Sul) cumpriu essa sua vocação, juntando jovens arquitectos de vários países, e monitores com maior ou menor experiência profissional e docente, também de vários países, fazendo-os reflectir projectualmente sobre uma zona de Lisboa, urbe bem necessitada de acontecimentos como estes.

O JA ao publicar agora alguns trabalhos e balanços de alguns monitores (nem todos quiseram ou puderam participar nesta publicação e não havia espaço para todos os trabalhos), cumpre a necessária divulgação do Workshop, para além da exposição que se realizou recentemente nos Banhos de S. Paulo.

Michel Toussaint

10

Pensar Projectualmente a 7ª Colina

12

O Cais do Sodré

14

A Cerca Fernandina

15

O Largo de S. Mamede

16

O Largo do Rato

18

Grupo Jorge Carvalho/David Chipperfield

26

Grupo Fernando Hipólito/João Rapagão/José

Martínez-Lapeña

32

Grupo Alexandra Gesta/José Aguiar/Maria José

Abrunhosa

40

Grupo Gonçalo Byrne/Manuel Mateus/Tony Fretton

44

Grupo Adalberto Dias/José Gigante

52

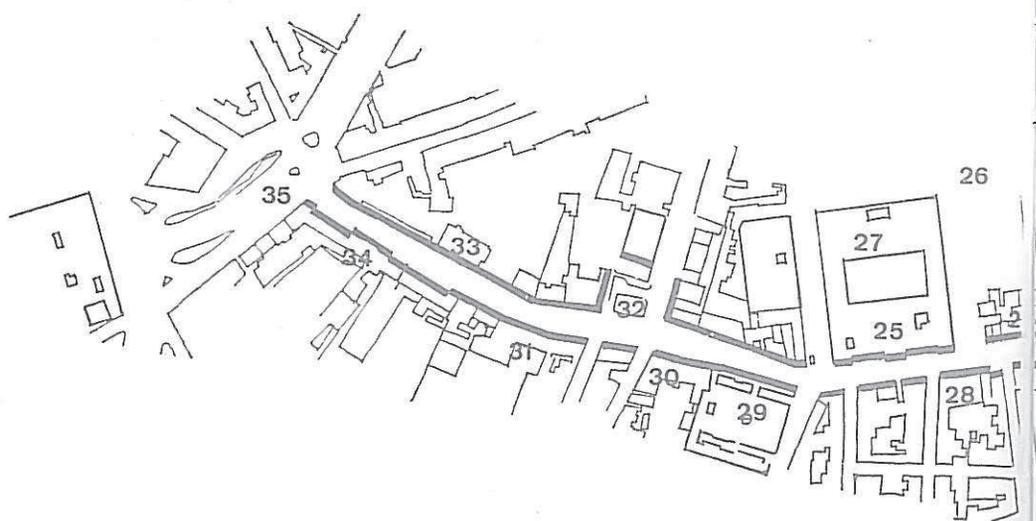
A Revolta de Delalus

54

Afinal a Arte

142  
DEZEMBRO DE 1994

## Pensar Projectualmente a 7ª Colina



Michel Toussaint

10

Lisboa, antiga cidade no extremo Ocidente da Europa teve os seus momentos faustosos, foi o centro europeu do comércio com a Ásia primeiro, e depois com o Brasil sendo também capital do Reino, para, mais tarde, incorporar a ideia de Nação apoiada no Estado. A Ditadura personalizada em Oliveira Salazar ainda quis fazer dela a mais importante cidade de um mirífico império que se estenderia até Timor e que, afinal, não passou de um compasso de espera para outros interesses.

E a cidade foi crescendo, transformando-se, sujeita também a batalhas e à fúria dos elementos naturais. Reconstruiu-se, acumulou marcas de todos os tempos, uns imemoriais e quase míticos, outros bem visíveis.

Hoje, apesar da degradação e do caos dela própria e da Área Metropolitana de que faz parte, ainda é muito prezada. Muitos dos que a visitam extasiaram-se perante a beleza natural do sítio onde está implantada, perante a presença extensa e rica dos testemunhos do passado romano, árabe, medieval, renascentista, chão, joanino, pombalino, popular ou erudito, mas esquecem o século XIX e XX menos prestigiado porque mais recente, porque Lisboa e o país se tornaram francamente marginais no contexto europeu, apesar dos esforços de alguns, apesar de podermos admirar os traçados rectilíneos de Ressano Garcia e do seu gabinete camarário, a estranha praça de touros cujos bolbos

já foram azuis com estrelas douradas, a ordenação do Estado Novo modernista/nacionalista e a afirmação da nova geração dos anos 40 que, dentro duma estrita disciplina urbana imposta por Duarte Pacheco soube produzir, através do crivo do Movimento Moderno, uma alternativa que ainda hoje admiramos. Depois enfraqueceu a vontade do Estado Novo. A industrialização definitiva fez engordar repentinamente a cidade, e os modelos arquitectónicos/urbanos foram-se estafando em paralelo com um país cada vez mais cansado.

Foi nesta cidade, mas sobre um eixo urbano a que José-Augusto França em tempos chamou de romântico, e que a Lisboa Capital da Cultura resolveu eleger como zona fulcral para o que apelidou de Intervenção Urbana, que os participantes do Workshop de Arquitectura "Projectar em Lisboa" se debruçaram.

Por iniciativa do Conselho Directivo Regional Sul da AAP e com o apoio da Sociedade Lisboa 94, da Fundação Cidade de Lisboa e das duas escolas de Arquitectura existentes na cidade (pelo menos já consolidadas) e com alguns patrocínios, o workshop existiu com a presença de jovens arquitectos sobretudo portugueses e italianos e alguns espanhóis, um alemão e um grego, tendo como monitores arquitectos mais ou menos prestigiados, com maior ou menor experiência profissional, mas igual-

mente vindos de vários países europeus com uma preponderância portuguesa.

O eixo romântico de José-Augusto França, agora chamado de 7ª Colina pela Lisboa 94, acabou assim por ser objecto projectual de muitos arquitectos desejosos de exercê-la, de conhecer esse pedaço de cidade e conceber propostas de intervenções sob a óptica da Arquitectura, no pressuposto que seria necessário regenerar tecidos urbanos em decadência, terrenos abandonados, espaços públicos maltratados ou interiores de quarteirões, numa zona cuja qualidade patrimonial é evidente.

Se aquele historiador de Arte a apelidou de Eixo Romântico ou a Lisboa 94 de 7ª Colina, ela não é um todo homogéneo, se bem que se desenvolva ao longo de uma sequência de espaços urbanos que nem a margem do rio Tejo ao cruzamento de caminhos que o Largo do Rato sempre foi.

O Cais do Sodré, com a estação

de caminhos de ferro (1928) de Porfirio Pardal Monteiro mostra o avanço oitocentista sobre as águas do rio, e a Praça Duque da Terceira antigamente banhada pelo Tejo e por isso mesmo aberta a ele é início da rua da Misericórdia, sendo o todo de desenho pombalino até ao Largo Luís de Camões, mas com um largo terreno vazio, à direita de quem sobe, onde vários edifícios foram demolidos e, por se terem descoberto vestígios da muralha fernandina da Lisboa medieval, assim ficou à espera de não se sabe o quê. Para estes dois sítios alguns estudos podem ser observados.

Dolargo Luís de Camões até ao largo da Misericórdia, vai-se ao longo do limite do Bairro Alto cujas ruas foram traçadas no século XVI como extensão planeada da cidade dos Descobrimentos, bairro novo muito prezado por Nobres e Burgueses. Neste largo a igreja da Misericórdia preciosa pela sua larga nave e capelas (Afonso Álvares e Baltazar Álvares – terceiro quartel de quinhentos) aperta o percurso que, subitamente se alarga junto ao elevador da Glória e jardim de S. Pedro de Alcântara enquadrado pela frente de palácios e um convento, ilustrando quatro séculos de arquitectura lisboeta.

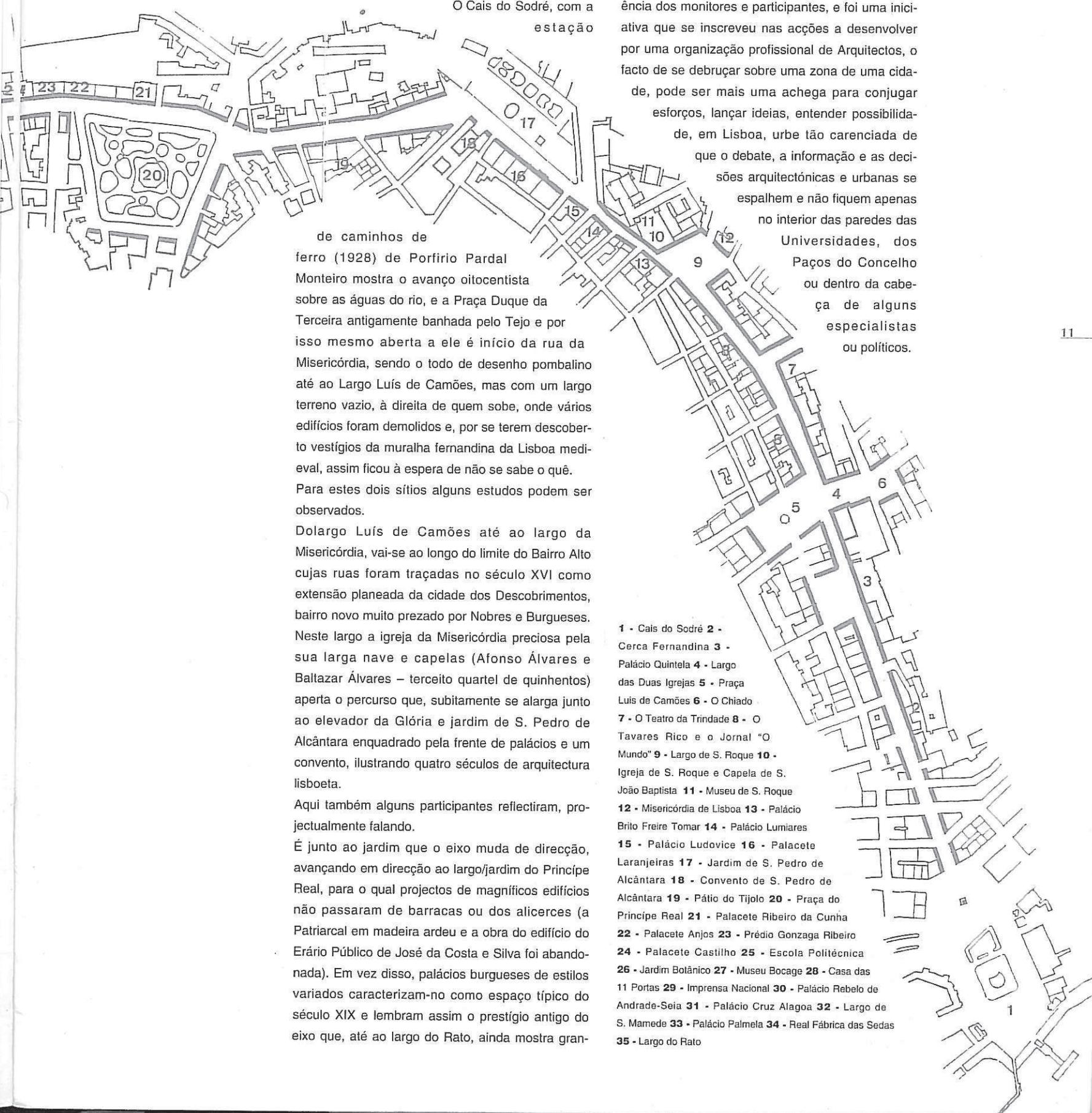
Aqui também alguns participantes reflectiram, projectualmente falando.

É junto ao jardim que o eixo muda de direcção, avançando em direcção ao largo/jardim do Príncipe Real, para o qual projectos de magníficos edifícios não passaram de barracas ou dos alicerces (a Patriarcal em madeira ardeu e a obra do edifício do Erário Público de José da Costa e Silva foi abandonada). Em vez disso, palácios burgueses de estilos variados caracterizam-no como espaço típico do século XIX e lembram assim o prestígio antigo do eixo que, até ao largo do Rato, ainda mostra gran-

des fachadas de moradas de prestígio de várias épocas, terminando entre o palácio Palmela e a antiga fábrica das sedas, a dar para aquele largo, que foi um dos fulcros da industrialização pombalina e hoje é um infernal cruzamento de vias cheias de automóveis, onde o peão poucos ou nenhuns direitos tem para além de poder permanecer no mais amplo passeio do lado Sul.

Eis outro local que atraiu a atenção dos participantes do Workshop, assim como o amplo quarteirão cujo "vértice" coincide com esse passeio do largo do Rato. Para o seu hoje desarrumado interior existem propostas de densa ocupação nas gavetas da Câmara Municipal. Será que os estudos saídos da cabeça destes jovens arquitectos poderão ajudar a reflectir?

E o Workshop de Arquitectura "Projectar Lisboa" serviu para enriquecer os conhecimentos e experiência dos monitores e participantes, e foi uma iniciativa que se inscreveu nas acções a desenvolver por uma organização profissional de Arquitectos, o facto de se debruçar sobre uma zona de uma cidade, pode ser mais uma achega para conjugar esforços, lançar ideias, entender possibilidades, em Lisboa, urbe tão carenciada de que o debate, a informação e as decisões arquitectónicas e urbanas se espalhem e não fiquem apenas no interior das paredes das Universidades, dos Paços do Concelho ou dentro da cabeça de alguns especialistas ou políticos.

- 
- 1 - Cais do Sodré 2 - Cerca Fernandina 3 - Palácio Quintela 4 - Largo das Duas Igrejas 5 - Praça Luís de Camões 6 - O Chiado 7 - O Teatro da Trindade 8 - O Tavares Rico e o Jornal "O Mundo" 9 - Largo de S. Roque 10 - Igreja de S. Roque e Capela de S. João Baptista 11 - Museu de S. Roque 12 - Misericórdia de Lisboa 13 - Palácio Brião Freire Tomar 14 - Palácio Lumiares 15 - Palácio Ludovice 16 - Palacete Laranjeiras 17 - Jardim de S. Pedro de Alcântara 18 - Convento de S. Pedro de Alcântara 19 - Pátio do Tijolo 20 - Praça do Príncipe Real 21 - Palacete Ribeiro da Cunha 22 - Palacete Anjos 23 - Prédio Gonzaga Ribeiro 24 - Palacete Castilho 25 - Escola Politécnica 26 - Jardim Botânico 27 - Museu Bocage 28 - Casa das 11 Portas 29 - Imprensa Nacional 30 - Palácio Rebelo de Andrade-Seia 31 - Palácio Cruz Alagoa 32 - Largo de S. Mamede 33 - Palácio Palmela 34 - Real Fábrica das Sedas 35 - Largo do Rato

## Cais do Sodré / Praça Duque da Terceira\*

Helder Carita

12

O actual nome desta praça é uma atribuição camarária dos finais do século XIX. O povo manteve por tradição e denominação de Cais do Sodré, termo que se estende a toda a área envolvente da Praça. A memória do duque da Terceira, que nas guerras liberais comandou as tropas constitucionais no desembarque em Lisboa, permanece no entanto na estátua que que ergue no centro.

A família Sodré estava radicada neste local desde o início dos descobrimentos e intimamente ligada ao comércio marítimo e ao dia a dia desta zona portuária. De origem inglesa, os Sodré tinham chegado a Portugal durante o século XV, ligando o seu nome a outros comerciantes estrangeiros.

Após o Terramoto, quando a zona foi reconstruída com um novo desenho urbano, os Sodré permaneceram no sítio habitando largos anos no grande edifício pombalino do lado nascente da Praça. Nesta época o nome de Cais do Sodré referenciava sobretudo a área, sendo a nova praça pombalina designada por Remolares. Esta toponímia resultava directamente dum largo que tinha existido aí e que pela sua centralidade e importância no século XVII passou a referenciar também a área como Bairro dos Remolares.

Tal como Sodré, Remolares evocava a época dos descobrimentos e esta zona portuária, ligada à Ribeira das Naus e à construção e reparo de caravelas e galeões. Etimologicamente, a palavra "remolares" designava no século XVI os carpinteiros especializados na manufactura de remos.

A feição urbana do Bairro dos Remolares, cuja origem remonta ao início do século XVI, era completamente diferente do que é hoje: um conjunto de estreitíssimas ruas mais ou menos paralelas e orientadas perpendicularmente ao Tejo, entre o que foi o grande palácio dos Corte

Real e o Largo de S. Paulo. A planta do Bairro dos Remolares se não aparece na carta de Lisboa de João Nunes Tinoco, foi levantada por Valentim de Freitas imediatamente após o Terramoto. Sem o carácter regular da malha ortogonal do Bairro Alto, sente-se no seu traçado uma tentativa de adopção do quarteirão como unidade urbana mínima, em oposição ao urbanismo medieval, desenvolvendo-se continuamente ao longo da rua. Estes quarteirões, construídos na antiquíssima praia de Cata-que-farás, directamente sobre areais formados pelo assoreamento do Tejo, constituíam-se como um prolongamento do porto de Lisboa e da então recente Ribeira das Naus.

Fora das muralhas da cidade e propriedade da coroa, estes terrenos foram sucessivamente doados por D. Manuel a grandes armadores e comerciantes, muitas vezes estrangeiros, principais financiadores das suas expedições marítimas e suporte dum império que se alargava pelas Áfricas, Américas e Índias.

Cata-que-farás, nome do bairro no século XVI, tornou-se rapidamente num local privilegiado das gentes ligadas às fainas do mar e ao comércio marítimo. No Livro de Lançamento [...] da cidade de Lisboa de 1565 aqui vemos morarem, além de ricos comerciantes portugueses, italianos, flamengos, ingleses e franceses, capitães de naus, pilotos de carreira, a par de pequenos artífices e marinheiros.

Cata-que-farás no século XVI, Remolares ainda no século XVI e primeira metade do século XVII, Cais do Sodré depois do Terramoto, a zona será durante séculos o lugar de quem chega e parte, o ponto de habitual reunião de estrangeiros e marítimos, maraus, moços de saco, da ceirinha e outros, segundo o cronista do século XVI Baltazar Teles.

Muito mais tarde, em 1862, ainda um oficial inglês, autor de uma Descrição de Lisboa,

escreve: "o Cais do Sodré é o lugar de encontro ao fim da tarde dos mercadores de todas as nações, judeus, turcos e cristãos ali se vêem em chusma a falar de negócios". Como lugar central da zona portuária lisboeta era natural que Cata-que-farás Remolares fosse também o local privilegiado em Lisboa para as mais famosas hospedarias, casas de pasto e tabernas, e já outro estrangeiro, agora francês, autor da Descrição de Lisboa de 1730, refere-se a Remolares escrevendo: "as boas hospedarias, quase todas francesas, inglesas e holandesas são caríssimas. Na melhor, que é francesa, situada à beira do Tejo, num pequeno largo chamado Remolares, levam 6 francos por dia". Na mesma época um autor português, Tomás Pinto Brandão, refere no largo duas casas de pasto famosas, uma de Monsieur Bró e outra duma Madame Mantelle.

Emaranhado de ruas estreitas, junto às margens do Tejo, lugar de marinheiros e gentes das mais variadas nacionalidades e origens, era natural que o lugar fosse conhecido também pelos seus maus costumes. Aqui as memórias escritas são mais vagas e as referências subentendidas. No século XVI Baltazar Teles fala de vários frequentadores do bairro de marinheiros, marítimos e outros. Quem seriam os outros? Em 1668 o príncipe regente D. Pedro mandou tapar os becos da zona a fim de evitar que por ali se praticassem descaminhos de direitos. Já no século XIX a Câmara Municipal vê-se obrigada a tomar providências, pois a falta de pudor transbordava a lugares de prestígio como o Terreiro do Paço, onde "mulheres das últimas classes pouco afeitas ao freio do pudor, e rapazes em completo estado de nudez iam banhar-se em pleno dia no cais". Se após o Terramoto as vivências do lugar não parecem alterar-se, o plano pombalino constituiu-se como uma radical alteração ao traçado urbano anterior, com uma solução urbanística de crucial importância ao nível da cidade. Até ao Terramoto a Rua do Alecrim, que descia do Loreto e das portas de St<sup>a</sup> Catarina, terminava antes de chegar às margens do Tejo. Impedia-lhe a continuação um morro escarpado que descia quase a pique a zona ribeirinha. O mesmo acontecia tanto a poente como a nascente da cidade, dificultando uma ampla ligação do porto com a cidade alta.

O plano urbanístico pombalino resolve a forte inclinação da vertente, prolongando a Rua do Alecrim numa espécie de ponte em dois grandes arcos sobre a Rua de S. Paulo e da Rua Nova do Carvalho.

A concretização do projecto mereceu especial atenção por parte do todo poderoso primeiro-ministro, que encarrega o seu irmão Paulo de Carvalho e Mendonça da administração das obras da Praça, a par de outras obras de primeira importância para a cidade, Como os Paços do Concelho, Depósito Público e Cais da Ribeira. Nesta política tanto o marquês como o seu irmão e ainda outros familiares, caso do morgado de Oliveira, constroem a seu custo grandes edifícios na zona. O nome da Rua Nova do Carvalho é a memória toponímica do

irmão do marquês que foi presidente do Senado da Câmara e inquisidor-mor.

Rigorosamente no eixo da Rua do Alecrim, a Praça de Remolares abre-se ao Tejo em forma de trapézio com dois grandes edifícios a contornarem a entrada, e outros dois a conformarem os lados. Embora de relativamente pequenas proporções, a Praça não deixava de ter uma forte unidade e claro valor urbanístico, que perdeu em parte com o aterro do porto de Lisboa e a sua extensão sobre o Tejo.

Os prédios, sobretudo os das faces laterais, podem-se considerar os mais puros exemplos do edifício pombalino. Com três andares, sendo o primeiro com janelas de sacada e o último quase ligado ao beirado dum telhado amplo, com janelas recuadas, os edifícios respeitam integralmente os planos aprovados pelo marquês.

No eixo de ligação entre o porto e a cidade alta, e desfrutando na época de uma magnífica vista sobre a barra do Tejo, o Largo de Remolares torna-se, a partir dos finais do século XVIII, e sobretudo no século XIX, num dos lugares mais à moda na vida citadina lisboeta.

Lady Jackson, outra visitante estrangeira que descreveu o lugar, refere, em 1873: "chegámos por fim aos Cais do Sodré, ou mais propriamente à Praça de Remolares... cercado de arvoredo... em todos os lados da Praça há cafés, bilhares e hotéis". A fama do Cais do Sodré como local de encontro torna-se tão forte que o termo de sala ou *foyer* dos teatros tomava o nome de Cais do Sodré.

Na sua preocupação de aformosamente das praças e largos lisboetas, a Câmara inaugura em 1877 a estátua do duque de Terceira, e, a par do Rossio, o pavimento também recebe um calcetamento de elaborado desenho, hoje perdido.

Os progressivos aterros para a construção do porto de Lisboa, nos finais do século XIX e princípios do século XX, diluem a pouco e pouco a situação privilegiada sobre as margens do Tejo de que a Praça desfrutava.

Nos terrenos conquistados ao Tejo, a construção do edifício da Administração do Porto de Lisboa, em 1906/7, e mais tarde a Estação de Caminho de Ferro, vão anular, por outro lado, a antiga unidade estética do conjunto.

Embora com um projecto de inegável qualidade, assinado pelo arquitecto Pardal Monteiro, a Estação, os edifícios em frente e a Avenida 24 de Julho retiram o carácter de privacidade e abertura ao Tejo de que a Praça gozava com o seu projecto pombalino.

A decadência espacial foi acompanhada pelo declínio em termos de local de encontro e ponto de reunião da vida mundana e política. Os hotéis foram substituídos por escritórios de empresas ligadas ainda ao comércio marítimo. Os cafés de luxo foram desaparecendo, retirando-se os bares nocturnos para a Rua de S. Paulo, como que envergonhados do que se passou. Um ou outro bar ou restaurante, como o Porto de Abrigo ou o English Bar, são algumas memórias dum antiquíssimo lugar outrora à beira-mar plantado.

## Cerca Fernandina\*

14

Encerrada em grande parte na sua cerca velha, a Lisboa da segunda metade do século XII teria uma área aproximada de 15 hectares, para uma população urbana de cerca de seis mil habitantes. Mas a cidade iria prosseguir o seu rápido crescimento para fora dos limites da cerca, inicialmente para nordeste, em torno do mosteiro de S. Vicente de Fora, e para sul, onde se desenvolvem o bairro de Alfama e a vizinha Judiaria, espaldadas na velha muralha. A expansão demográfica e urbanística é especialmente notável desde a segunda metade do século XIII até meados do século XIV, período em que apenas oito paróquias se estabelecem intramuros, para um total de quinze fora de portas.

Nos finais do século XIV, a área total da cidade era já sete vezes maior que a do burgo encerrado na antiga cerca. Perdido o interesse militar desta, Lisboa tornava-se vulnerável a qualquer investida, o que de facto ocorreria com incalculáveis prejuízos durante o autêntico saque da cidade pelo Rei Henrique de Castela, em 1373. Daí resultará a decisão de D. Fernando de cercar a cidade com nova muralha, rapidamente construída entre 1373 e 1375.

A nova cerca, constituída por duas bolsas ladeando a nascente e a poente a antiga muralha, abrangia uma área aproximada de 103 hectares (seis vezes superior à do núcleo primitivo), calculando-se que, à data da construção, a população nela encerrada rondasse os 65 mil habitantes. A extensão total da fortificação excedia os 5 quilómetros, com 77 torres, entre as quais se abriam 38 portas, na sua maioria dando acesso a áreas rurais ou francamente povoadas.

O troço ocidental (que do Castelejo subia até S. Roque através do Valverde, a norte do Rossio, descendo depois para sul até ao Corpo Santo e daí inflectindo ao longo da ribeira) abrangia uma área duas vezes superior à da bolsa oriental, que das alturas da Graça descia até ao Chafariz d'El-Rei. As duas principais portas do lanço ocidental, a de Santa Catarina (no actual Chiado) e a de Santo Antão (a norte do Rossio) definiam já os dois vectores básicos da evolu-

ção futura da cidade, cuja expansão se iria fundamentalmente processar, nos séculos seguintes, para norte e para ocidente.

Após a urbanização da zona intramuros da Pedreira, na sequência da edificação do Convento do Carmo, (1389), o grande surto urbanístico para fora da Cerca Nova, no sentido ocidental, inicia-se creca de 1513 com o loteamento do Bairro Alto de S. Roque, com o seu novo traçado regular, fronteiro ao troço de muralha entre a Porta de Santa Catarina, o Postigo da Trindade e a torre avançada de Álvaro Pais (junto à futura igreja de S. Roque). Assim, apesar da progressiva expansão urbana e da consequente perda da importância defensiva da muralha fernandina (que ainda em 1384 salvará a cidade e o país das tropas castelhanas), esta irá condicionar definitivamente a estrutura urbanística lisboeta, particularmente ao longo da sua vertente ocidental. Com efeito, desde os altos de S. Pedro de Alcântara até ao Cata-quefarás, a sul (Corpo Santo - Cais do Sodré), o eixo viário fundamental adjacente a esta frente fortificada de 2 quilómetros continuará até aos nossos dias a seguir precisamente o recorte da muralha fernandina, desde o Largo de S.

Roque, prosseguindo pela Rua da Misericórdia e prolongando-se pela do Alecrim. Desta construção militar, que foi a mais extensa e importante no Portugal do seu tempo, pouco resta de visível. Os quarteirões urbanos foram destruídos, absorvendo ou nela se apoiando, integrando-a frequentemente em novos edifícios; nesta frente ocidental, a sua presença permaneceu no entanto uma condicionante fundamental da estrutura viária e urbanística da cidade até aos nossos dias.



(\*) in "A Sétima Colina": Lisboa 94/Livros Horizonte, 1994, P. 36/37

## Largo de S. Mamede\*

José Sarmiento de Matos

O Largo de São Mamede não é muito antigo. O seu desaterro foi solicitado à Câmara, em 1852, pela irmandade fabriqueira do novo templo. Para isso, cedeu o terreno ao município com a condição de nunca se poder nele edificar qualquer construção. Assim nasceu o Largo de São Mamede, cuja arborização e empedramento são mais tardios, iniciados somente em 1907. Logo a seguir ao Terramoto, irrompeu por estas bandas uma verdadeira euforia construtiva. O Estado ou, melhor, Pombal, tentou discipliná-la através de projectos tocados por alguma utopia. Mas foi a iniciativa privada que sobretudo por aqui deu cartas e dispôs a seu bel-prazer. Excepto, curiosamente, no local do Largo de S. Mamede.

Por força dos decretos de expulsão dos Jesuítas, todos estes terrenos até ao Rato passaram, por confisco, para posse da Coroa. Tinham pertencido à grande Quinta do Noviciado da Cotovia, que Pombal entendeu por então transformar em Colégio dos Nobres. A iniciativa de urbanização destes terrenos coube, conseqüentemente, ao poder real. Pombal achou por bem redistribuir as freguesias da capital. Como na parte velha grande número delas tinha desaparecido por força do cataclismo, não se justificando a sua reconstrução, o poder entendeu por bem levá-las para outros sítios, onde de facto o crescimento constante da população as requeria.

Assim, São Mamede foi escolhido para orago da nova freguesia que ia pastorear os vizinhos cada dia mais numerosos da velha Cotovia. Estas mudanças revolucionárias da história alfacinha tiveram a sua consagração legal em Dezembro de 1769.

Não havia melhor sítio que os terrenos estatais para implantar a freguesia. Cortou-se a velha Quinta do Noviciado com uma rua que ligava ao antigo Salitre, baptizada de Nova de São Mamede, e destinou-se a esquina para local do novo templo. A construção, no entanto, arrastou-se por falta de verbas. Só já avançado o século XIX, em 1861, se abriu a Igreja ao culto dos fiéis, estando, todavia, longe de encerrado o arrastado processo de obras, que ainda no fim do século se prolongava.

A Igreja, moderna e sem um projecto digno desse nome, não apresenta qualquer interesse do ponto de vista arquitectónico ou artístico. Só algumas imagens vindas de outros lados enriquecem o seu recheio. De resto, é um templo que prolonga a velha receita de um grande rectângulo com aberturas laterais destinadas a capelas, tendo adossado

outro rectângulo mais pequeno destinado aa capela-mor. Nada mais.

Em redor do pequeno largo, dispõem-se alguns edifícios privados interessantes do século XVIII, dois dos quais merecem tratamento especial: os palácios ou casas-nobres de Rebelo de Andrade – Seia (30) e do morgado Alagoa (31). Logo à direita da igreja, fazendo esquina para a Escola Politécnica, ergue-se um enorme casarão, cujo elemento decorativo que o caracteriza é o caprichado fecho superior das suas janelas. Uma espécie de flor-de-lis que remata o arco-quebrado das molduras em pedra. Foi essa mansão construída por um dos grandes comerciantes lisboetas de meados do século XIX, António Lopes Ferreira dos Anjos, irmão de Policarpo Anjos, senhor da bela casa ao Príncipe Real. Os terrenos pertenciam ao passal da Igreja de São Mamede, sendo cedidas pelo prior em 1863 ao riquíssimo comerciante, servindo o dinheiro para ajudar às obras quase eternas da Igreja. Foi depois dessa data que Ferreira dos Anjos deu início à sua sólida casa, depois conhecida por Casa Fontalva, dado o título de conde com que foi agraciado o seu filho primogénito. A propriedade mantém sobre o Largo um amplo portão que dava acesso à antiga quinta. Esta era inicialmente bastante vasta, chegando ao Salitre e à Rua Nova de São Mamede. Foi já neste século que foi em parte urbanizada, mantendo ainda a casa, hoje destinada a fins religiosos, um vasto jardim.

Fronteira à Igreja, no gaveto entre as actuais ruas do Arco e Pedro de Freitas Branco (n.ºs 157 - 159), ergue-se uma casa-nobre, hoje destinada a pensão residencial sob a evocação do orago do sítio. É modesta, sem qualquer arrebique que a exalte, decorando-a os dois portais lado a lado e um popular registo de azulejos. Foi construída cerca de 1759 pelo desembargador Manuel José de Faria e Sousa, para sua residência.

À esquerda da Igreja, dando para a Rua Nova, uma outra casa dá nas vistas, pelo excesso arrebicado da sua arquitectura, acentuada pelo uso de uma pedra menos comum em Lisboa: o granito escuro. É obra de luxo dos anos 1940 do arquitecto Rebelo de Andrade (nada a ver com a família do Palácio Seia); o gosto imperante é um revivalismo decorativo D. João V, adossado a uma estrutura com tretensos modernismos, compondo uma amálgama de duvidosa estética. Na fachada lateral destacam-se painéis de azulejos setecentistas aqui colocados pela mesma época.

(\*) in "A Sétima Colina": Lisboa 94/Livros Horizonte, 1994, P. 128/129

## Largo do Rato\*

José Sarmiento de Matos

Ponto terminal do itinerário estabelecido, o Largo do Rato é um bom exemplo da maneira como a cidade de Lisboa se foi fazendo a si própria, balanceada por algumas intervenções que procuraram normalizar esse crescimento.

A origem deste espaço largo e informe reside no cruzamento de várias vias de escoamento da cidade. Além da Cotovia, actual Escola Politécnica, ali entroncavam também o Salitre, proveniente das Hortas de Valverde e Rua das Pretas, o caminho de São Bento, que nascia na Boavista, junto ao rio, a estrada para Campolide, hoje Rua das Amoreiras e, finalmente, duas estreitas azinhagas que levavam respectivamente ao alto de Campo de Ourique e aos terrenos da quinta dos Padres do Oratório, dando a primeira pelo bonito nome de Rua do Sol.

O actual desafio do Largo é, no entanto, recente, pois data de finais do século passado. Na origem existiam construções no miolo do actual espaço aberto, que definiam uma "Rua Direita do Rato", ligando à Cotovia e ao Salitre, rua que desembocava na Estrada de Campolide (hoje o eixo São Bento/Amoreiras), alargando em pequena praça sem forma na zona fronteira ao futuro convento. Aí se viria a erguer um modesto renque de casas ainda no século XVIII. Foi desse logradouro que se generalizou o nome de Largo do Rato.

A primeira tentativa de dar dignidade ao local deve-se a um influente cristão-novo lisboeta, Manuel Gomes de Elvas, que adquiriu os terrenos a poente da Rua do Sol, no enfiamento da então Estrada de Campolide. Em 1621 Manuel Gomes de Elvas mostrou a força da sua fé empregando grossos cabedais para fundar um convento para as senhoras da Ordem da Santíssima Trindade. Este convento trino, o primeiro feminino desta ordem em Lisboa, recebeu como orago Nossa Senhora dos Remédios e foi padroado pelos herdeiros de Manuel Gomes de Elvas. Um deles, Luís Gomes de Sá e Meneses, teve por alcunha "O Rato", alcunha essa que depressa se apegou ao convento de

que era padroeiro e, num costumeiro alargamento de sentido, estendeu-se ao largo fronteiro.

O edifício primitivo foi profundamente alterado entre 1881 e 85, depois da extinção dos conventos e da sua reutilização como asilo. Data de então a actual fachada da antiga igreja, devida ao traço de Luís Caetano Pedro de Ávila, decorada mais tarde com as armas da república. Da construção primitiva restam as bonitas portas nos extremos do velho convento. Assim, durante largo período, o cenóbio trino campeou como o único ponto de referência local, pois nas redondezas só os muros altos das quintas bordejavam os caminhos, entremeados por um ou outro casinhoto sem expressão. Daí, naturalmente, a fácil identificação entre o nome popular do convento e a zona onde se situava.

A construção do Aqueduto das Águas Livres veio alterar a pacatez rural do sítio. A fartura de água que chegava ao depósito que dominava a zona permitiu a instalação de algumas indústrias, que tinham na água um dos seus elementos essenciais. Assim, ainda nos anos trinta do século XVIII, se instalava na esquina da Cotovia a Real Fábrica das Sedas. Esse movimento acentua-se no consulado pombalino, tornando-se esta zona o primeiro parque industrial existente entre nós. As sedas, agora dispostas em torno do novo jardim das Amoreiras, que Carlos Mardel desenhou em 1759, e a Real Fábrica de Loiça do Rato, que começou a laborar em 1767, são, entre outros, os mais conhecidos exemplos desse despontar de manufacturas num ambiente até então dominado pela ruralidade e a azáfama dos simples transeuntes que entravam ou saíam da cidade.

Esta ocupação sucessiva do sítio do Rato veio activar a sua urbanização. No entanto, é de estranhar que o espírito urbanístico pombalino, bem evidenciado na intervenção de Carlos Mardel na zona fabril das Amoreiras, não se tenha estendido a este local, procurando arrumar a malha antiga e disciplinar o crescimento futuro. O mirífico plano de 1756, que nunca

passou de uma utópica intenção no papel, quase fazia tábua rasa da realidade existente, inventando praças e ruas que pareciam abstrair da orografia irregular da vasta zona que abrangia.

Por isso, a zona do Rato foi crescendo ao deus-dará, mantendo, no entanto, a estrita obediência aos velhos caminhos que nessa plataforma de há muito se cruzavam. E, para alimento de uma população que ia crescendo, na esquina da Cotovia, fronteira à Fábrica das Sedas, inaugurava-se, em 1744, um bonito chafariz, único elemento decorativo que punha uma nota estética numa zona que até então não fora alvo dessas preocupações.

O crescimento rápido da cidade para estas zonas novas depressa integrou o Rato no tecido urbano. Abriram-se novas ruas, como a de São Filipe Néry [mais tarde celebrizada por nela ter vivido e morrido (1970) Almada Negreiros], cortada na Quinta dos Oratorianos, de cujo santo patrono tomou o nome, e regularizou-se a calçada da Fábrica da Louça, dando acesso a essa importante unidade industrial bem como à parte superior do novo bairro das Amoreiras.

E esse movimento trouxe também gente com vontade de arejar dinheiro recente, nascido quase sempre das boas graças do poder. Assim foi o caso de Luís José de Brito, "contador do Real Erário e tesoureiro das Contribuições para a Superintendência das obras das Águas Livres", lugar para que foi nomeado em 1711. Como paga destes serviços, recebeu em 1781 o terreno adjacente para sul à Real Fábrica de Louça, virado sobre o Rato. Aí construiu uma enorme casa-nobre. Trata-se de um edifício típico da arquitectura privada da época, com dois pisos principais, sendo o inferior de janelas de peito e o segundo de sacadas. As janelas apresentam vergas curvas, pormenor que ameniza o geometrismo de toda a fachada. Ao centro, numa reminiscência barroca que tão fundo calou na prática alfacinha, um enorme portal de acesso sustenta um janelão com varanda, definindo um eixo vertical a partir do qual a fachada se organiza.

Apesar desta sua modéstia arquitectónica, o casarão de Luís José de Brito passou a ser o único edifício a equilibrar a imagem solitária da grande fachada austera do Convento Trino de Nossa Senhora dos Remédios.

Esta aura nobilitadora foi acentuada pelo relevo social de que gozou ao longo do século XIX. Depois da morte do Brito, foi o edifício adquirido pelo barão de Quintela, que o integrou no dote imenso que deu a sua filha, D. Maria Gertrudes, que casou com o 4º conde da Cunha, trinchante-mor da Casa Real. Aí viveram estes senhores, e deles nos deixa alguns apontamentos o marquês de Fronteira nas suas "Memórias". Desse casamento foi herdeira única D. Maria do Carmo da Cunha Quintela, marquesa de Viana pelo seu casamento com o 2º marquês desse título, sobrinho do conde de Seia, seu vizinho.

Os riquíssimos marqueses de Viana, herdeiros

do grande dote do Quintela, extasiariam a Lisboa cabralista com as festas espampanantes que davam na sua casa do Rato.

Fizeram época, a meias com as *soirées* que seu parente, o conde de Farrobo, oferecia na quinta das Laranjeiras. A Lisboa constitucional desfilava elegâncias e bailava a ritmo no largo informe que a pouco e pouco se tornara um ponto central do itinerário urbano. O Palácio foi alargado em 1839, à custa da vizinha fábrica de loiça, então extinta, construindo o marquês de Viana uma enorme capela privativa, com porta para a rua, segundo projecto de Manuel Joaquim de Sousa, arquitecto do Infantado. Tinha originalmente como orago Nossa Senhora da Bonança, mais tarde mudado para Nossa Senhora da Conceição, e foi dedicada em 1846 com um famoso texto de Almeida Garret. Foi esta capela do Rato que uma vigília nos anos 60 contra a guerra colonial celebrizou nos fastos políticos recentes.

Como a roda da fortuna nunca deixa de girar, também para os marqueses chegou a hora do reverso de tanta fartura. Os bailes tiveram o seu fim e o Palácio foi à praça. Comprou-o, em 1876, o visconde de Monforte, rico proprietário alentejano. Deste o herdou sua filha única, depois marquesa da Praia e Monforte, pelo casamento. Até à venda ao Partido Socialista, de que hoje é a sede, o Palácio do Rato foi propriedade desta família. No seu interior, a maioria das decorações data das obras realizadas pelo marquês da Praia. Um discutível gosto de fim de século só contrabalançado pelas proporções agradáveis de algumas salas. Destaca-se a escadaria, de lanços duplos e de proporções invulgares.

Seria com o incremento urbano dos finais do século XIX e início deste que o Rato conheceria um novo desenvolvimento que marcaria o seu actual traçado, acentuando ainda mais o carácter de cruzamento de caminhos que o velho Largo sempre ostentara. Abriu-se a Rua Alexandre Herculano, dando lógica ao novo arranjo da Avenida da Liberdade, iniciado em 1879. Depois, nos anos trinta deste século, cortou-se a Avenida Pedro Álvares Cabral, ligando à Estrela, e, mais tarde, a Rua de D. João V, atravessando velhas quintas ainda existentes, abrindo assim novos terrenos para urbanização. Como corolário deste aumento de importância da economia urbana, o Rato foi de novo terraplanado em tabuleiros, limpo de algumas construções que ainda subsistiam fronteiras ao velho convento e, por fim, num esforço inglório, viu-se elevado pela república a Praça do Brasil. Mas o velho Largo resistiu. A categoria de praça, com a ideia implícita de alguma harmonia, não se adaptava ao carácter desarrumado e informe, nascido do empirismo funcional que lhe tecera a história. Desistiu-se. Assim, mais ou menos refeito no traçado pelas exigências do trânsito moderno, o antigo Largo do Rato lá continua dando eco nas placas à alcunha que popularizou o esquecido patrono do Convento Trino.

(\*) in "A Sétima Colina": Lisboa 94/Livros Horizonte, 1994, P. 139/141

## David Chipperfield, Jorge Carvalho

### Participantes

Anabela Leitão	Portugal
Catarina Teles	Portugal
João Seabra	Portugal
Manuel Braga	Portugal
Marcus Handsur	Austria
Maria Ciuffreda	Itália
Maria Manuel Fernandes	Portugal
Pedro Duarte	Portugal
Fábio Sottili	Itália
Alexander Koblitz	Alemanha
Dimitri Waltritsch	Itália
Dinis Serrão	Portugal

### A Sétima Colina

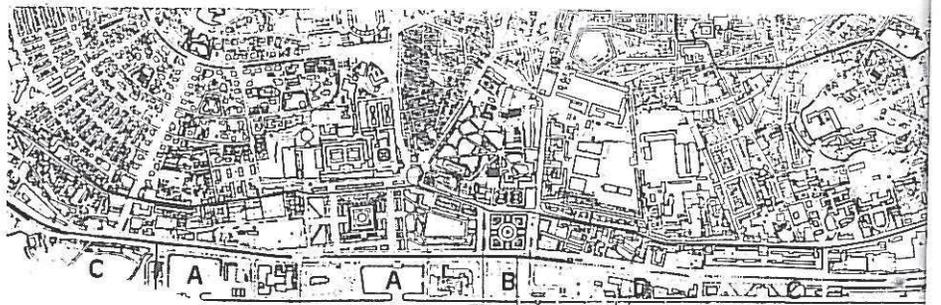
Quando a Sétima Colina foi formalmente apresentada aos monitores, estes foram unânimes em dizer que não havia nada para desenhar, porque tudo estava consolidado e caracterizado. De facto, a única operação realmente importante seria a recuperação completa dos edifícios, cuidando de problemas de salubridade e patologias construtivas, e uma tal intervenção não se faz num seminário de projecto de 3 semanas. Que fazer então? Tínhamos de procurar o tema mudando o enquadramento.

Recuando para ter uma visão de conjunto, tornava-se evidente que a Sétima Colina, definida como percurso romântico, é uma invenção com objectivos simbólicos. Em rigor, aquele percurso não tem uma caracterização singular ou autónoma em relação a todo o tecido envolvente.

Mas mesmo passando a considerar a Sétima Colina, para além do percurso romântico, como um tecido urbano, a necessidade de uma intervenção continuava a não surgir, porque as condições de caracterização e consolidação mantinham-se. Caminhando pela zona, não podíamos deixar de ficar seduzidos pela coerência entre a arquitectura e as condições naturais. Principalmente, pela maneira como a presença do rio é constantemente testemunhada, seja

pelos acidentes topográficos que revelam fugazmente perspectivas da água ou desvendam panorâmicas espectaculares, seja pela luminosidade reflectida no céu e nas cantarias claras das casas. Atraídos pela origem da luminosidade e ajudados pela pendente das ruas, não podíamos deixar de caminhar em direcção ao rio.

No entanto quando descemos à cota do rio, à zona do Cais do Sodré, encontramos subitamente uma perda de carácter, como se a falta de estímulos da topografia tivesse desencorajado o desenvolvimento de um tecido urbano caracterizado. Na sua arquitectura e no seu uso víamos vestígios de constantes transformações no passado e sinais de próxima transformação.



A DOCA

B PRAÇA

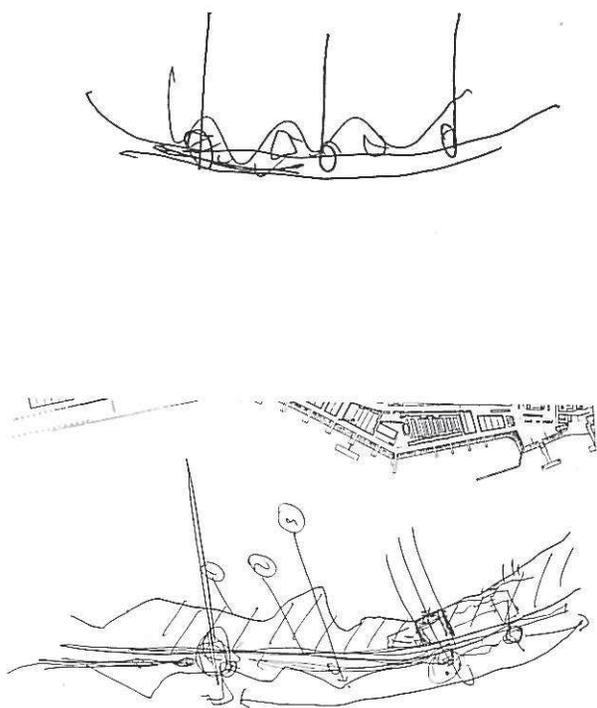
## O Seminário

Era esta zona que nos interessava para um Seminário de projecto. Estando sujeita a uma série complexa de pressões, e tendo uma localização na cidade que não permite o tratamento como um universo autónomo, obrigaria à abordagem de temas muito variados.

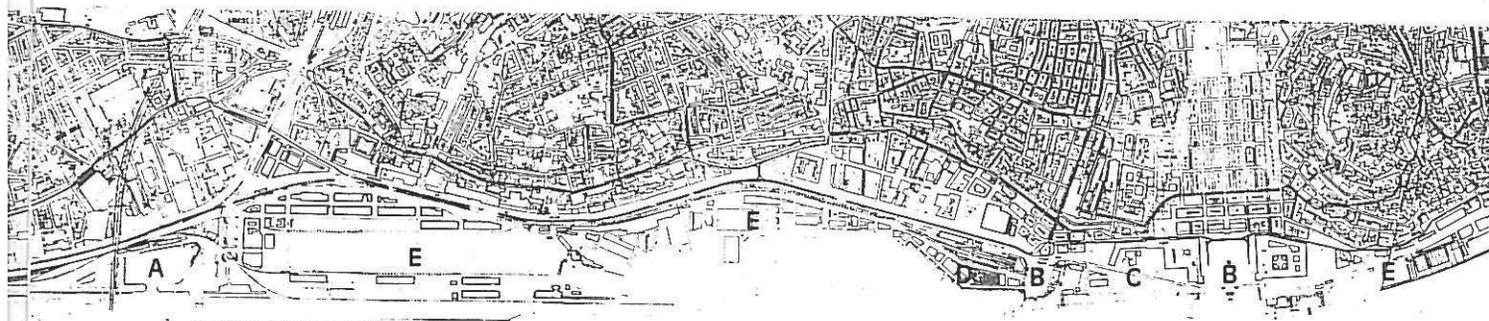
Num Seminário de projecto, sem o factor competitivo – não há avaliações – tínhamos oportunidade de desenvolver uma proposta conjunta formada pelas intervenções das várias equipas criadas no grupo. Um projecto conjunto obriga sempre ao confronto de cada decisão particular com uma visão geral, e com um grupo de proveniências diversas, como era este, a comunicação teria de ser estabelecida por meio de uma fundamentação sólida acerca da interpretação e conhecimento da cidade. Até a discussão do programa da intervenção serviu para procurar uma interpretação coerente relacionada com a cidade.

Por estratégia pedagógica, estabelecemos ainda duas regras para a elaboração da proposta: por um lado, a aceitação das estratégias gerais de desenvolvimento da cidade, para balizar a discussão e os meios a usar; por outro lado, a não aceitação de critérios de especulação imobiliária, para criar uma “redução ao absurdo” e permitir a máxima clarificação dos pressupostos culturais da proposta.

A primeira impressão da zona foi sendo completada com visitas atentas ao sítio e com a ajuda de análises funcionais, tipológicas, topográficas e históricas da sua estrutura urbana.



Esquisso de David Chipperfield

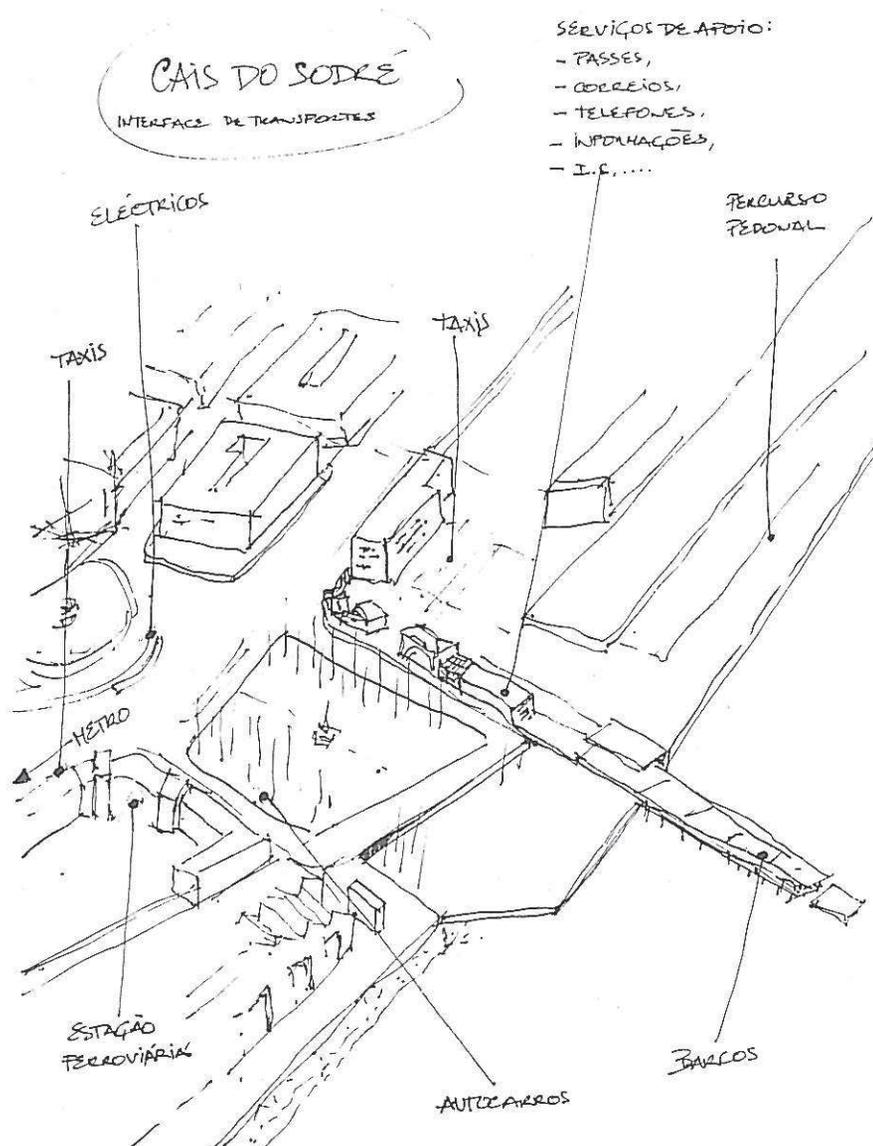


## O Cais do Sodré e a Frente Ribeirinha

À medida que fomos conhecendo melhor o sítio, percebíamos que ele tem assegurado permanentemente a ligação funcional cidade/rio (enquanto o Terreiro do Paço tem assegurado a ligação simbólica). Essa permanência existe, mesmo se de estaleiro e ponto de partida para o império ultramarino do séc. XVI, ele se transformou em apenas um dos pontos de partida para a outra margem e para a linha de Cascais. Ou seja, de porto fluvial, passou a interface de transportes, situação natural numa metrópole com um pé em cada margem.

As sucessivas fases dessa transformação traduzem-se na forma urbana, de tal modo que, de um ponto de vista histórico, esta zona – tal como toda a frente ribeirinha – aparece-nos estruturada de um modo óbvio. Perpendicularmente ao rio, temos a rua do Alecrim desembocando na Praça do Cais do Sodré e, paralelamente ao rio, vemos uma série de estruturas correspondendo cada uma a uma fase histórica: a margem com as actividades portuárias desactivadas, a linha férrea suburbana que a partir da praça para poente separa a cidade da margem, a rodovia de circunvalação, uma zona de antigos armazéns desactivados e, finalmente, a rua estreita que acompanha o sopé da encosta.

Estas estruturas surgiram ao longo da frente ribeirinha, e a principal razão é a liberdade concedida pela topografia. Assim, temos uma acumulação de diferentes estruturas, todas na sua localização mais natural, mas articuladas desconexamente. Quando assim interpretada a natureza da zona e a origem da sua descaracterização, torna-se evidente que a intervenção a efectuar precisa de relativamente poucos meios para lhe conferir um sentido – uma ordem. A função de interface centrada no Cais do Sodré permite misturar a fruição do rio no quotidiano da cidade e afasta duas hipóteses extremas: a frente de rio como zona exclusivamente lúdica e a cidade construída até ao rio.



## Poposta de Ordenamento

Para o ordenamento da zona identificamos duas situações particulares aptas a serem transformadas: o tecido urbano que ladeia a Avenida 24 de Julho e o conjunto de elementos que formam a margem do rio. A intervenção nestas duas situações permitiu clarificar a relação entre as diversas estruturas paralelas ao rio, caracterizando a Avenida 24 de Julho como via urbana principal e a margem como percurso lúdico.

A intervenção no tecido urbano foi feita em duas zonas. Na Ribeira das Naus, foi suficiente implantar um grupo de edifícios entre o espaço livre a poente do Arsenal da Marinha e a faixa junto ao rio, actualmente ligados de forma ambígua. Fechando a praça, ficaram claramente definidos os limites do espaço urbano contido. Na zona do aterro da Boavista era necessário dinamizar, densificando, o tecido urbano, porque o seu actual abandono deixa a Avenida 24 de Julho dominada pelo trânsito automóvel. Com base na divisão de propriedade existente, introduziram-se edifícios mistos (comércio, habitação, escritórios) perpendicularmente à Avenida, criando uma série de ruas pedonais e proporcionando perspectivas do rio e da colina. A intervenção na margem do rio criou um percurso pedonal contínuo desde a Praça do Comércio até Santos. Neste ponto, começa a doca fechada ao público, mas com a prevista desactivação, o percurso poderá ter continuidade até Belém. No entanto, não é na simples existência do percurso que insistimos. É no seu carácter, ou melhor, nos seus diferentes caracteres conforme o local.

A margem junto à linha férrea foi revitalizada convertendo a maior parte dos armazéns para fins lúdicos ou comerciais. A vantagem desta opção está no aproveitamento das característi-



cas arquitectónicas destes armazéns: a relação franca que estes têm com o rio, com os seus enormes portões próximos da água, e a memória que contêm do espaço portuário, conseguem um carácter urbano único, de resto aumentado pela protecção que a linha férrea constitui.

A Praça do Cais do Sodré foi reorganizada de modo a integrar o percurso pedonal: o trânsito foi condicionado de modo a libertar a margem e o terminal do *ferry* planeado de modo a só cortar o referido percurso nos momentos de carga e descarga (de dez em dez minutos).

A Ribeira das Naus foi mantida como zona verde, exceptuando o grupo de edifícios já mencionado. Esta decisão deriva de, por um lado, só haver outra zona verde em Belém; e por outro da intensidade de circulação neste local. Se esta zona se tornasse uma extensão do tecido urbano, a pressão do uso acrescida à existente relegaria para segundo plano a fruição da relação com o rio. Ao longo da margem foi desenhada uma série de plataformas cujos desníveis definem, sem separar, a ligação pedonal à praça do comércio e zonas de paragem junto à água.

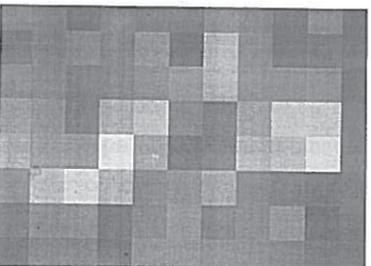
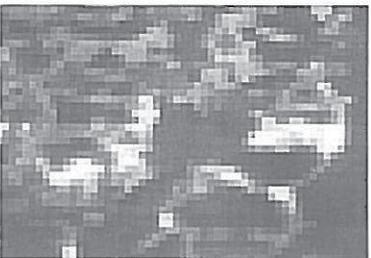
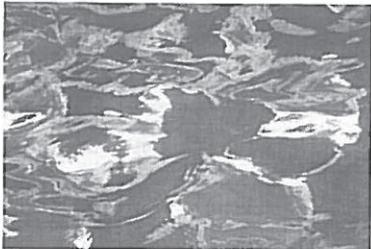
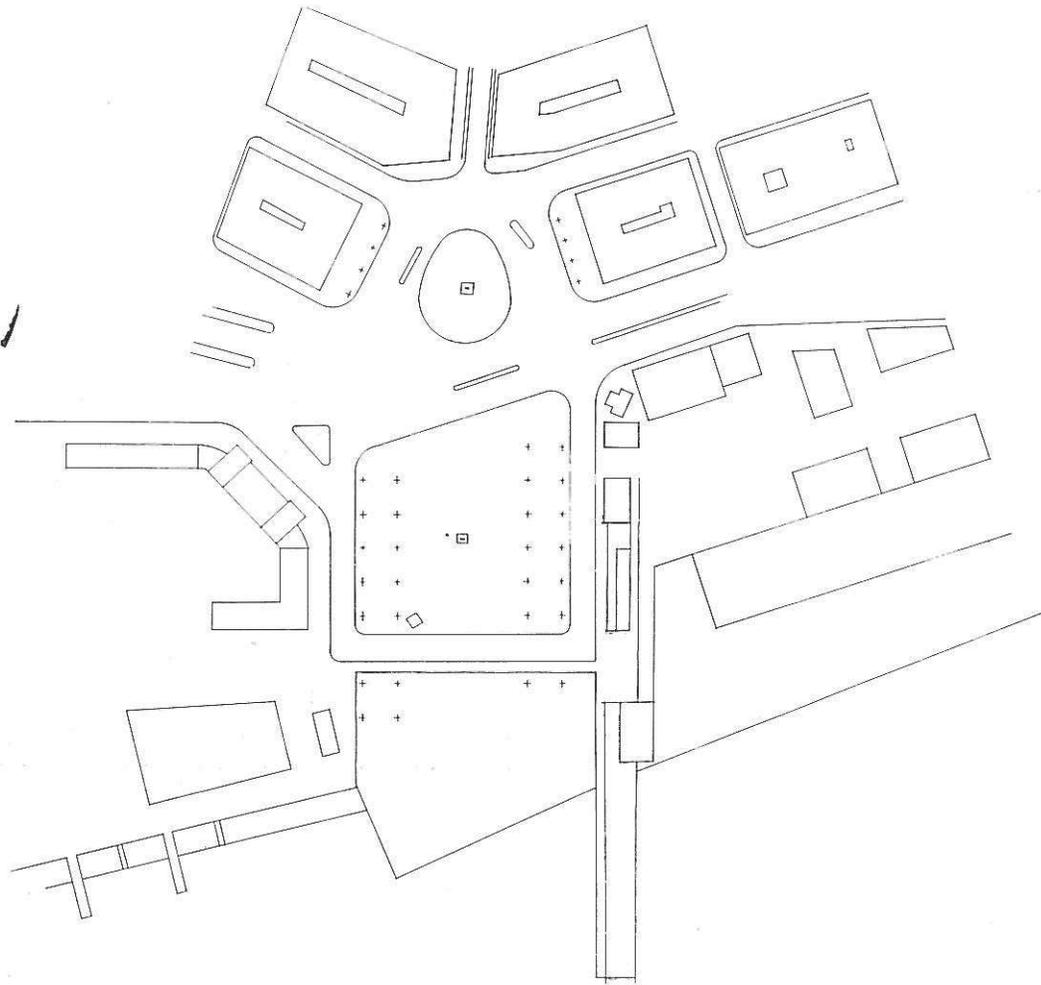
Diariamente, milhares de pessoas usam o Cais do Sodré, eventualmente compram o jornal ou telefonam enquanto esperam o transporte seguinte, vão a pé até à Praça do Comércio e não tiram o mínimo prazer do que aquele local tem de especial: uma frente para o rio. Mas a potencialidade de misturar a fruição do rio com a vida quotidiana da cidade está lá.

**CAIS DO SODRÉ**

**Catarina Teles**

**Joana Ferreira**

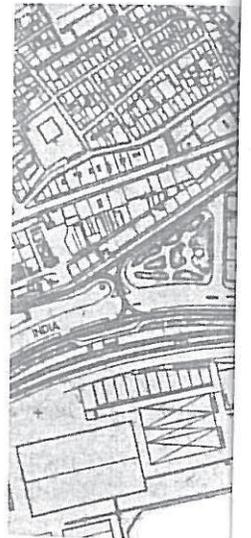
**Dinis Serrão**



**RUA DO ALECRIM**

**Marcus Handsur**

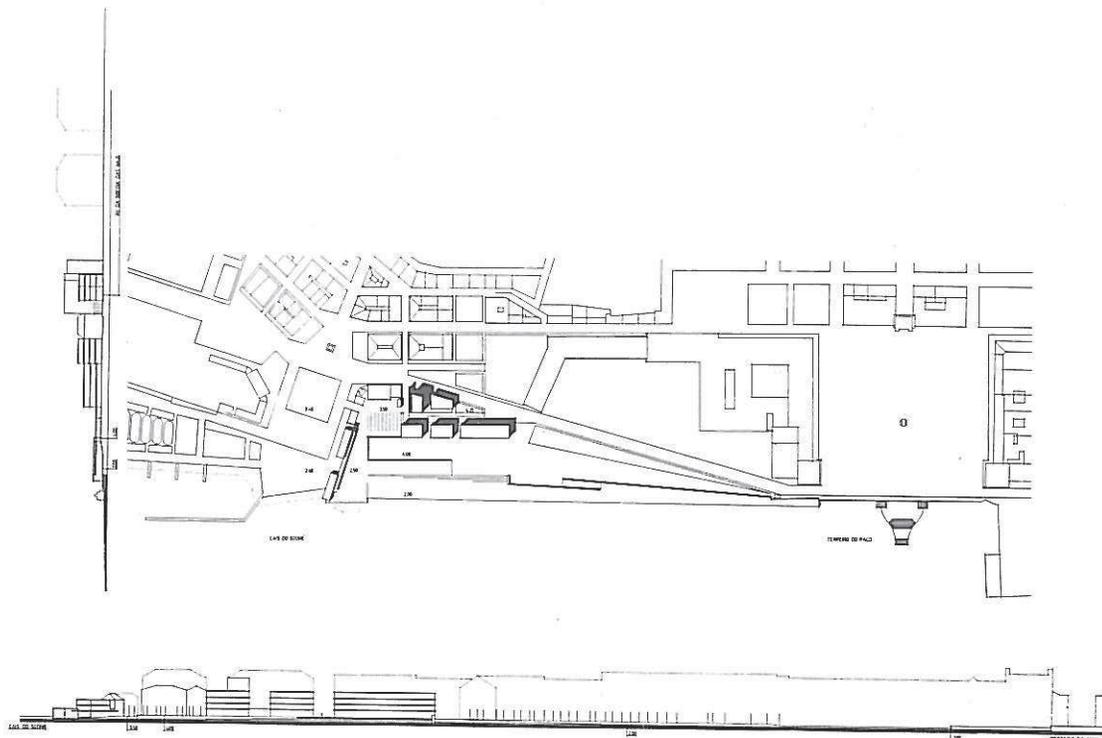
**Alexander Koblitz**



**RIBEIRA DAS NAUS**

**Manuela Fernandes**

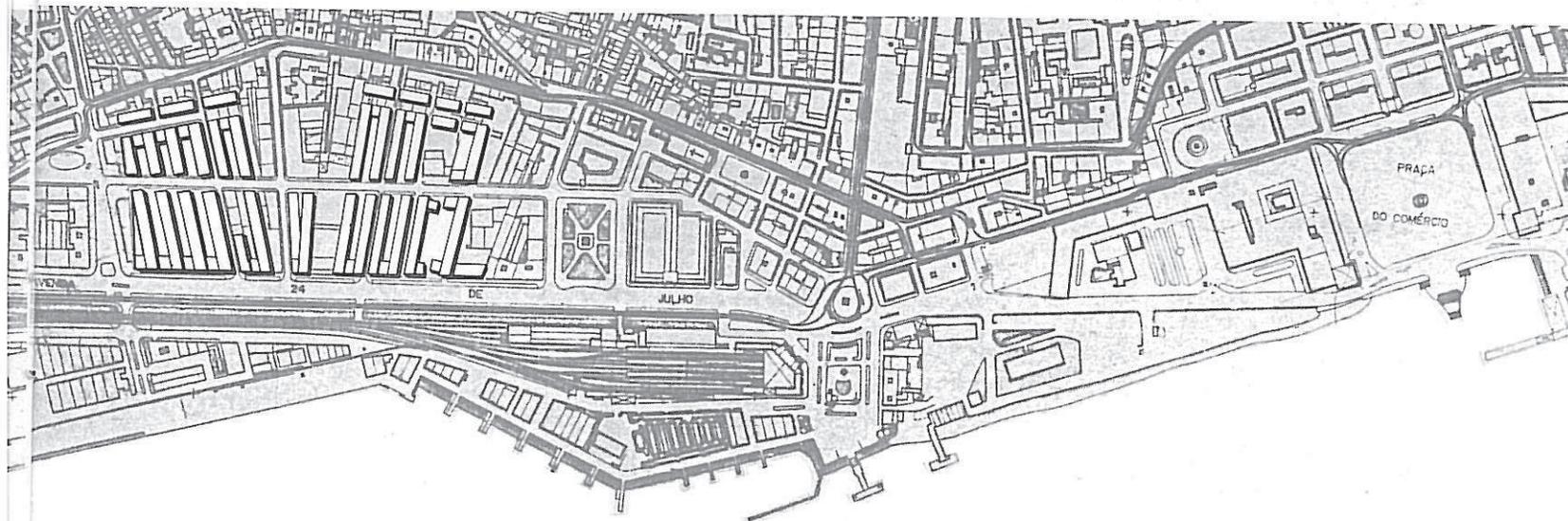
**João Seabra**



**ATERRO DA BOAVISTA**

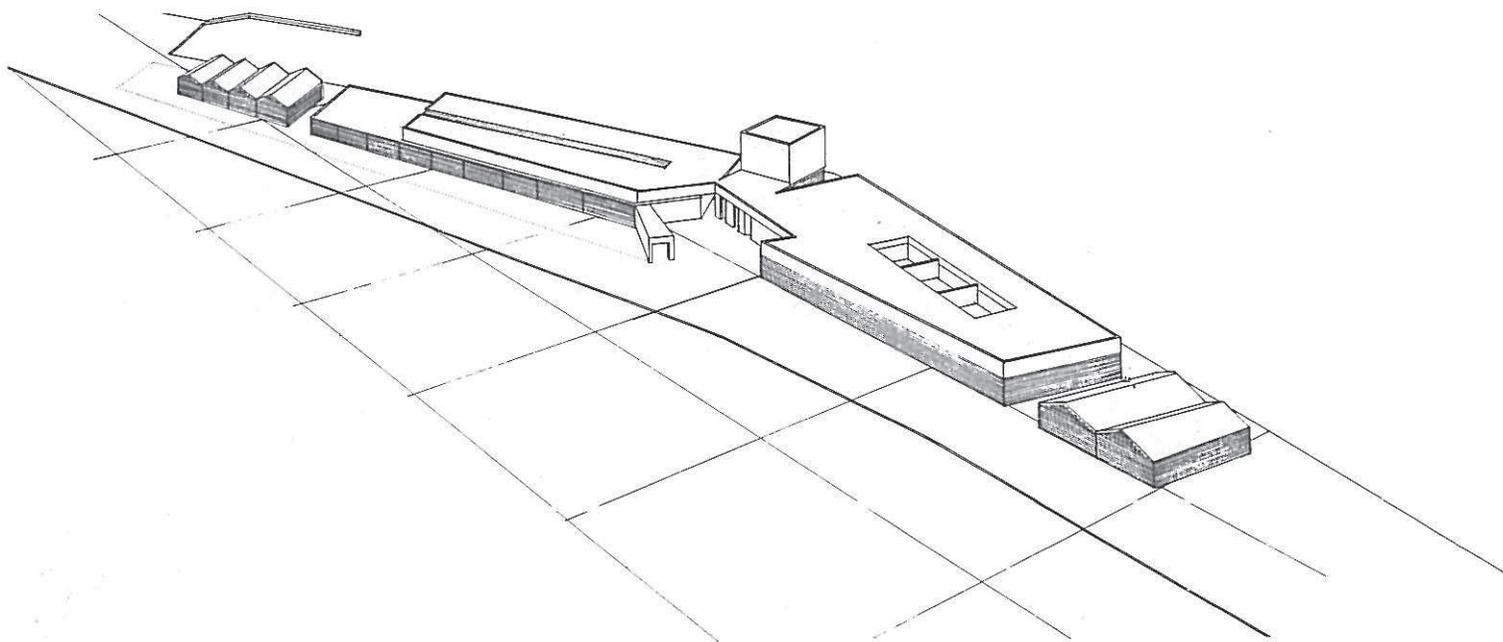
**Anabela Leitão**

**Pedro Duarte**

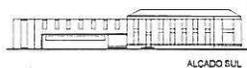
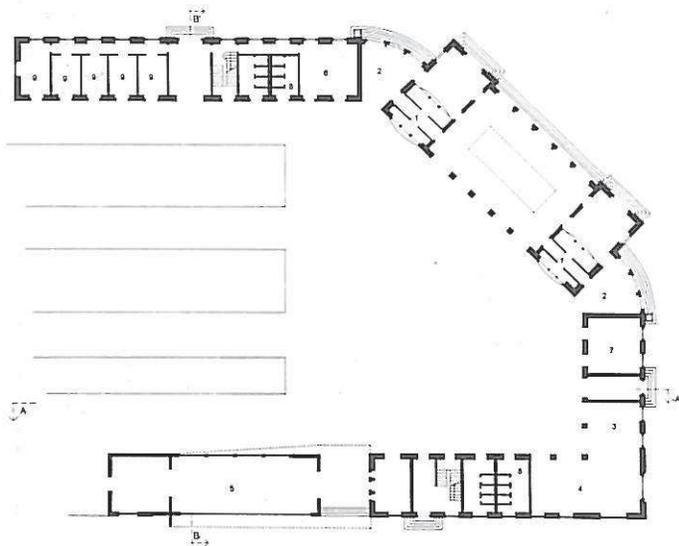


# ZONA PORTUÁRIA

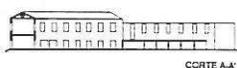
Manuel Braga



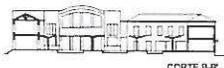
Maria Ciuffreda



ALÇADO SUL

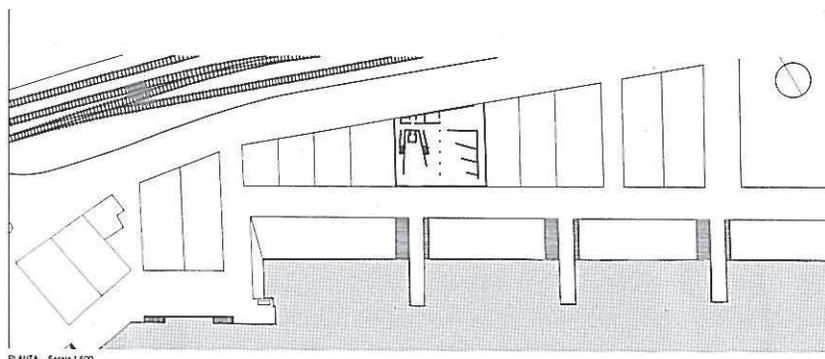


CORTE A-A



CORTE B-B

Flavio Sottili



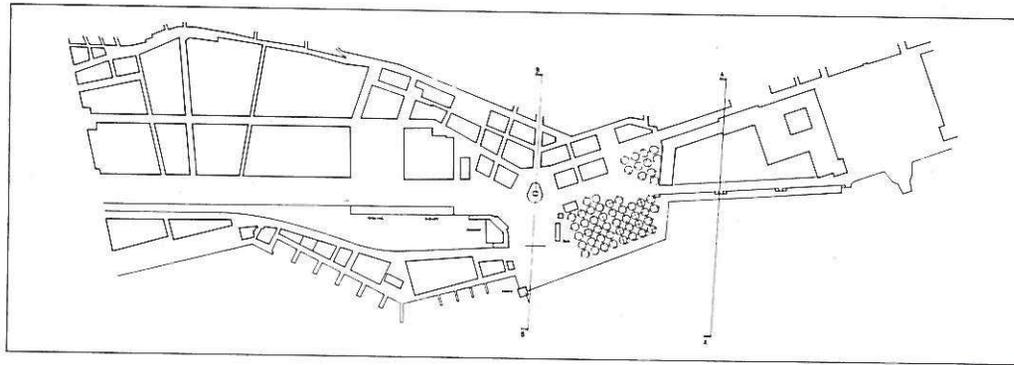
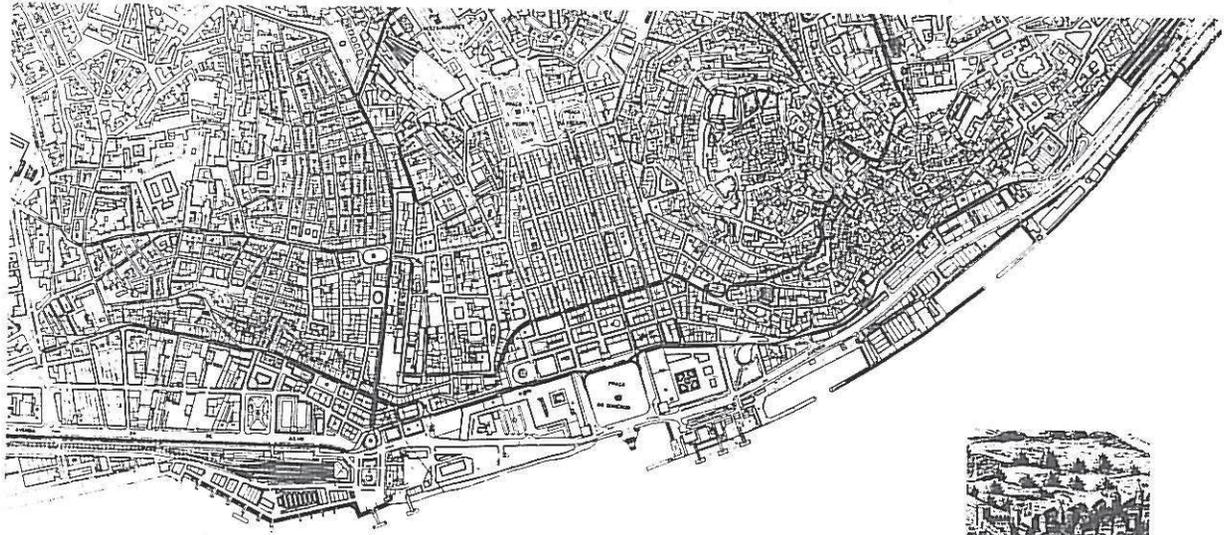
PLANTA Escala 1:500



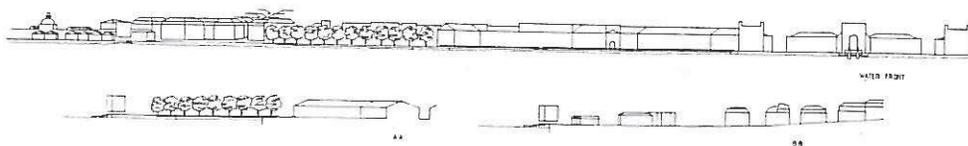
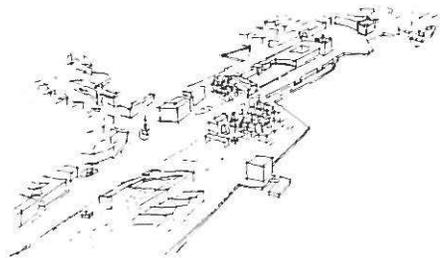
ALÇADO SOBRE O TR.20 Escala 1:500

PROPOSTA DE ORDENAMENTO ALTERNATIVA

Dimitri Waltrisch



25



**Participantes**

Giuseppina Cerami	<i>Itália</i>
Antoni Jansana Vega	<i>Espanha</i>
Cláudia Bordalo	<i>Portugal</i>
Gonçalo Cornélio da Silva	<i>Portugal</i>
Lorella Casola	<i>Itália</i>
Luísa Cunha	<i>Portugal</i>
Maria João Meireles	<i>Portugal</i>
Tierri Farias	<i>Portugal</i>
Dário Piatelli	<i>Itália</i>

José Martinez-Lapeña

O quarteirão do Largo do Rato, é uma peça da estrutura do Príncipe Real que se formou errada e distintamente dos quarteirões contíguos, estes de dimensões mais pequenas, que tiveram uma ordenação e ocupação da edificação de forma mais clara.

O grande vazio deixado pelas edificações que constituem o seu perímetro, unido a uma topografia acidentada, ocasionou que este vazio se ocupasse sem uma ordem nem uma estrutura viária que organizasse o espaço exterior e o construído.

A maioria das edificações do seu interior são muito precárias e, apenas as que têm acesso mais directo desde a via pública, foram construídas com carácter mais permanente e sem grandes escrúpulos.

Os problemas fundamentais que o quarteirão apresenta, são: a sua pouca acessibilidade ao interior, a continuidade de uma rua que o penetra, a sua relação com o restante da malha viária, a edificação do seu interior e a sua topografia acidentada.

A edificação que rodeia o quarteirão, embora sem grande valor (o único edifício importante é o actualmente ocupado pela garagem da Renault), dá carácter ao lugar e está perfeitamente integrada à sua volta.

A intervenção neste quarteirão requeriria uma informação cartográfica precisa e uma comprovação das propostas que, logicamente, um Workshop como este não poderia realizar.

O projecto deveria ser encaminhado no sentido de definir as operações fundamentais que ofereciam uma estrutura de ocupação do interior; sua conexão e relação com o exterior.

A complexidade do problema fez com que alguns participantes se perdessem no concreto e que outros dessem uma resposta utópica, na confiança que a ordem nova estabelecida seria o vazio, de escala bem distinta da existente, transformando todo o quarteirão em usos diferentes daqueles que actualmente existem.

Outros, mais criteriosos, optaram por uma operação pouco traumatizante que, partindo da realidade, articula os espaços vazios, propondo pequenas edificações que ajudam a concretizar esses espaços vazios, conferindo uma certa urbanidade ao conjunto.

**Claudia Bordalo/Luisa Cunha**

Os trabalhos que vemos a seguir, têm em comum uma mesma atitude de realizar pequenas operações que suporiam manter o carácter com que se apresenta actualmente o quarteirão. Estes dois trabalhos partem de pressupostos distintos, acreditando que a sua presença no Workshop não será tanto de oferecer um projecto próximo da realidade, mas sim, um projecto que especule a capacidade que a arquitectura tem para transformar a imagem da cidade e a alteração social provocada.

Pretendem um outro mundo para o interior do quarteirão; um mundo de configurações e uma mudança radical do seu status.

Fazem-no conscientemente, reconhecendo que a cidade é consequência da adição de estratos que a história no tempo foi sedimentando. As suas propostas poderiam entender-se como a adição de mais um estrato que se encaixa, eliminando o sórdido, mas deixando permanecer a imagem que transportam na sua memória os habitantes da cidade.

**Lorella Casola**

Liberta das duas plataformas a construção mais precária, potenciando o uso como espaço livre. Soluciona a continuidade da rua, fazendo um filtro do vazio na Rua de São Bento, organizando-o como praça, ao dar-lhe outra frente edificada. Tenta relacionar os dois espaços (a nova proposta e os jardins existentes), através da colocação de uma pérgula de serviços que, na minha opinião, divide o jardim em duas partes pouco qualificadas.

O eixo longitudinal entre o Largo do Rato e o extremo oposto ocupado por jardins, é um ponto comum a quase todas as propostas.

Os dois espaços livres têm um carácter distinto; um mais ajardinado e outro mais duro, pavimentado, que pretende ter actividades comerciais e de lazer, ao colocar pequenas lojas.

A rampa exagerada, ajuda a dar uma frente aos jardins traseiros dos edifícios de habitação existentes na Rua de São Bento.





**Giuseppina Cerami**

Talvez o facto de terem sido companheiras de mesa (Giusi/Lorella), fez com que o projecto, embora distinto, tenha semelhanças quanto às propostas gerais (um dos métodos possíveis).

Libertar dois grandes espaços; um, destinado a jardim, em que uma construção se apropria de parte dele, outro, pavimentado, com locais comerciais onde a rampa cortina do exercício anterior se transforma numa massa arbórea.

A rampa que faz a ligação entre os dois níveis, o vazio da Rua de São Bento e o jardim, são os protagonistas do espaço.

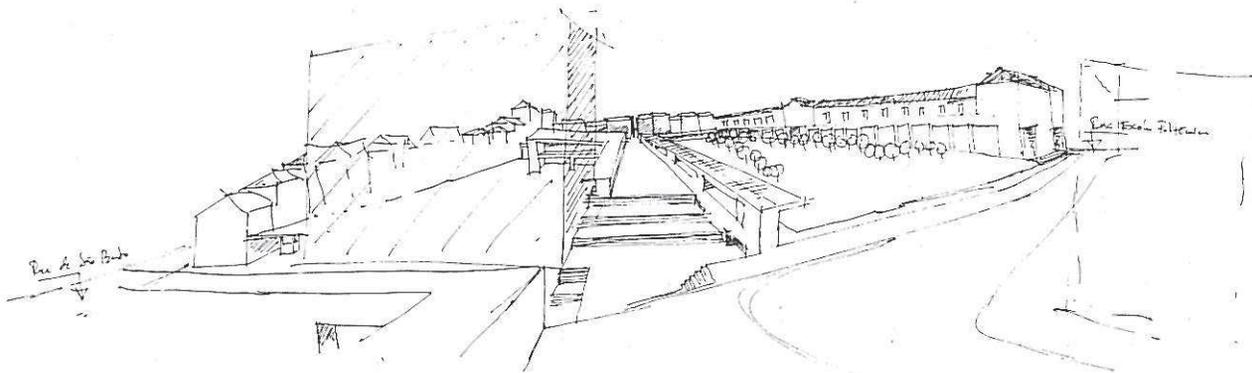
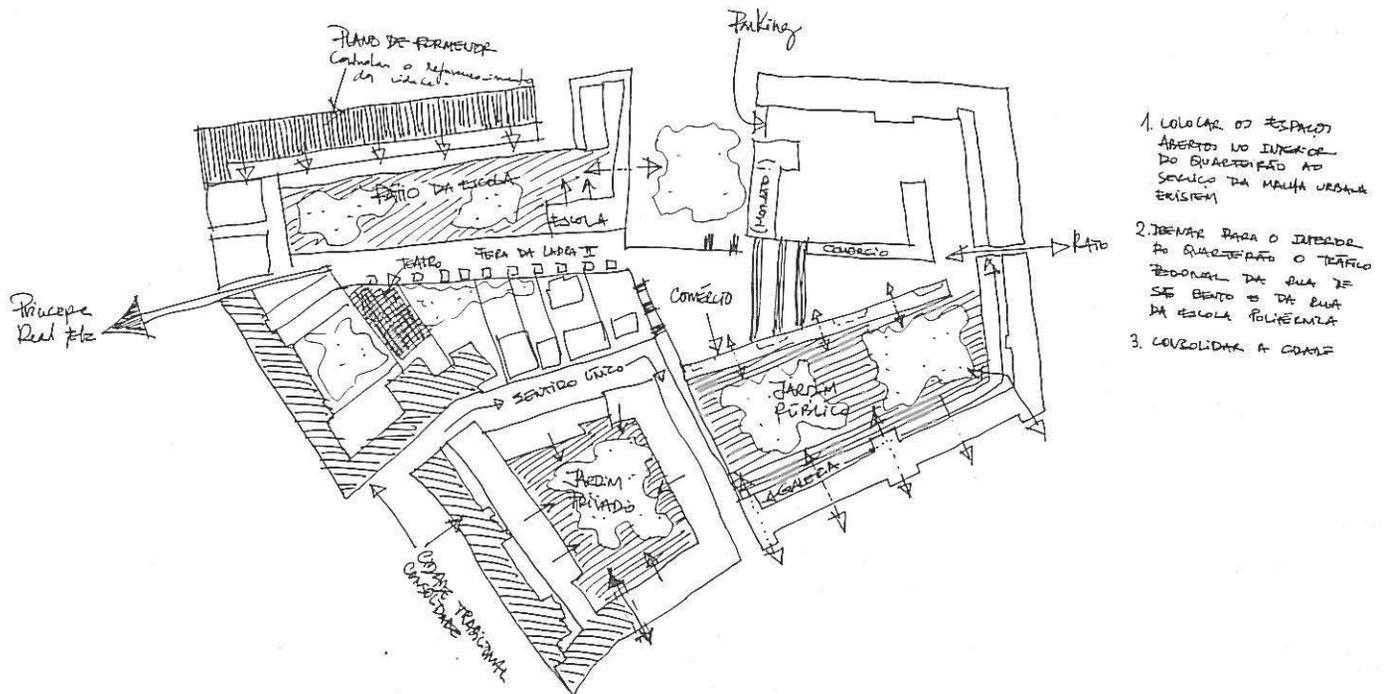
A ligação entre o Largo do Rato e o extremo oposto, perde-se, não ficando clara na proposta.

### Tierrri Farias

A divisão em quatro partes, com uma certa autonomia do quarteirão, seria a característica principal deste trabalho, deixando um espaço livre central no percurso entre o Largo do Rato e o extremo oposto.

A maqueta inacabada não transmite a referência clara do projecto, ao contrário do que sucede com o desenho sombreado da planta.

- Soluciona a continuidade da rua.
- Organiza uma praça pública do vazio da Rua de São Bento, colocando um edifício escolar que utilizará o espaço aberto das traseiras da mesma rua.



**M<sup>o</sup> João Meireles/Gonçalo Cornélio da Silva**

É um projecto que reflecte uma obsessão dramática pela definição total da intervenção. Um trabalho como o deste Workshop, deveria fornecer as linhas fundamentais, sobre as quais, em etapas posteriores, poderia concretizar-se mais aprofundadamente.

Neste caso, dar resposta ao concreto foi a opção dos autores. Talvez o negativo da planta, destituído do acessório, reflecta melhor e mais claramente as intenções.

- Edifício Politécnico.
- Habitações, conferindo uma nova frente às traseiras da Rua de São Bento.
- Sistema viário interior excessivo, interligando toda a intervenção.



**Antoni Jansana Vega**

O gráfico de escala reduzida em que estão reflectidos os grandes vazios do quarteirão, servirão de guia à proposta final.

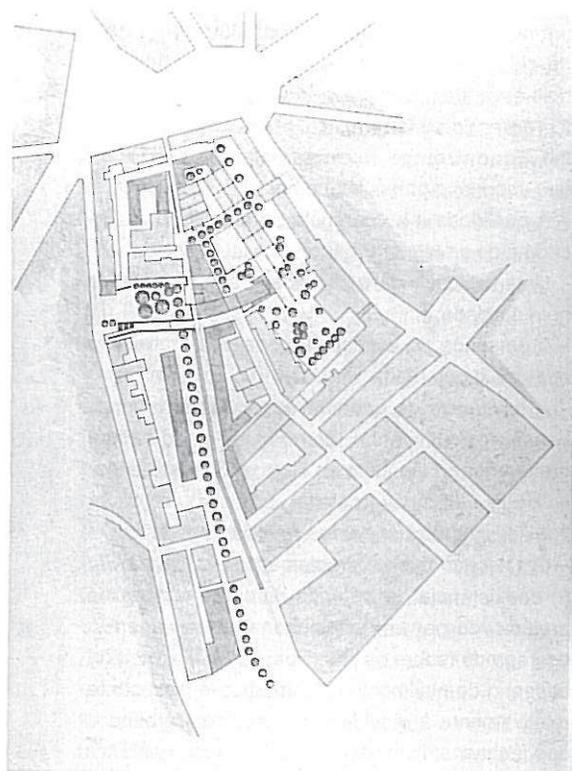
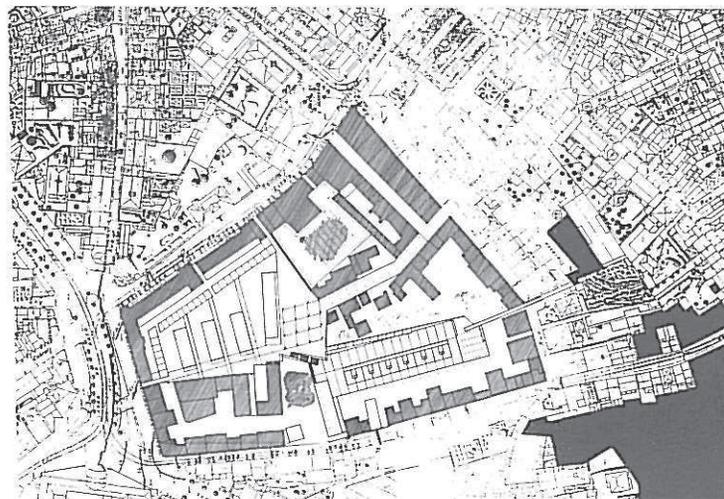
Ligar com clareza estas plataformas, é tomar consciência da realidade topográfica do lugar.

– Operação de fechamento com uma nova edificação na Rua de São Bento, que deixa o edifício existente de grande altura, numa condição de interior.

– Habitações tapam as fraseiras existentes na Rua de São Bento.

– Bonita ligação entre as plataformas.

– O eixo Rato/jardins posteriores é rico no seu percurso, pela diversidade das frentes que o definem.



**Dario Piatelli**

Um edifício potente remata a rua sem saída, dando frente a um espaço aberto, tornando-se seu protagonista. É o ponto central do interior do quarteirão, ao concentrar em si todas as circulações que atravessam as distintas partes em que se divide o espaço.

Conservador na sua proposta, mantendo os edifícios inferiores mas consolidados, embora com possíveis usos diferentes dos que têm agora.

**Participantes**

Eugénia Leitão	Portugal
José Casimiro	Portugal
Luca D'Eusébio	Itália
Magda Gonçalves	Portugal
Pere Andreu	Espanha

**Propor uma requalificação da 7ª Colina (1)**

1. Tratar a "7ª Colina" como património urbano  
O percurso Rato C. do Sodrê não tem problemas irresolúveis, nem sofre de maleitas incuráveis. Mas precisa de alguma microcirurgia plástica, necessita de resolver problemas epidérmicos, de cerzir alguns buracos no tecido urbano, remendando com linha nova mas com jeito antigo. Esta rua/percurso/espaco/canal continua-se sempre, ultrapassa as praças, os largos, os jardins... Termina casualmente, esvaíndo-se – sem trampolim – no rio ou esbarrando-se – já incoerente – nos muros de betão do Rato. Mas, mesmo assim, o percurso Rato-Cais do Sodrê é um espaço privilegiado, do melhor q'esta cidade tem. É vizinho doutros momentos de igual valor (a Rua do Século, o Chiado, a Avenida, a Baixa Pombalina, por exemplo). Pertence a algo mais. Pertence a um valor colectivo cujo destino já não se pode determinar por vontades isoladas: o nosso património urbano.

O valor e a condição, de património urbano, não se delimita com dois milímetros de cor para dentro das fachadas da "7ª", nem se termina no tracejado que define pontuais "conjuntos urbanos", a salvaguardar. Estende-se aos tecidos vizinhos da arquitectura de uma cidade múltipla, estratificada, sedimentada, cada vez mais defendida por habitantes que já perceberam tudo. Que já compreenderam o jogo de quem se lhes propõe criar o céu neste território, depois de ter criado o Inferno nas "New Towns" dos subúrbios.

Mesmo aceitando que hoje, em Portugal – como alguém já disse –, se deve sacar sempre da pistola quando se fala de património, aqui a maior tarefa consistia, de facto, no desenvolvimento de uma estratégia de conservação deste magnífico pedaço de arquitectura da cidade. Isso implicava, quanto a nós, desdramatizar o excesso ecléctico que sobrevalorizou "a 7ª Colina". Implicava desmontar o mito festivo, devolvendo uma dignidade que o excesso retórico estigmatizou. Uma aparente des-sacralização do passado, feita por via de uma coragem dita transgressora, objectua-

liza. Reduz séculos de sedimentos a uma mesma lógica "de festa" apressada e zoológica. O alindamento tornou-se a oportunidade perdida que adiou a criação do modelo referencial (em falta) e que atrasou a chegada de outra ética na forma de actuar sobre os tecidos históricos. Assim pensamos ser necessário combater essa objectualização, evitando que o percurso "Rato - Cais do Sodrê" se torne uma preservação colorida, uma ilha feérica, isolada (ou alienada) do abate e da especulação que ao lado nos rouba Avenida, que um pouco abaixo indetermina o futuro da relação da cidade com o seu rio, que um pouco acima hoje esventra a Bagatela.

**2. Tentando sistematizar**

**2.1 Encontramos aspectos físicos positivos** que importava potenciar, como:

- A qualidade e a coerência da imagem do edificado e do ambiente urbano;
- Uma profusão de pontos panorâmicos sobre o rio e a cidade;
- A presença de espaços arborizados marcantes por todo o percurso;
- A existência de oportunidades várias de intervenção pelo desenho, como era o caso de um grande quarteirão junto ao Rato, com vasto espaço livre e edificação rarefeita.

**2.2 Delimitamos aspectos físicos negativos:**

- Um espaço público problemático em toda a via:
  - (i) coexistência de tráfegos díspares e intensos prejudicado por um estacionamento selvagem e desregrado (sobre os passeios, em 2ª fila, etc);
  - (ii) desenho de pavimentos inadequado e dissonante relativamente à qualidade do ambiente urbano e das fachadas; iluminação pública pouco qualificada;
  - (iii) profusão de cabos e fios de infraestruturas eléctricas e telefónicas;
  - (iv) mobiliário urbano deficiente, inexistente ou pouco qualificado;
  - (v) edifícios dissonantes dos anos 60 (mesmo assim, em intervenção localizada e sem grande expressão no conjunto da imagem do edificado);
- Remates frágeis, difusos ou pouco qualificados:
  - (i) no Largo do Rato, tornado espaço-canal de trá-

fego rápido, ausente de espaços de estar, com intersecção abrupta do percurso da 7ª colina; (ii) na Praça do Príncipe Real, com limite difuso e pouco qualificado no topo poente; (iii) no Jardim de S. Pedro de Alcântara, com remate deficiente sobre edifícios dissonantes no topo Norte, deficiente ligação entre as plataformas do jardim e falta de ligação ao espaço exterior à cota mais baixa (onde existe um parque infantil com funcionamento delicado e enquadramento medíocre); (iv) falha junto à muralha (Terraços de Bragança): um espaço urbano expectante de uma nova ordem e coerência; (v) no Cais do Sodré: tornado espaço difuso, marcado pelo excesso de trânsito de passagem, com margens do rio usadas como terreno sobrance, em fraco remate do enfatizado percurso da "7ª colina";

– Elevada densidade da malha edificada: a maioria dos quarteirões adjacentes está densamente edificada, tornando problemática a resolução do problema do trânsito e do estacionamento (que se agravará exponencialmente se as operações de reabilitação urbana vierem a atrair para o local uma população residente com outros hábitos e maior capacidade económica);

– Outros problemas: o relativo abandono do parque edificado traduzindo-se em mau estado de conservação, donde a necessidade de encontrar formas e incentivos de promover a sua reabilitação; uma excessiva agressividade cromática de introdução recente – algumas fachadas pintadas no âmbito do "Projecto 7ª Colina" revelam pouca atenção para com formas eticamente mais rigorosas de desenvolver o projecto de cor como parte integrante do processo de preservação da arquitectura local, o que agora obrigaria a uma investigação maior sobre as tecnologias e pigmentos tradicionais e sua substituição/adaptação por tecnologias actuais. A opção tomada tem um bom efeito de marketing, mas arrisca-se a provocar efeitos perversos a montante, de difícil controle.

### 2.3 Estabelecemos algumas oportunidades de intervenção:

a) Como a necessidade geral de *uma estratégia e de um projecto global de requalificação da via (percurso) da 7ª Colina* com: (i) Uma redução drástica do estacionamento nas ruas e largos (embora o trânsito não possa ser reduzido a curto prazo); (ii) Procura de lugares de estacionamento alternativos, quer pela criação de parques subterráneos, quer pela criação de silos/auto próximos; (iii) Requalificação dos pavimentos do percurso, redefinindo o espaço para peões e para trânsito automóvel; Novo projecto de iluminação pública e de um mobiliário urbano adequado e qualificado; (iv) Estudo de imagem urbana, configurando alternativas tecnológicas e cromáticas para o tratamento das fachadas; com adequada investigação de cores históricas e dos pigmentos tradicionais; (v) Restruturação de redes técnicas (TV por cabo, telefones e electricidade) no subsolo, etc.

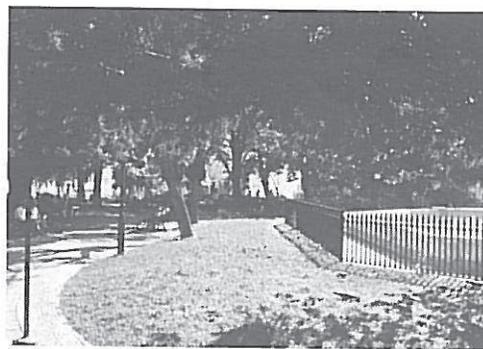
b) Ensaia algumas *oportunidades de desenho/ensaio/projecto para o percurso da 7ª Colina* por exemplo: (i) no Cais do Sodré: propondo a requalificação geral do espaço, integrando-o numa faixa horizontal de margem do rio a recuperar para usos urbanos, privilegiando a componente lúdica e de qualificação de espaços públicos (trabalho atribuído ao Lucca); (ii) no Largo do Rato, determinando soluções expeditas para diminuir a agressividade do local para a passagem e permanência de peões (uma solução de fundo implica alterações de trânsito fora do presente âmbito de intervenção); (iii) Jardim de S. Pedro de Alcântara:

projecto de articulação vertical dos vários níveis do jardim e com o exterior, tratando os pontos problemáticos (trabalhos atribuídos à Eugénia e à Magda); (iv) desenvolvendo uma proposta de reabilitação/reutilização do Convento dos Inglesinhos, que poderia acolher alguns dos equipamentos retirados de S. Pedro de Alcântara, assim como permitiria um destino mais público dos seus jardins e pátios interiores, hoje ocupados pelos automóveis dos quadros da Misericórdia que noutros sítios trabalham, oportunidade única de fornecer espaços amplos de uso público no tecido espartilhado, hiper-denso, com falta de ar do Bairro Alto (como faltou gente ao Grupo 5, esta oportunidade ficou em águas de bacalhau).

c) Aproveitar a oportunidade de uma *estruturação urbanística do interior de um vasto quarteirão ao Rato*: A possibilidade de dar continuidade a percursos interrompidos por armazéns sem qualquer qualidade urbana é uma oportunidade para criar um espaço público junto ao largo do Rato, sem prejuízo da localização eventual de novos edifícios para habitação, equipamento ou serviços em falta (trabalho atribuído ao Casimiro).

d) Tentar o desenho de um *novo conjunto edificado nos terraços de Bragança*: A necessidade de preencher a actual falha e dar continuidade ao plano de fachadas poderá ser feita com um conjunto edificado que reforce a função residencial ou de equipamento de apoio local, fornecendo espaços públicos abertos à malha adjacente da parte alta, salvaguardando os valores paisagísticos e arqueológicos do lugar (trabalho atribuído ao Pere).

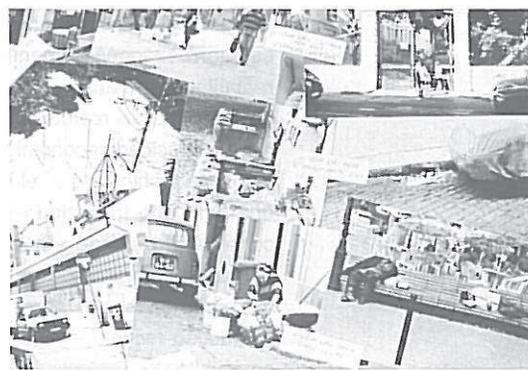
*Este texto foi produzido durante o Workshop e resultou de árduas discussões colectivas que permitiram delimitar uma estratégia e atitude "do Grupo 5" face às hipóteses de intervenção que nos propunham. Cinco jovens arquitectos (dos quais alguns viam Lisboa pela primeira vez) e três – só um pouco menos jovens – monitores(as), pouco mais puderam fazer do que concentrarem-se sobre a apaixonante leitura dos complexos problemas físicos de um pedaço privilegiado da arquitectura desta cidade. Sem meios e sem tempo para o exercício da indispensável pluralidade interdisciplinar, arriscaram propor algumas hipóteses (certamente ingénuas) de resolução de alguns dos problemas de arquitectura que encontraram. Hipóteses que traduziram em alguns desenhos e neste texto que, para uma exposição pública e apresentação "do último dia" – com muita pressa –, lhes pediram.*

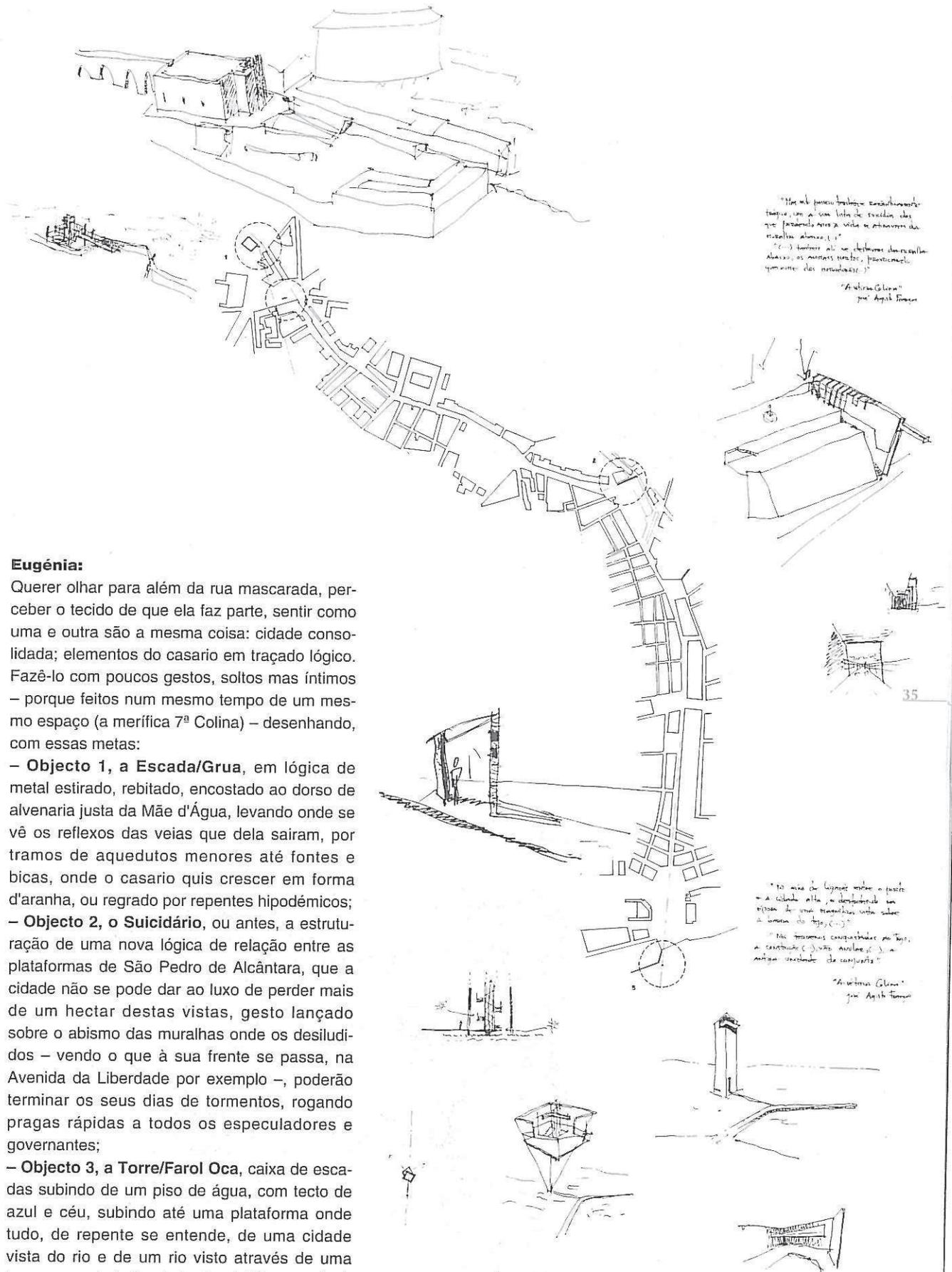


**Casimiro:**

Quis ver com olhos de ver e – vindo dessa Alemanha distante – indignou-se com uma cidadania que já esquecemos, atenuada na convivência diária com o sórdido do desleixo. Sentiu a tristeza morder nas narinas perante a miserável impunidade do responsável anônimo. Sentiu toda a revolta contra a cidade, e ao mesmo tempo viu-a doce, sensual pelas colinas. Ouviu a estridência do tráfego e depois entrou em logradouros – quase quintais –, que lhe pareceram a milhas da rua ao lado.

Propôs o que poucas vezes se propõe: a reestruturação verde de um enorme logradouro vazado, como espaço público e semipúblico, entre a incontínente vocação urbana do Rato e as necessidades de incentivo ao exercício da residencialidade, ou seja o habitar e o lúdico no mesmo território. Considerar a reestruturação dos logradouros como hipótese de termos verde, de termos campos de jogos para as nossas crianças, relvados, bancos sob as árvores, é a hipótese de ter de novo coisas naturais, humanamente usufruíveis e tão necessárias, no tempo da voragem do consumismo, do isolamento perante a confusão da explosão mediática e da TV antropófaga.





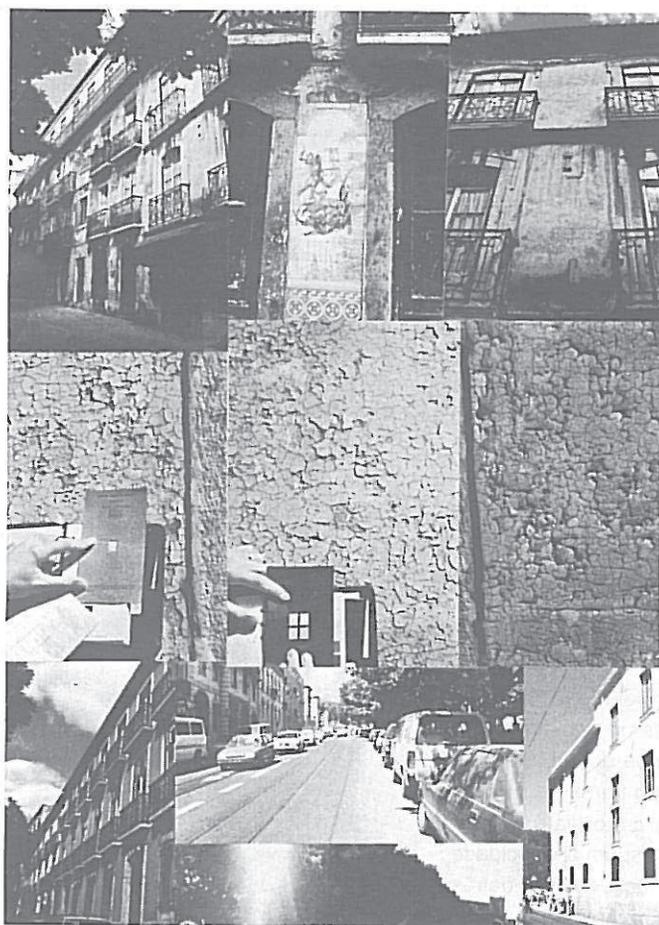
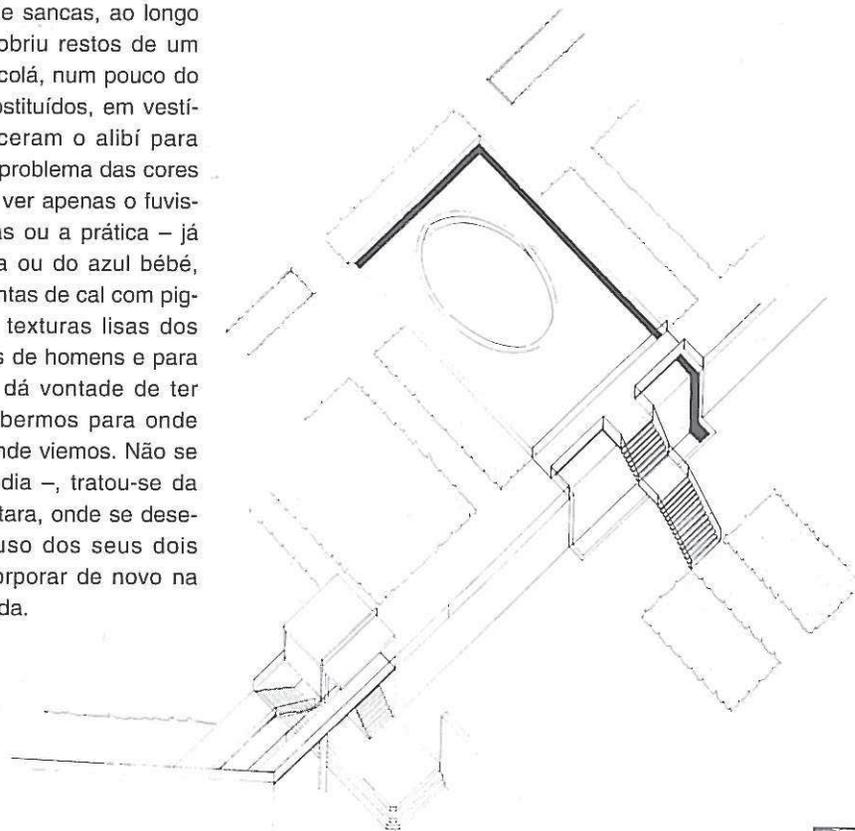
**Eugénia:**

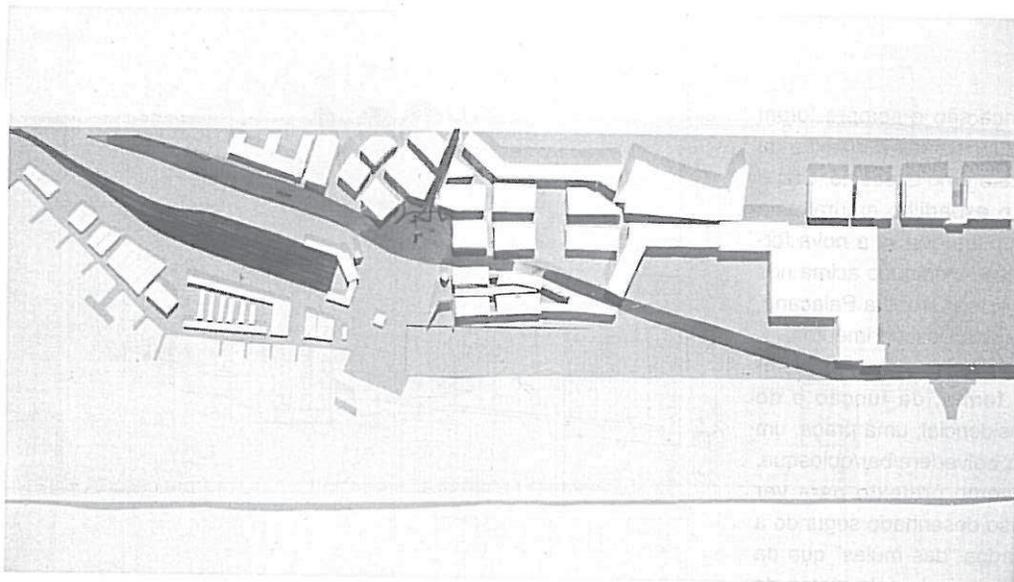
Querer olhar para além da rua mascarada, perceber o tecido de que ela faz parte, sentir como uma e outra são a mesma coisa: cidade consolidada; elementos do casario em traçado lógico. Fazê-lo com poucos gestos, soltos mas íntimos – porque feitos num mesmo tempo de um mesmo espaço (a merfíca 7ª Colina) – desenhando, com essas metas:

- **Objecto 1, a Escada/Grua**, em lógica de metal estirado, rebitado, encostado ao dorso de alvenaria justa da Mãe d'Água, levando onde se vê os reflexos das veias que dela saíram, por tramos de aquedutos menores até fontes e bicas, onde o casario quis crescer em forma d'aranha, ou regrado por repentes hipodémicos;
- **Objecto 2, o Suicidário**, ou antes, a estruturação de uma nova lógica de relação entre as plataformas de São Pedro de Alcântara, que a cidade não se pode dar ao luxo de perder mais de um hectar destas vistas, gesto lançado sobre o abismo das muralhas onde os desiludidos – vendo o que à sua frente se passa, na Avenida da Liberdade por exemplo –, poderão terminar os seus dias de tormentos, rogando pragas rápidas a todos os especuladores e governantes;
- **Objecto 3, a Torre/Farol Oca**, caixa de escadas subindo de um piso de água, com tecto de azul e céu, subindo até uma plataforma onde tudo, de repente se entende, de uma cidade vista do rio e de um rio visto através de uma longa e apertada janela horizontal (como o horizonte);
- **Objecto 4, o Abrigo Síntese**. No Rato, encruzilhada apertada de tráfegos, todos estes gestos já estavam presentes no primeiro desenho. A torre metálica, a rampa do suicidário, a coluna, formavam desde logo um abrigo precário, o espaço/tempo de um curto hiato, de um breve descanso para quem espera a velocidade e o borrado das cores das fachadas por detrás da janela poluída do autocarro, no quotidiano.

**Magda:**

Como sabem, a "7ª" desafiou e provocou e raramente levou resposta. Contra a arbitrariedade do furtivo a Magda perseguiu cores pelos beirados protegidos, debaixo de sancas, ao longo de quadros de vãos. Descobriu restos de um ocre aqui, um negro-fumo acolá, num pouco do que restou dos rebocos substituídos, em vestígios de história que forneceram o alibi para outra forma de olhar para o problema das cores em núcleos históricos. Sem ver apenas o fuvismo das vontades excessivas ou a prática – já pato-bravo – do rosa cueca ou do azul bebé, optou por uma vontade de tintas de cal com pigmentos naturais, sobre as texturas lisas dos barramentos feitos por mãos de homens e para os homens, que só assim dá vontade de ter memória e usá-la, para sabermos para onde vamos como sabemos de onde viemos. Não se tratou de tudo – não se podia –, tratou-se da frente de S. Pedro de Alcântara, onde se desenharam soluções para o uso dos seus dois grandes degraus, para incorporar de novo na cidade esta plataforma perdida.



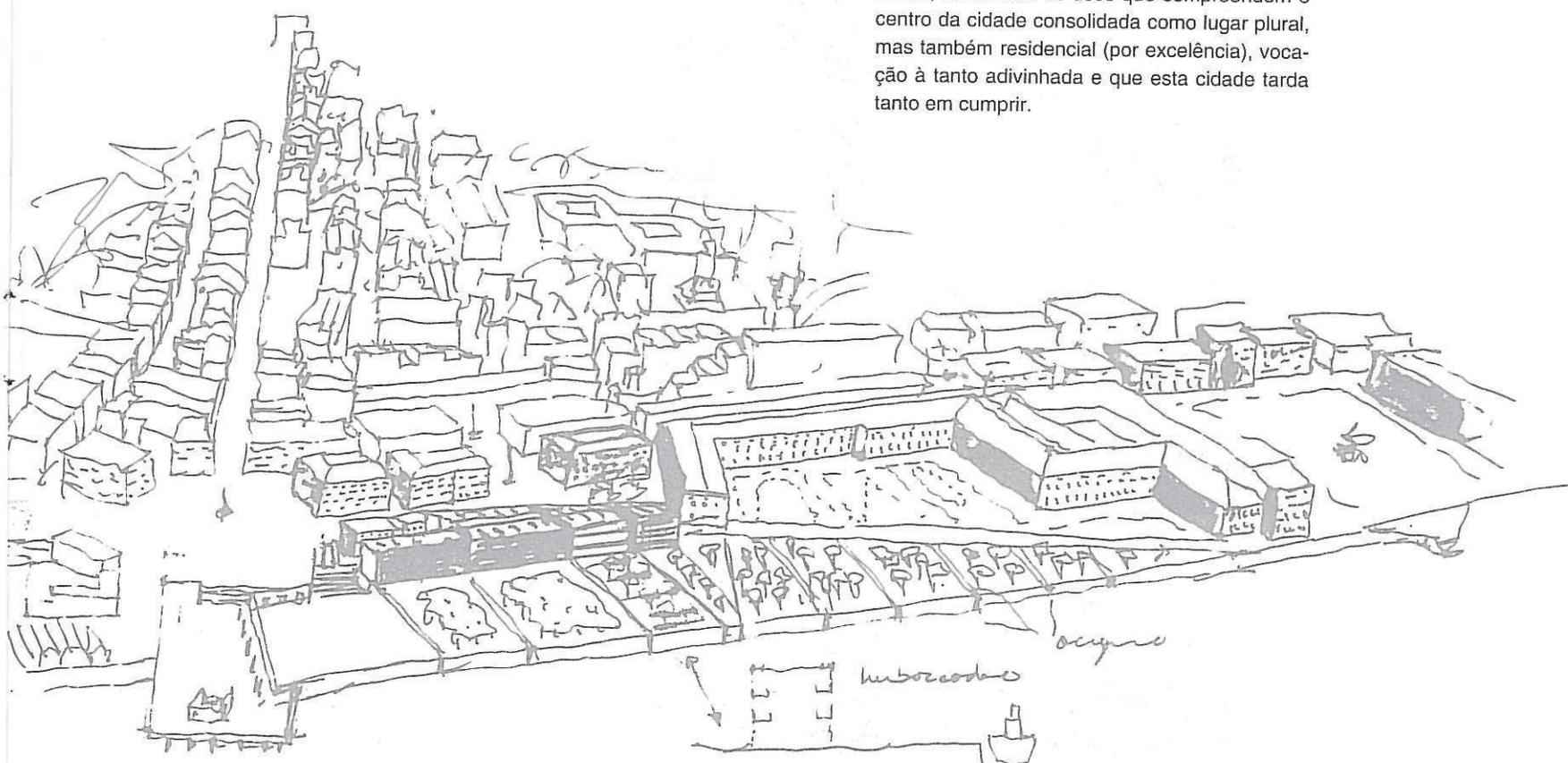


**Luca:**

Adivinhou o drama do Cais do Sodré. Rapidamente percebeu como de cais populista, onde atracavam marinheiros e putas, quando o rio lambia as solas da cidade, se passou ao local eclético de um romantismo tardio já minado pela lógica industrialista do aterro, chegando a uma peça bipartida, cortada pela fúria das bichas automóveis.

Como incorporar a vocação burguesa e cosmopolita do Terreiro do Paço – ou antes, da Praça do Comércio – na lógica estrutural do Cais do Sodré? Que usos se podem favorecer num pedaço privilegiado da margem ribeirinha? Como resolver as contradições do traçado? Cerzindo, cumprindo a vocação estrutural da composição urbana, interpretada e lida na linguagem arquitectónica da cidade com os olhos frescos e atentos de um estrangeiro que consegue ver o que nós já não podemos, na aceitação do escuro e do nihilismo.

O Luca propôs um programa tão relacionado com o interface de transportes, que é o Cais do Sodré, como com os usos que compreendem o centro da cidade consolidada como lugar plural, mas também residencial (por excelência), vocação à tanto adivinhada e que esta cidade tarda tanto em cumprir.



**Pere:**

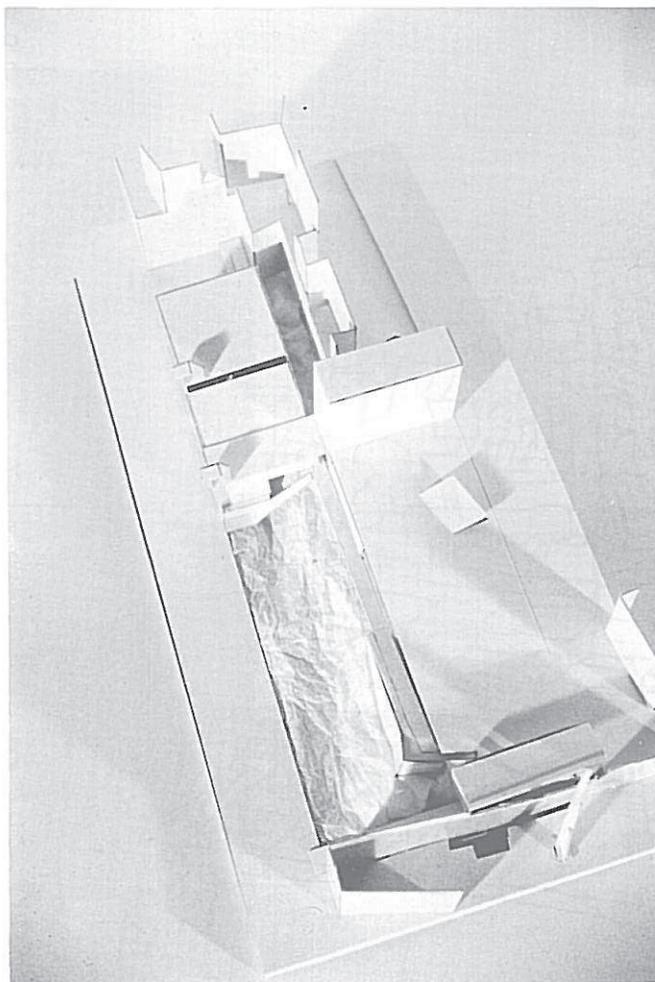
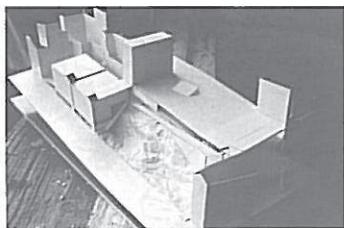
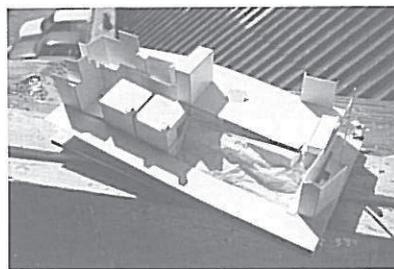
Os terraços de Bragança são e sempre foram ponto de vistas, um baluarte onde a inflexão da malha deixava o Poente e o rio expostos. São o dorso da colina onde o espartilho amuralhado conteve a cidade, dando-lhe depois a nova forma, das novas partes que, um pouco acima nos terrenos que foram do judeu Gedelha Palaçano, traçaram a cidade nova dos Descobrimentos.

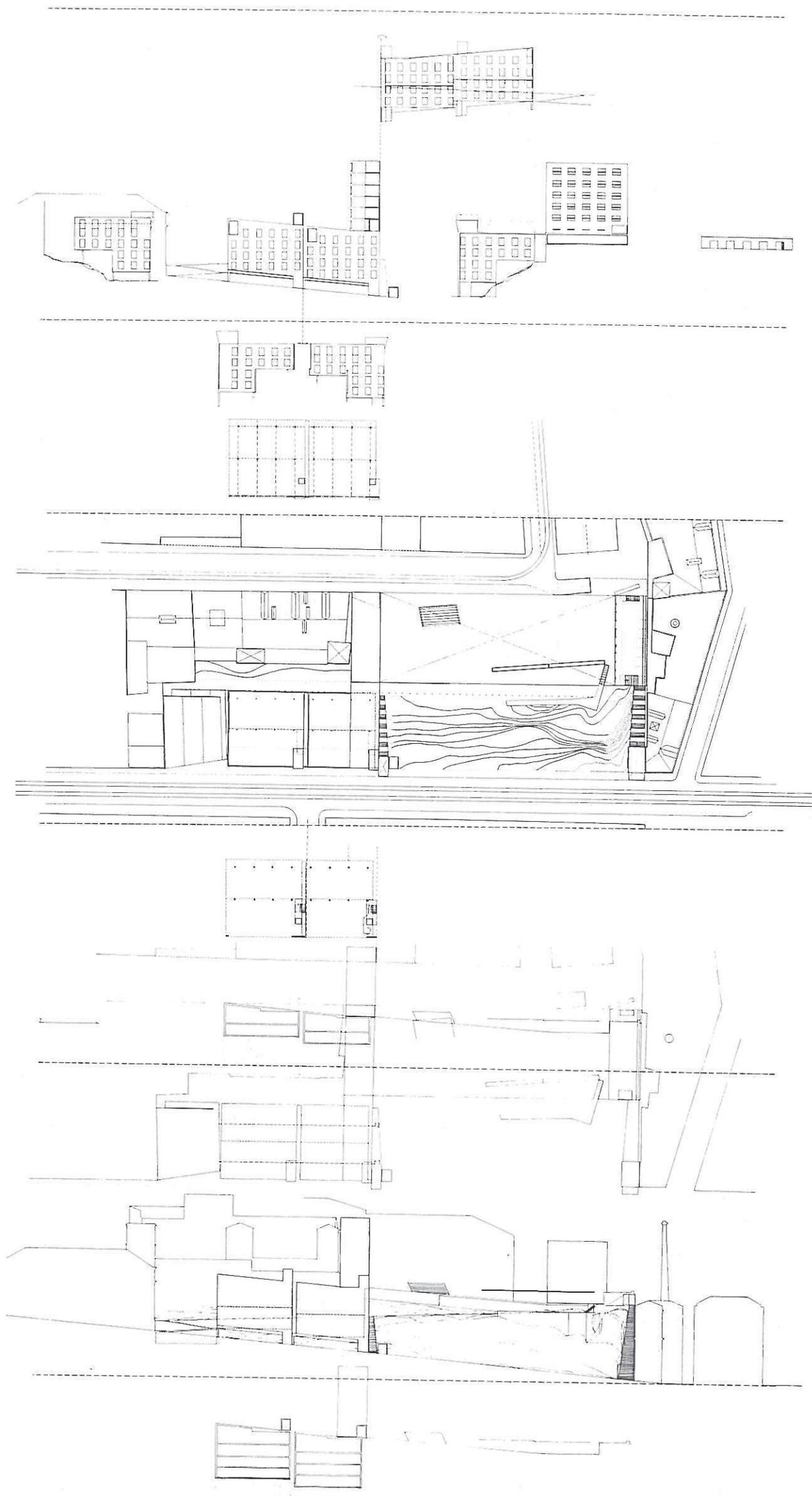
O Projecto de Pere adivinhou o destino, cumprindo a vocação de forma, da função e do lugar. Um programa residencial, uma praça, um parque automóvel, um belvedere/bar/quiosque, ou o que se queira, como pretexto para ver mais longe. Um percurso desenhado segundo a lógica dos velhos traçados "das mulas" que da baixa iam para a alta, passando pela réstea do amuralhado, incorporando aí as fundações do baluarte.

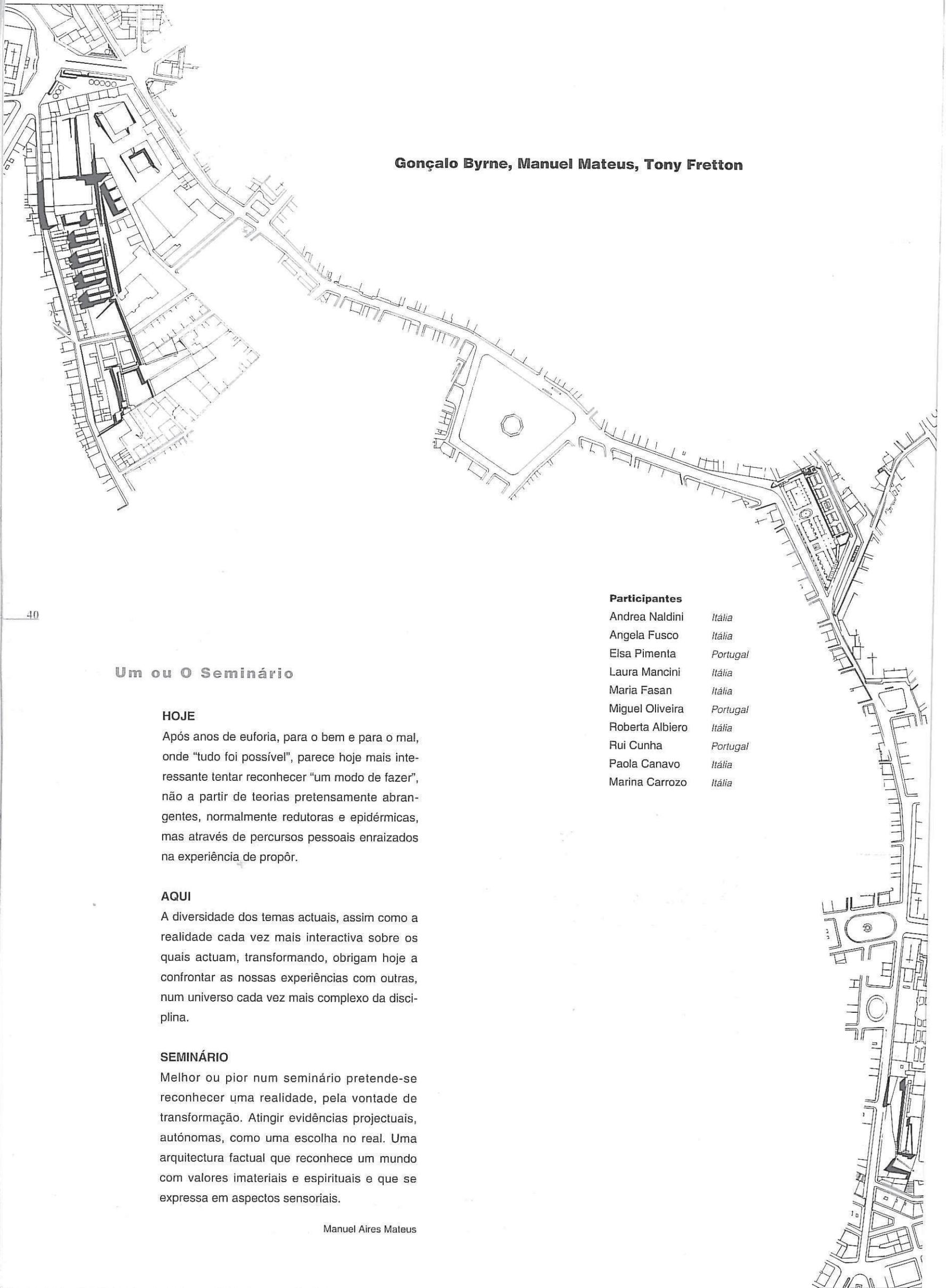
Como sonhou Boullé, no Templo à Natureza, Pere desenhou uma nova ordem abstracta, cartesiana, com a geometria que adivinhou na cidade e na morfologia, deixando livre o visível o último pedaço do dorso terroso e verde que suporta esta cidade... como um despontar da terra perante o pétreo com que a cobrimos.

Em nome do Grupo 5 do Workshop, agradecendo ao Casimiro, à Magda, à Eugénia, ao Luca e ao Pere, pela redescoberta da paixão do pensar e desenhar arquitectura... livremente.

*O Júri considerou (declarando-o publicamente) que o trabalho de Pere foi uma das mais interessantes abordagens produzidas neste Workshop. Pensamos que é justo que aqui se faça esta referência.*







Gonçalo Byrne, Manuel Mateus, Tony Fretton

## Um ou O Seminário

### HOJE

Após anos de euforia, para o bem e para o mal, onde "tudo foi possível", parece hoje mais interessante tentar reconhecer "um modo de fazer", não a partir de teorias pretensamente abrangentes, normalmente redutoras e epidérmicas, mas através de percursos pessoais enraizados na experiência de propôr.

### AQUI

A diversidade dos temas actuais, assim como a realidade cada vez mais interactiva sobre os quais actuam, transformando, obrigam hoje a confrontar as nossas experiências com outras, num universo cada vez mais complexo da disciplina.

### SEMINÁRIO

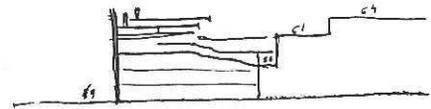
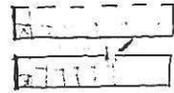
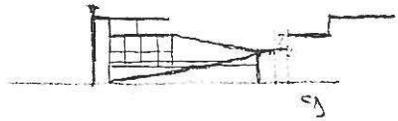
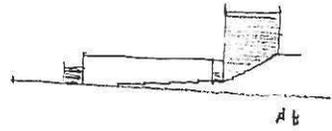
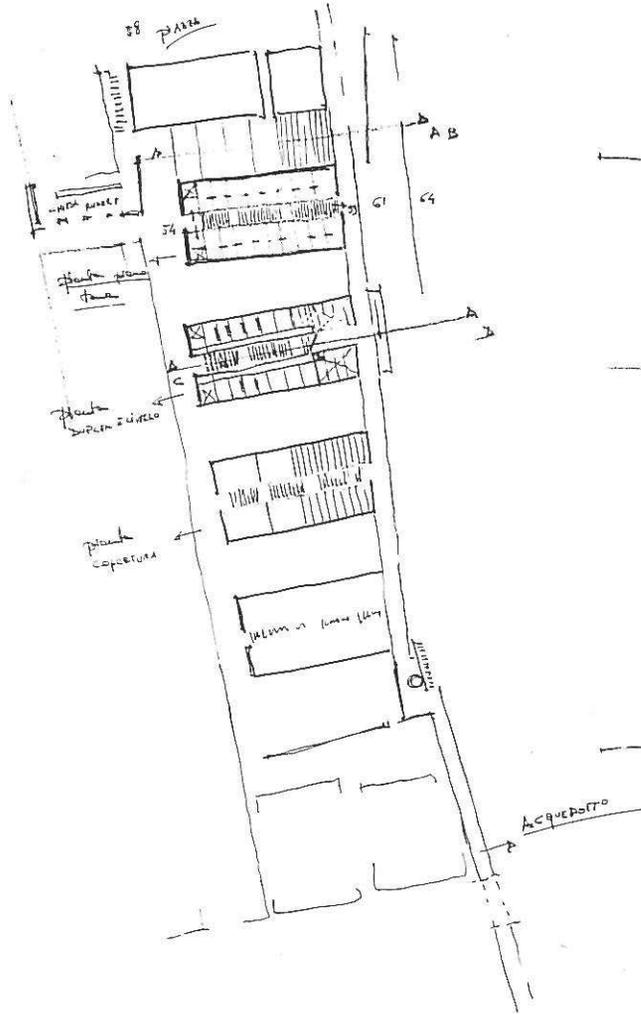
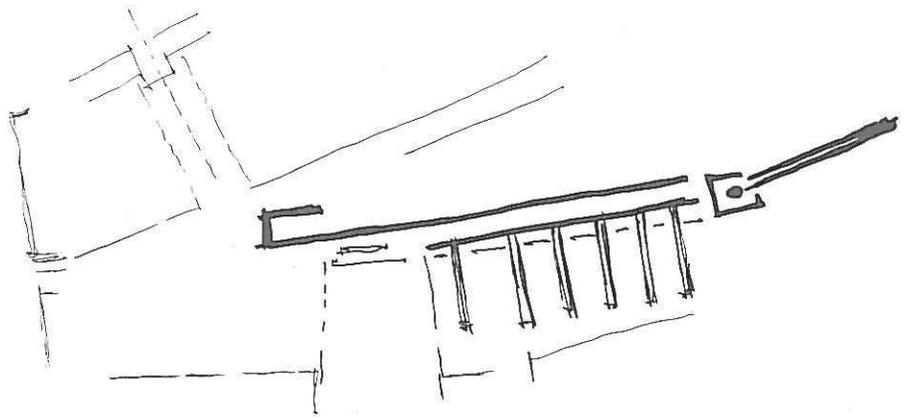
Melhor ou pior num seminário pretende-se reconhecer uma realidade, pela vontade de transformação. Atingir evidências projectuais, autónomas, como uma escolha no real. Uma arquitectura factual que reconhece um mundo com valores imateriais e espirituais e que se expressa em aspectos sensoriais.

Manuel Aires Mateus

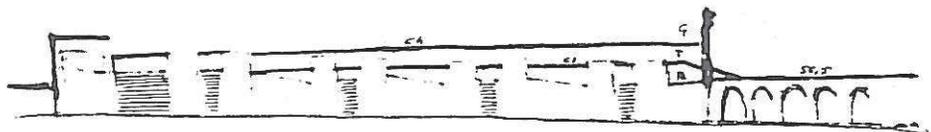
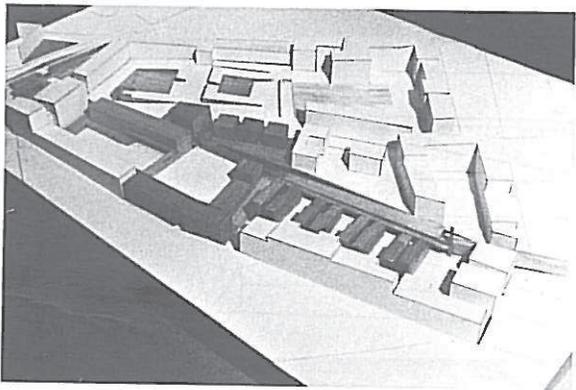
### Participantes

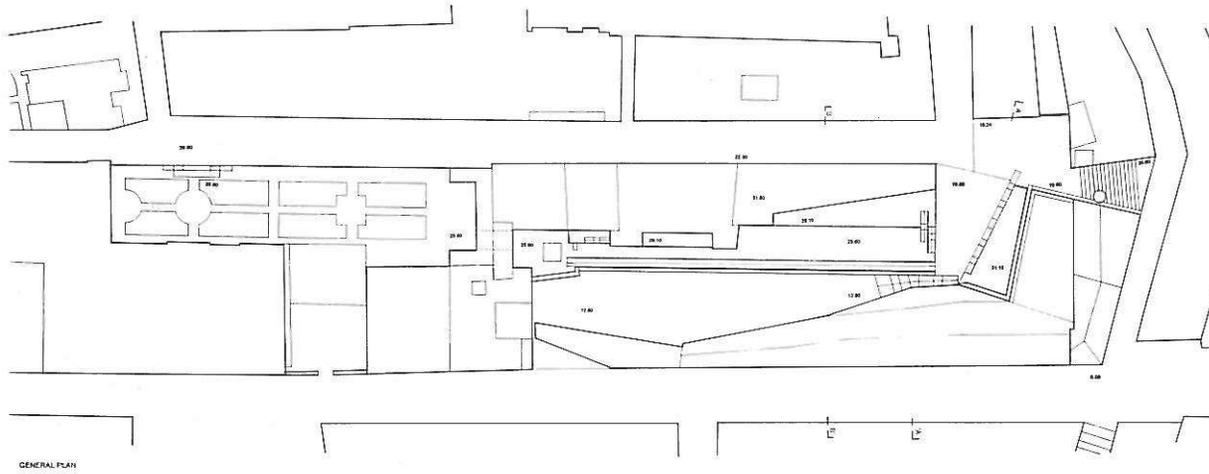
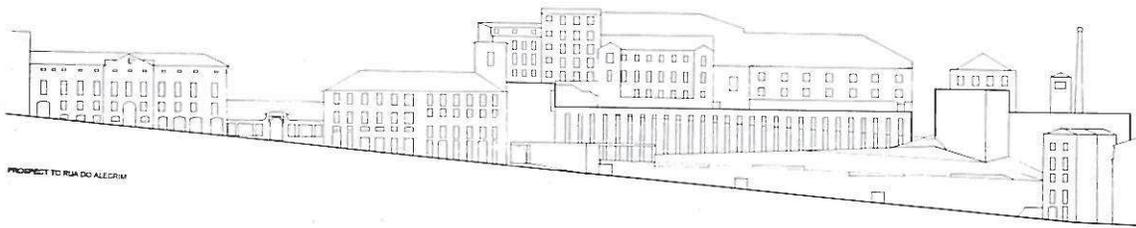
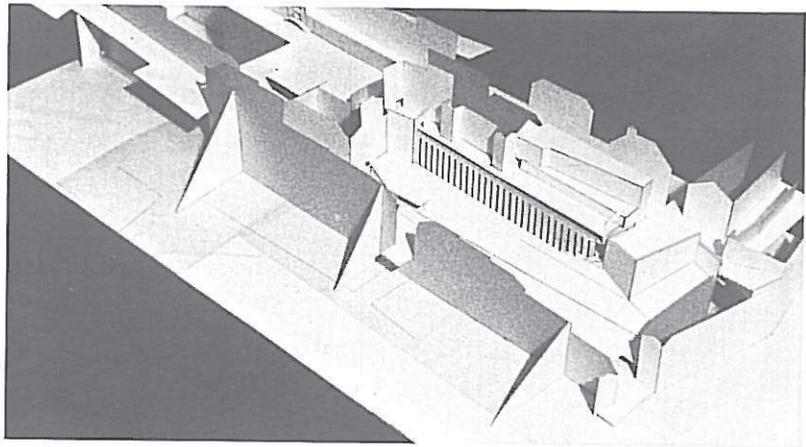
Andrea Naldini	<i>Itália</i>
Angela Fusco	<i>Itália</i>
Elsa Pimenta	<i>Portugal</i>
Laura Mancini	<i>Itália</i>
Maria Fasan	<i>Itália</i>
Miguel Oliveira	<i>Portugal</i>
Roberta Albiero	<i>Itália</i>
Rui Cunha	<i>Portugal</i>
Paola Canavo	<i>Itália</i>
Marina Carrozo	<i>Itália</i>

Angela Fusco

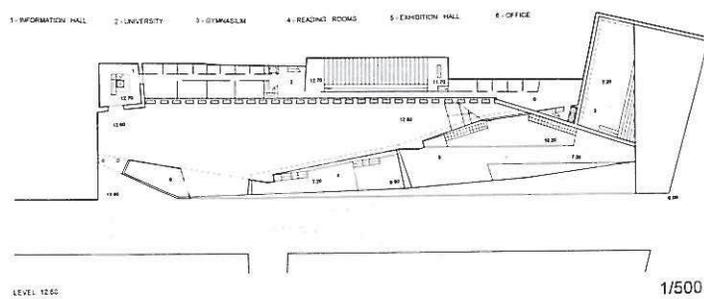
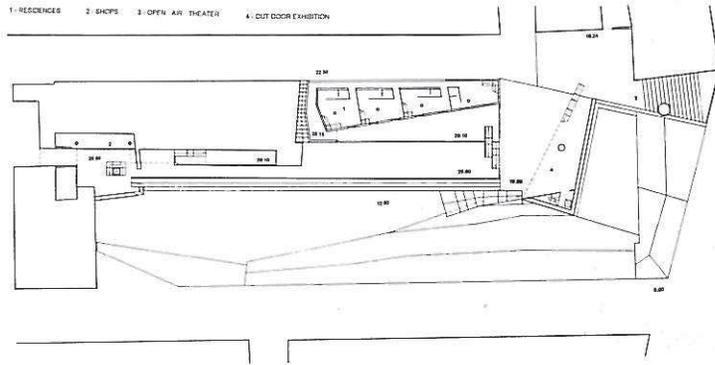
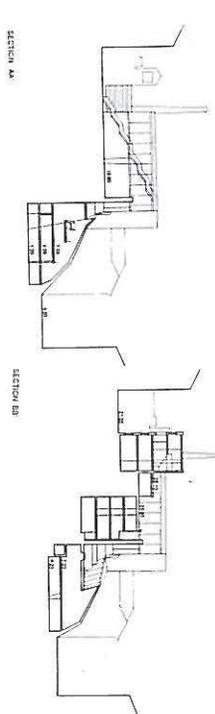


41



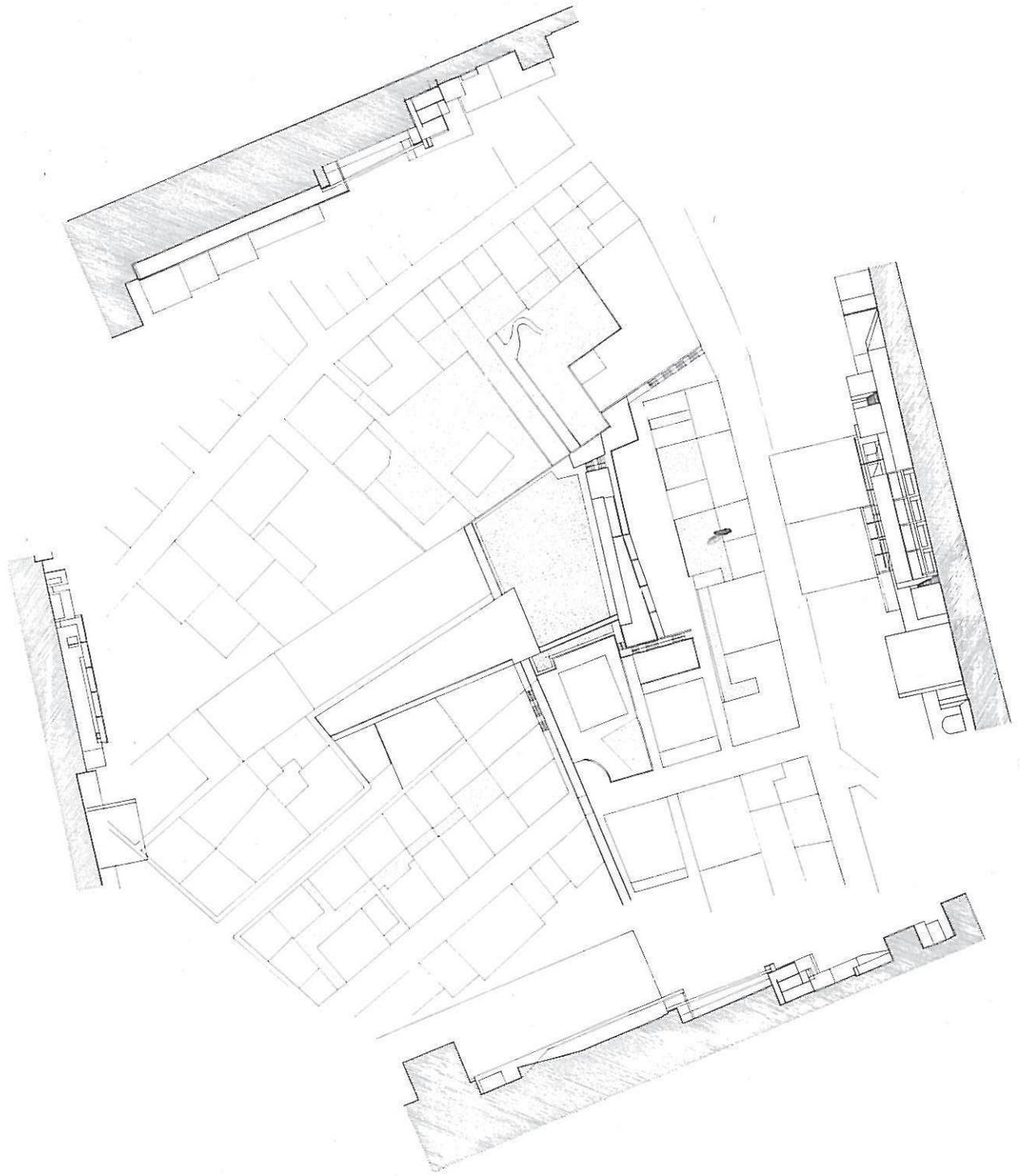


42

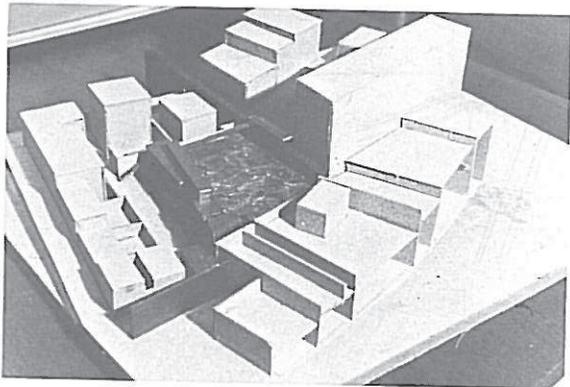


1/500

Roberta Albiero



43

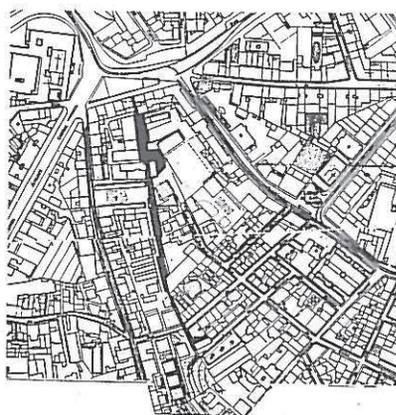


**Adalberto Dias, José Gigante**

**Participantes**

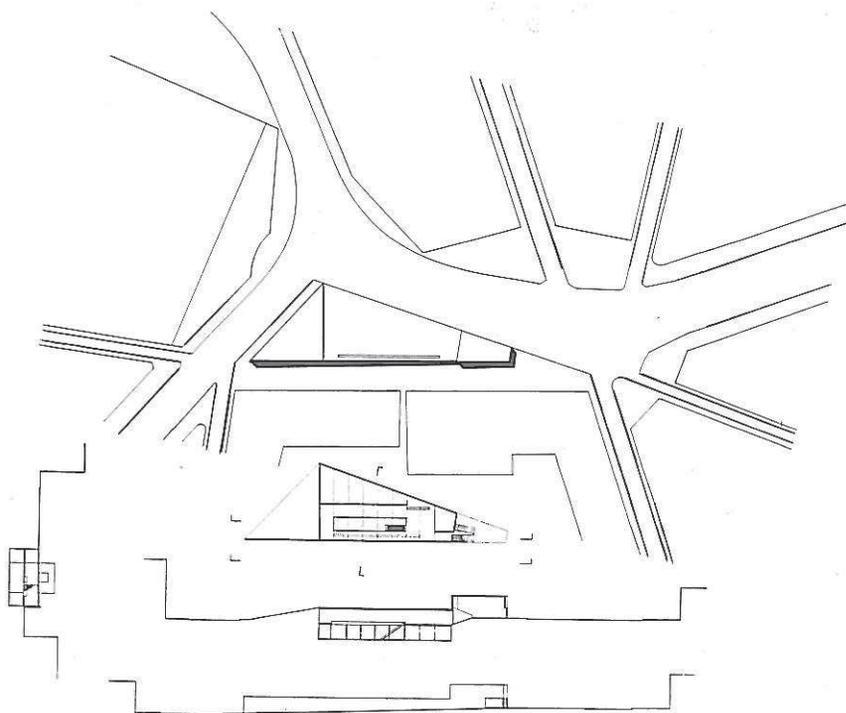
Andrea Liverani	<i>Itália</i>
António Longo	<i>Itália</i>
Erica Mosciaro	<i>Itália</i>
Juan Ayala Lopez	<i>Espanha</i>
Konstantina Gerontaki	<i>Grécia</i>
Luca Montuori	<i>Itália</i>
Marta Baretta	<i>Itália</i>
Pedro Guilherme	<i>Portugal</i>
Sofia Salema	<i>Portugal</i>

**Zona do Rato**



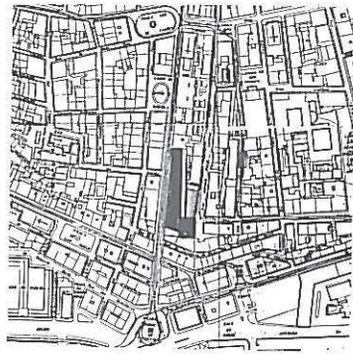
44

**Erica Mosciaro**

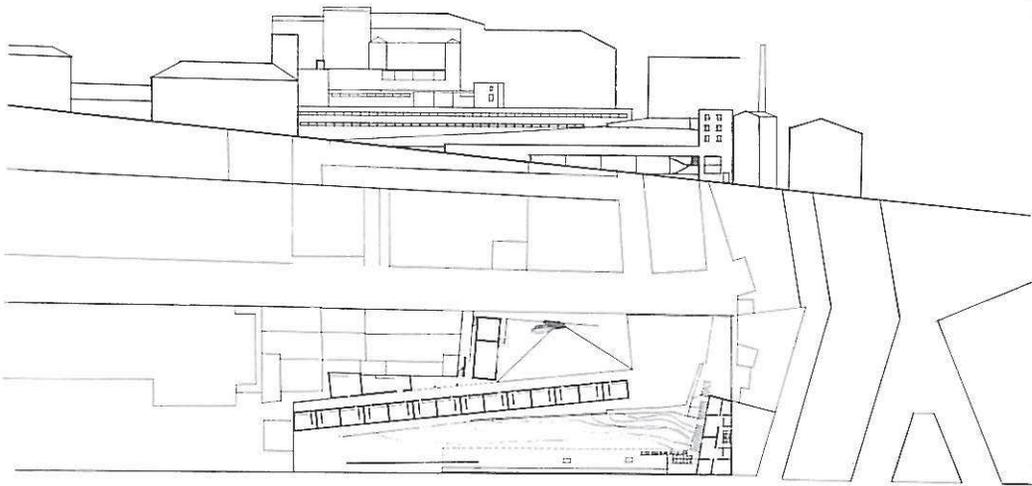




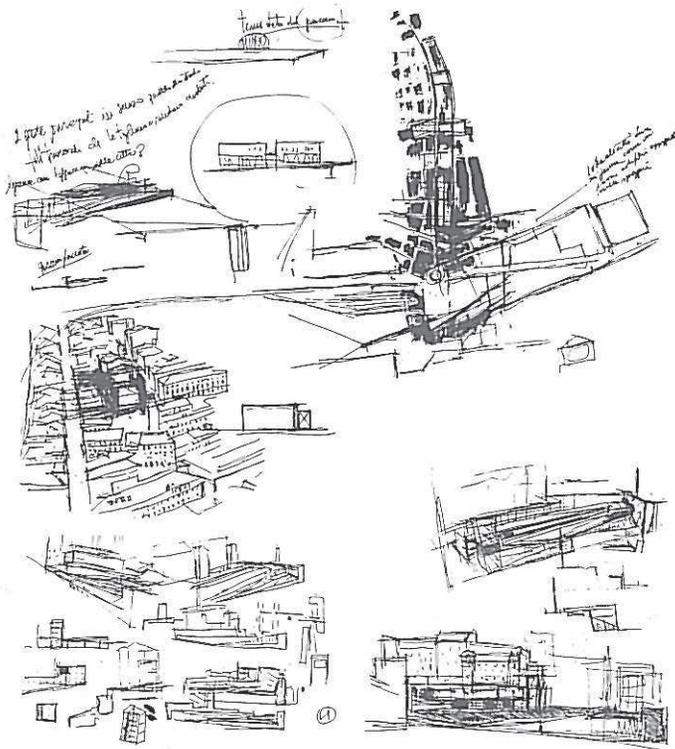
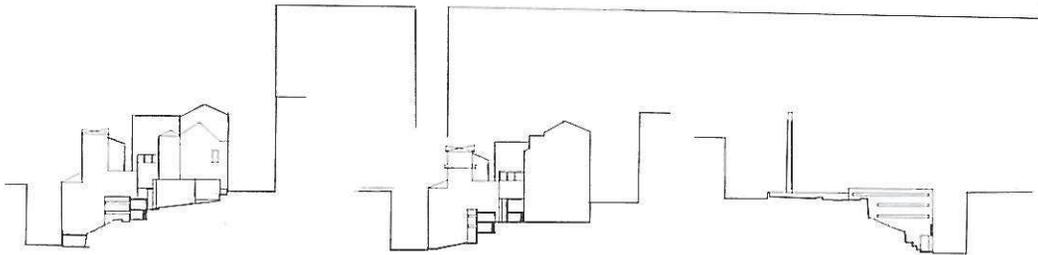
Cerca Fernandina



Marta Baretti

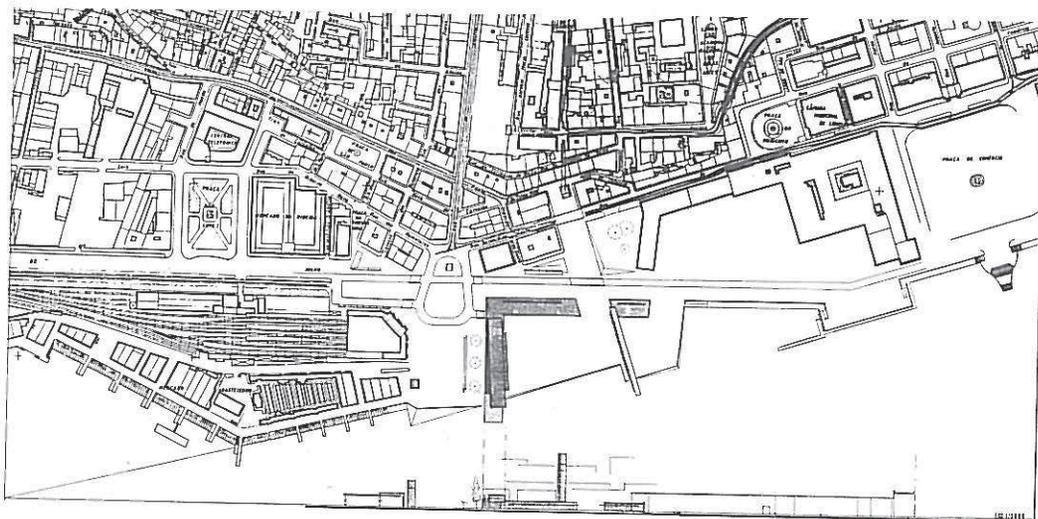
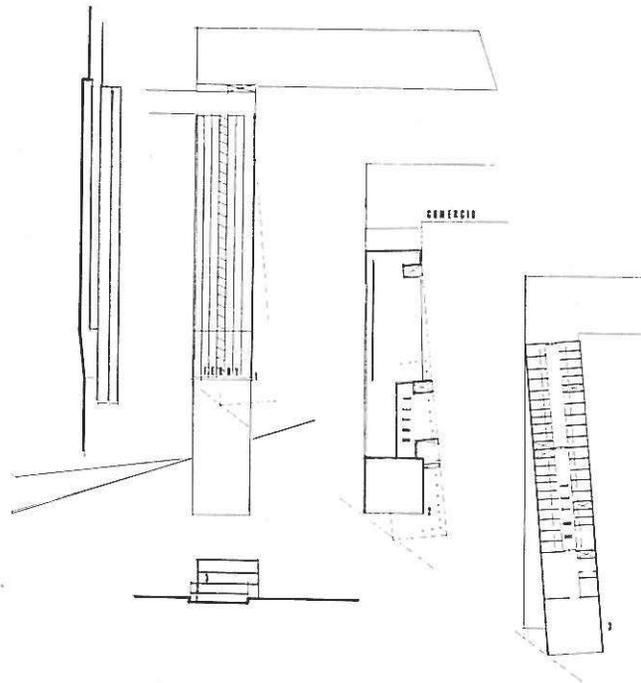
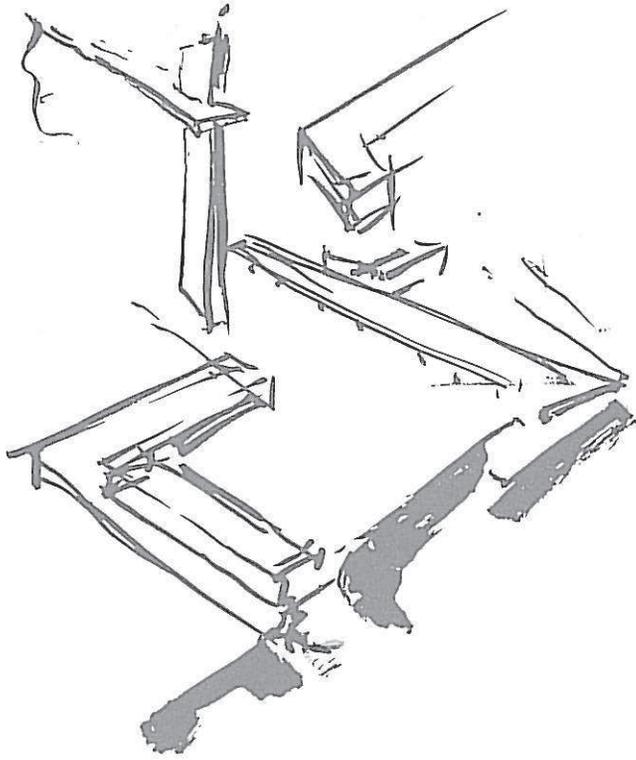


46

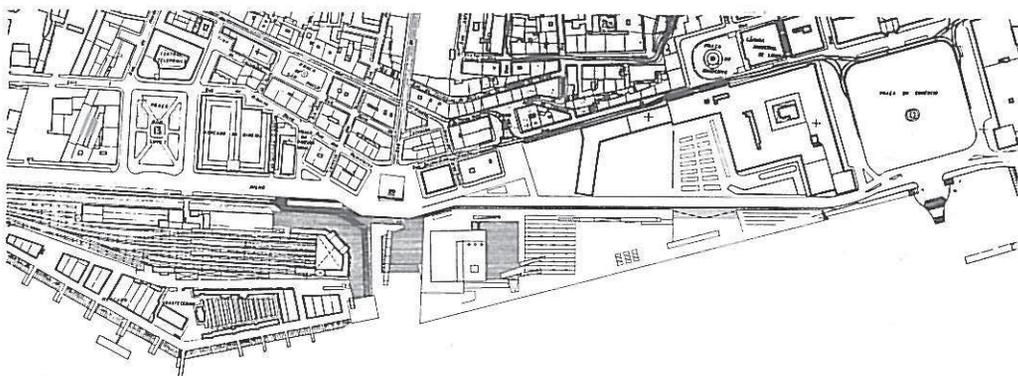
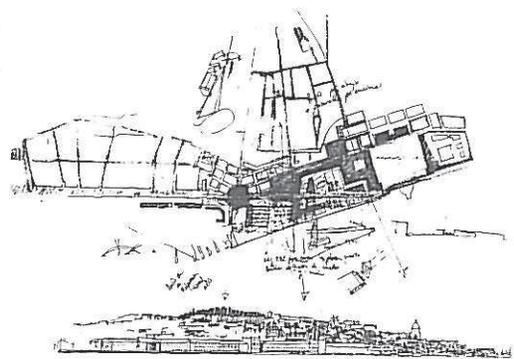
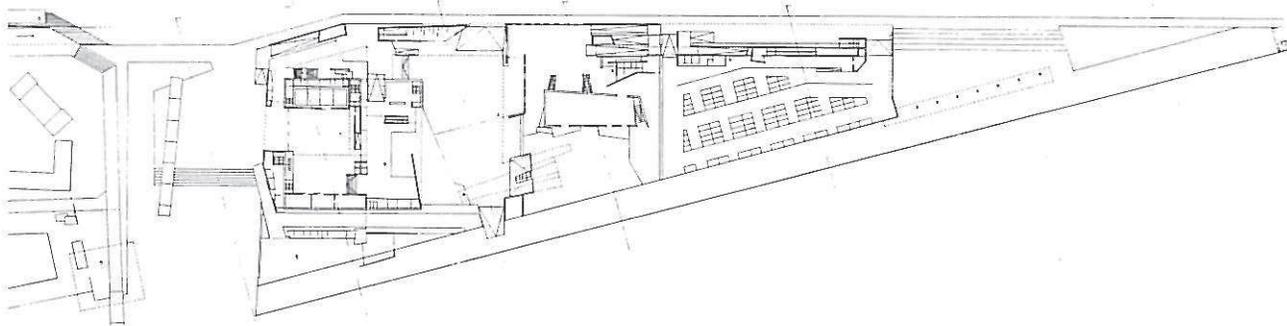
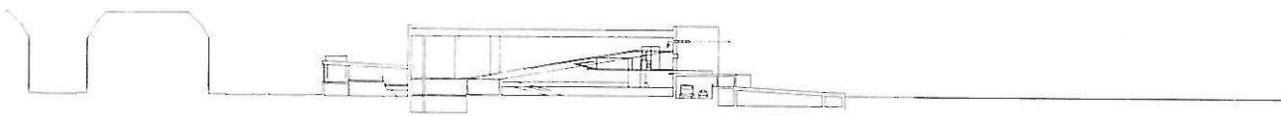
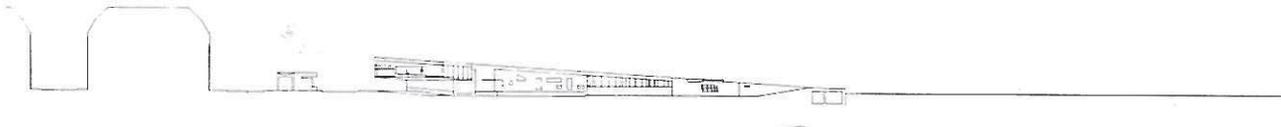
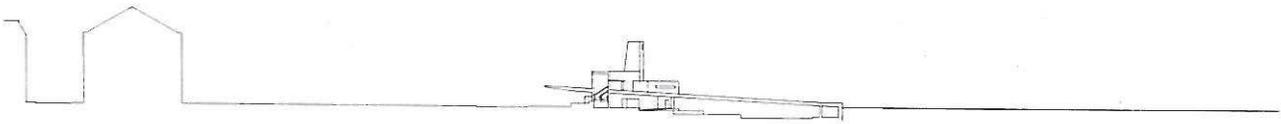
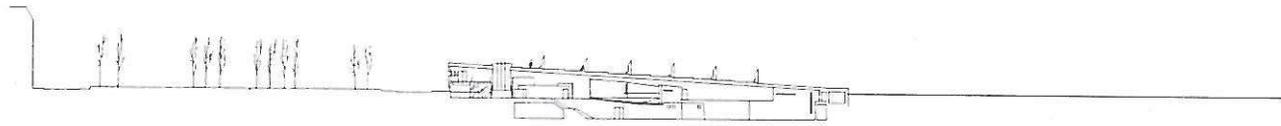


Cais do Sodré

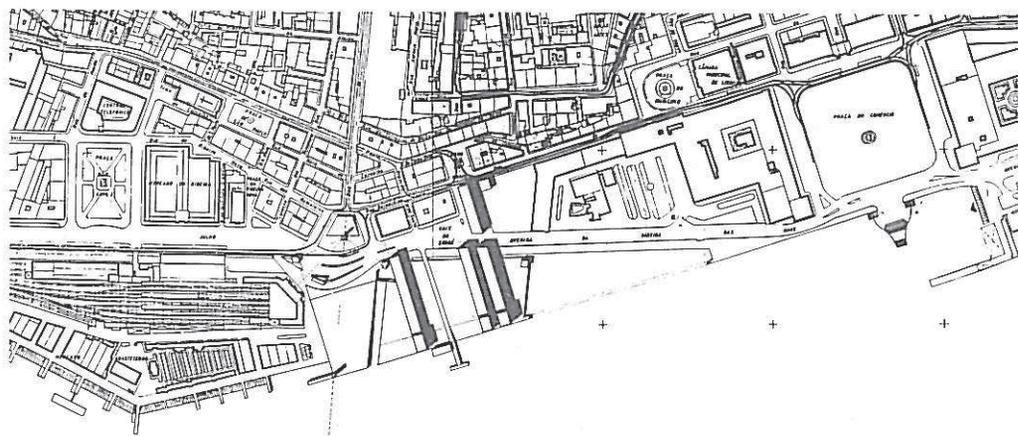
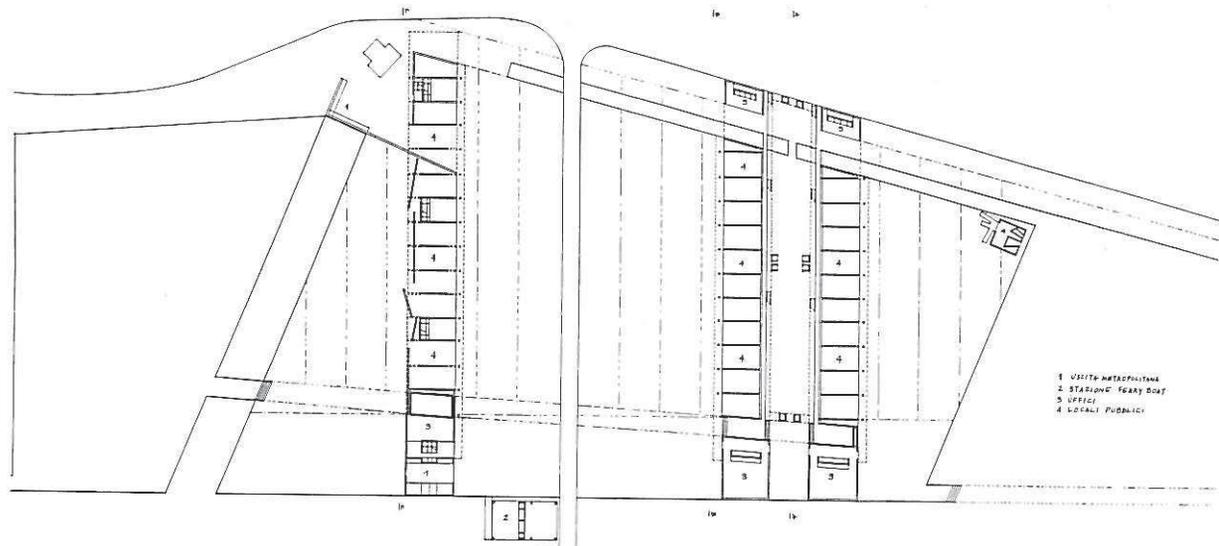
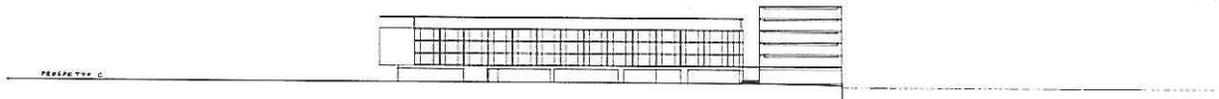
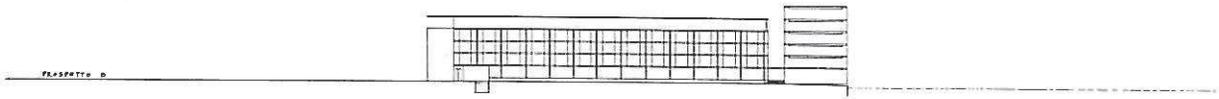
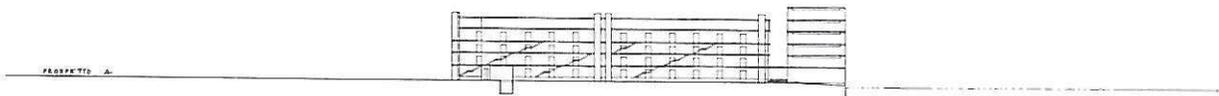
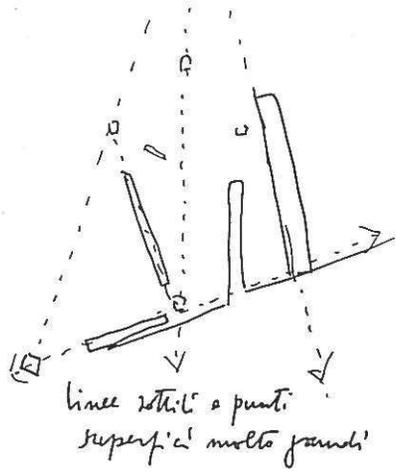
Sofia Salema



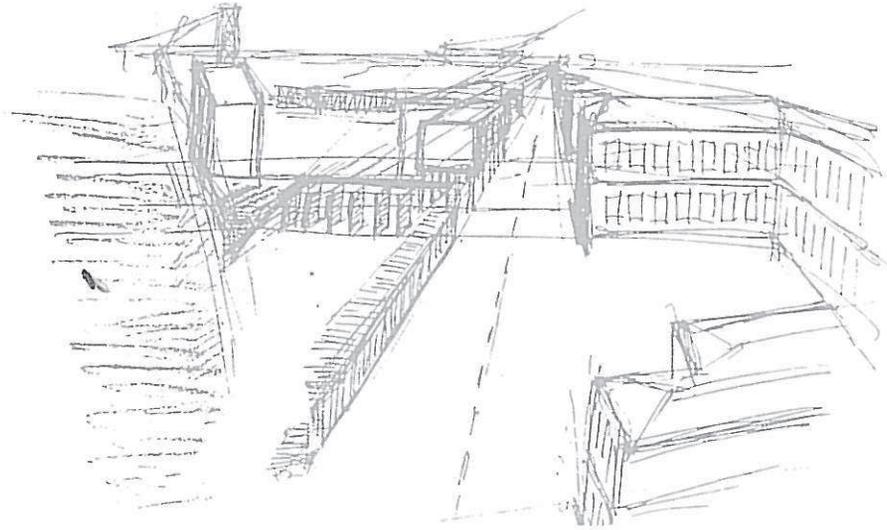
Juan Ayala Lopez



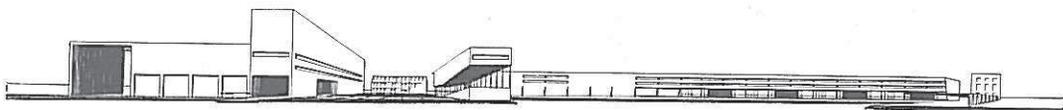
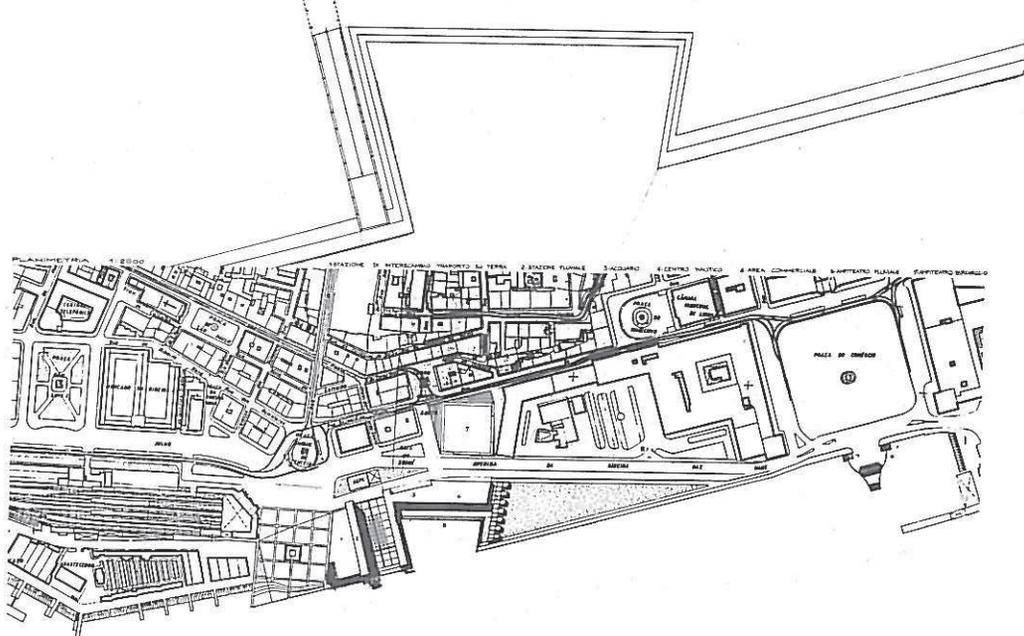
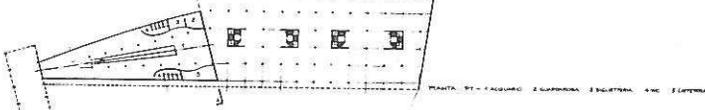
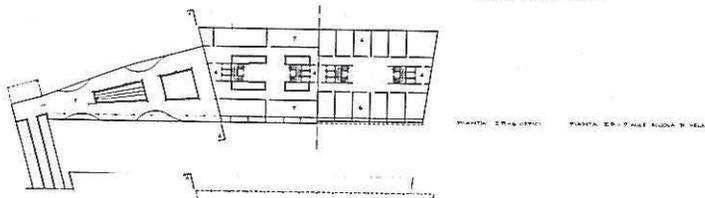
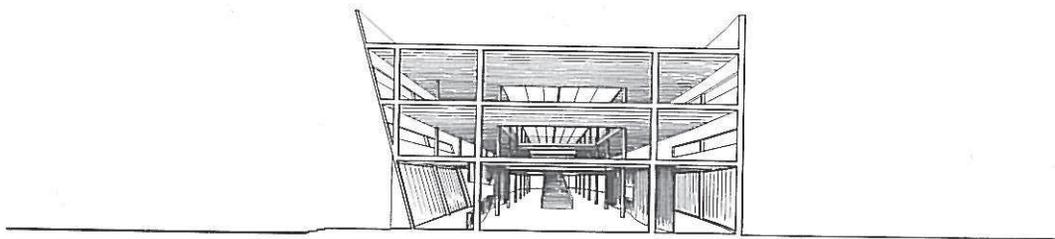
Luca Montuori



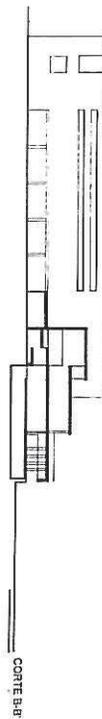
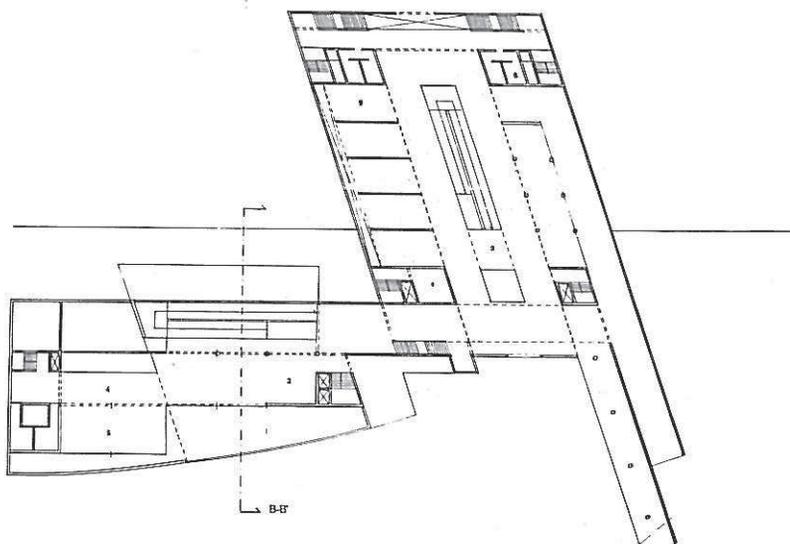
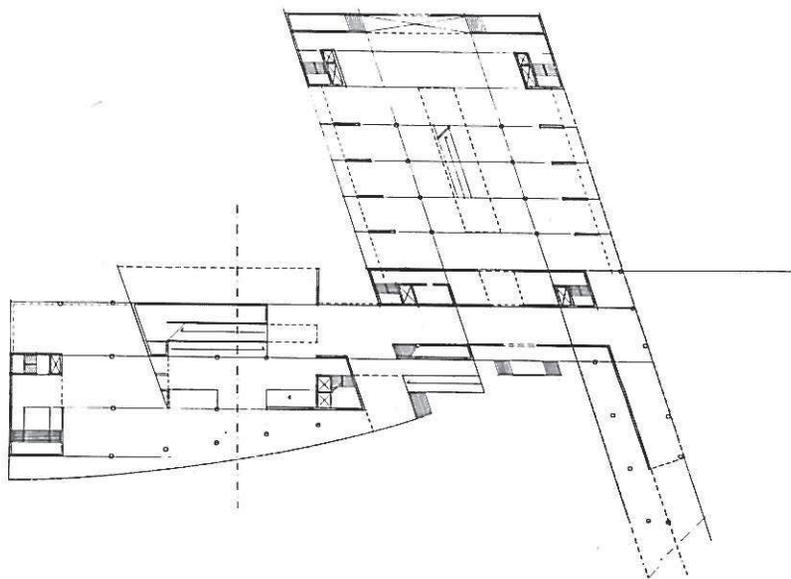
Silvia Consonni



50

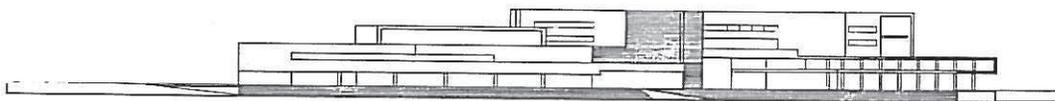


Andrea Liverani

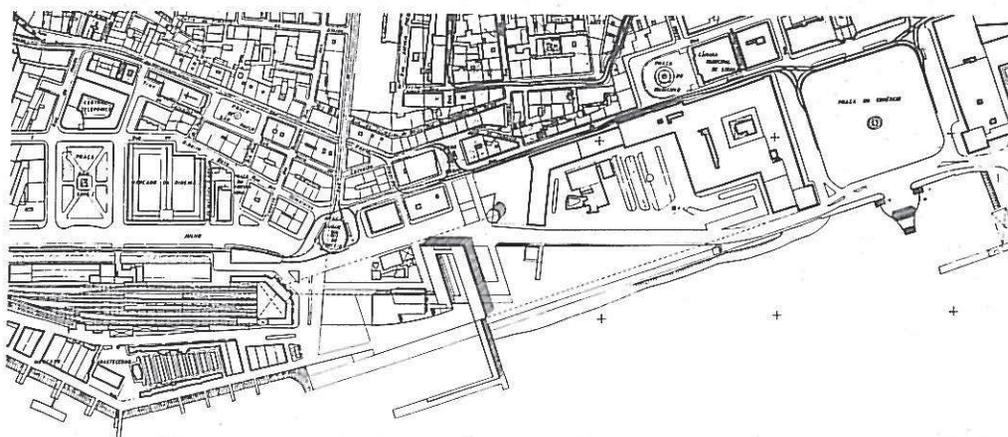


LEGENDA

- 1. Bilheteria
- 2. Sala de espera
- 3. Venda de passagens
- 4. Bar
- 5. Restaurante
- 6. Depósito de bagagem
- 7. Oficina de turismo
- 8. Vão
- 9. Escritório



ALÇADO SUL



João Belo Rodeia

## A Revolta de Delalus\*

*Para meu pai,  
que sempre me iluminou  
com o saber do silêncio.*

Pergunto-me muitas vezes porque escrevo, como se as palavras tivessem mais valor guardadas em mim – e porventura assim é –, junto ao receio de partilhar momentos que me pertencem, únicos, como são todos aqueles reservados à emoção e que dela nascem. Pergunto-me também para que escrevo, na razão exacta à vontade de o fazer e ao medo de não ser escutado, ou de – bem pior – não saber ouvir-me, certo de nada fazer sentido se assim for.

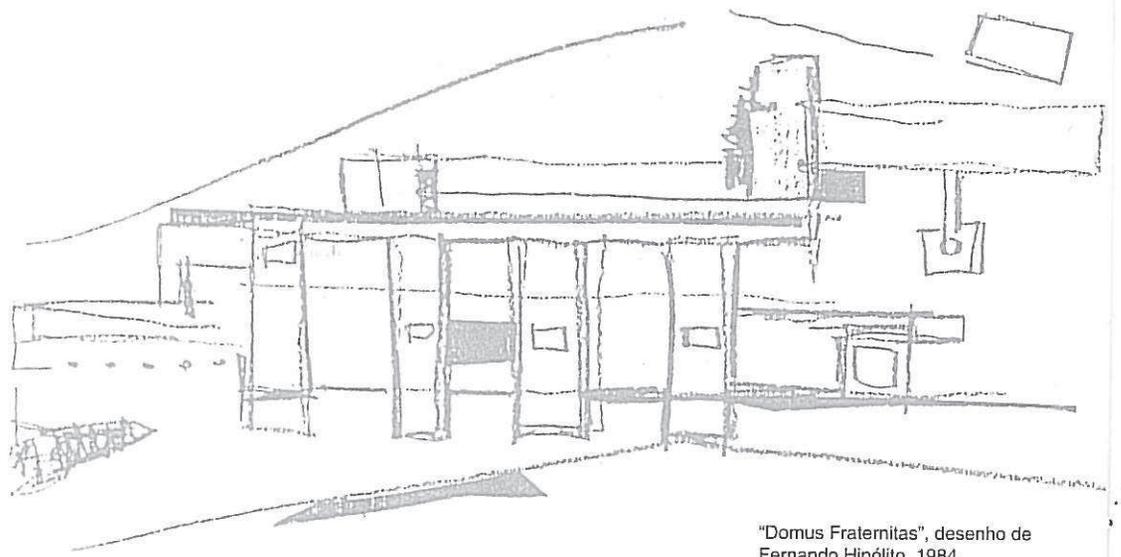
Vem isto a (des)propósito das palavras secretas, escondidas como quem cuida de um tesouro no labirinto, que é revelado no dia em que aprendemos a voar e batemos asas, talvez a caminho do Sol.

Parecer-vos-á que me tinha decidido a não falar de Arquitectura mas, apesar disso, é dela ou a partir dela que a vós me dirijo. Neste novo ano de 1995, escrevo para dizer tudo quanto já outrora havia dito e, ainda assim, insisto que não quero doutra coisa falar. Escrevo hoje porque busco mais do que a não-razão em mim e, desse modo, nos outros e em tudo, procuro dar sentido para a condição de simplesmente estar aqui, falando convosco.

Um dia, em Chandigarh, disse Le Corbusier a seu primo Pierre Jeanneret: "só os que jogam são tipos sérios". Apesar de não ser jogador, porque o risco de perda em que os jogadores incorrem me é doloroso, admito o jogo na vida como algo que envolve o segredo da verdade, cuja chave, em última instância, pode talvez ser a razão da minha – da nossa – existência.

Porém, descansem. Não é de mim que vos vou falar, já que, como sabem, estou mais acostumado a falar dos outros e é-me difícil o discurso directo. Depois, abomino mediatizar a vida pelo dispensável gasto a que não sou imune, para além do pudor em fazê-lo, o que se calhar é coisa rara nos dias que correm. Assim sendo, deixemos estas coisas como estão e partamos então para outras.

Há já algum tempo, não me recordo bem quando, mestre Daciano Costa dizia-me que só depois dos 40 anos os arquitectos eram-no de facto, e vieram-me de imediato à memória três obras-primas da Arquitectura Moderna – a Villa Savoye, o Pavilhão da Alemanha em Barcelona e a Casa Lovell, todas de 1929 – três chamadas de maturidade e vitalidade dos respectivos autores, a saber, Le Corbusier, Mies van der Rohe e Richard Neutra. Veio depois a constatação do muito que há a percorrer por entre o que se pensa e o que se faz, ou melhor, da importância do tempo na construção da autenticidade na Arquitectura, bem longe deste despudorado *show-biz* a que todos andamos amarrados. Também, autenticidade enquanto incitamento à liberdade, à



"Domus Fratemitas", desenho de Fernando Hipólito, 1984

revolta perante a iniquidade, à negação da forma única de pensamento. Autenticidade, sobretudo, pela necessidade de encontrar uma essência e, através dela, conquistar e construir a noção exacta do mundo agora e depois.

Porém, com muita ingenuidade, gosto de acreditar que o caminho sou eu que o construo, dentro da partilha dos quotidianos e da atenção possível a tudo quanto o tempo não poupa. Sabendo que há muito a percorrer, prefiro assim. Embalam-me as vozes do poeta António Machado, e o cantar preferido do meu amigo Víctor del Rey: "Caminhante não há caminho. Faz-se o caminho a andar. (...) Caminhante não há caminho. Apenas os sulcos no mar".

Acredito também que a Arquitectura, tal como a Vida, deve ter uma dimensão ética. A responsabilização social é, para mim, fundamental. Não que tenha a veleidade de querer mudar o mundo – vai longe o tempo da "Arquitectura ou Revolução" dos heróis modernos – mas não consigo imaginar-me e ao nosso trabalho fora dessa dimensão.

Porém, pensar que a Arquitectura apenas se constrói com responsabilização social e princípios éticos pode resultar num equívoco perigoso. Existem demasiados testemunhos de maus exemplos no passado e, nesse sentido, mantém-se pertinente o apelo à cultura do projecto no interior dos valores disciplinares. No entanto, não é menos certo que, sem essas responsabilizações e princípios, dificilmente haverá respostas válidas da Arquitectura para as solicitações dos homens e dos tempos que correm.

Basta olharem à vossa volta.

Talvez como em vós, preocupam-me os sinais dos tempos.

Os indícios claros da rotura dos equilíbrios ecológicos, provocados pela poluição e pela brutal delapidação dos recursos naturais, nomeadamente os hídricos, minerais e florestais.

A dramática reorganização da geopolítica nos últimos anos, e a mutação do poder nas sociedades modernas, em que os poderes factícios crescem no espaço dos poderes eleitos. A crescente importância dos poderes informais – jornalistas, burocratas, empresários, consultores – sem regras de direito estabelecidas, ao contrário do que acontece nos poderes formais das sociedades democráticas.

A desvalorização da vida, a pobreza e a superpopulação, o culto da violência e o genocídio, o anti-semitismo e a discriminação étnica e religiosa, a previsibilidade nefasta da manipulação genética.

O protagonismo da guerra e da doença – Sarajevo e Sida têm os SS que aterrorizam qualquer homem

digno desse nome, como não se sentia entre nós desde a IIª Guerra Mundial e o aparecimento dos antibióticos.

Pergunto – até que ponto se vêm alterando os hábitos e comportamentos sociais nos últimos anos?

Talvez como em vós, preocupam-me as realidades da nossa época.

A afirmação de novos papéis sociais e a constatação de distintos modelos de família.

A internacionalização dos hábitos e a coexistência das diferenças, tal como o difícil equilíbrio entre a singularidade e a universalidade dos direitos.

A intensidade da vida quotidiana e os novos ambientes e locais para trabalhar, habitar, educar e descansar.

A aceleração dos efeitos da tecnologia, a realidade virtual e os novos sistemas integrados.

As auto-estradas da informação, e a mobilidade dos bens e das populações.

Os efeitos do *zapping*, o excesso congestionado do acesso à informação e os riscos da universalização e homogeneidade global.

A explosão dos regionalismos e o protagonismo das cidades, dentro de entidades políticas cada vez mais transnacionais, centralizadas e burocratizadas.

Pergunto – neste contexto, até que ponto é possível enfrentar e compreender a reorganização do conhecimento?

Talvez como em vós, preocupam-me as precaridades da Arquitectura.

A modificação acelerada da paisagem construída, a coexistência dramática de diferentes realidades urbanas, as serpentes viárias e os interfaces nodais das redes, nomeadamente as de informação.

As rupturas introduzidas com novos programas e interlocutores, e novos tipos de encomenda.

A crescente incompatibilidade entre a encomenda e a aplicação desses programas na cidade e no território, por um lado, e as geometrias tradicionais da composição, por outro.

A dificuldade de síntese do Planeamento com a Arquitectura, no quadro aberto das actuais sociedades democráticas.

O futuro e as possibilidades da previsibilidade, antecipando e experimentando modelos virtuais de novas realidades.

A nova dimensão do espaço e do tempo, em que “o espaço é cada vez mais distância e menos dimensão, e o tempo cada vez mais duração e menos medida”.

Pergunto – até que ponto estão falidos os processos e os sistemas de ordenação tradicionais?

Talvez como em vós, preocupa-me o desempenho da Cidade.

Os novos territórios das cidades, o conceito de cidade-metrópole, e a ineficácia da aplicação absoluta de modelos cristalinos, unitários, deterministas e quantificadores.

A ilusão dos modelos microinterventivos, como se a cidade pudesse existir retalhada, fora de uma ideia global.

O absurdo da nostalgia historicista e semântica, tal como a falência da crença na recuperação morfológica e na capacidade regeneradora dos tecidos urbanos (aliás, o que se entende hoje por tecido urbano?).

A coexistência não apenas do que é complementar e homogéneo entre si, como também de novos fluxos e mudanças de estado, fragmentações, deformações e distorções, tal como do carácter mutante

de novas formas e funções no espaço e no tempo.

A competição dinâmica entre cidades e a valorização das respectivas diferenças – as do passado e as do presente que lhe dão alma, e as geradoras de expectativa, aquelas que se esperam do futuro –, que contribuem para delinear uma estratégia de especialização qualificada e asseguram a sobrevivência das *identidades*.

Pergunto – como é possível dar sentido social e cultural à tecnificação da Arquitectura e à metropolização do território? De que modo se pode responder a uma cidade que é cada vez mais “a experiência intensa e permissiva da simultaneidade daquilo que não é simultâneo, da coexistência paralela e paradoxal de interesses, experiências e conceitos diferentes”?

Procurando caminhos, diria que é hoje indispensável acordar do sono profundo que acomodou os arquitectos nas duas décadas passadas, e enfrentar o novo milénio.

No contexto disciplinar, valerá a pena tentar o encontro do Património, enquanto bem público e no sentido mais lato dos grandes valores éticos e estéticos – os critérios e limites de avaliação do certo e do errado, e os princípios de (re)avaliação da obra de arte – com a Utopia, enquanto lugar-testemunho duma nova intensidade para a Vida, liberta e revigorada em essências fundamentais: o nascimento e a morte, a amizade e a compaixão, a comunhão e a solidariedade.

Neste sentido, como decerto já depreenderam, as minhas palavras são sobretudo um convite. Desde logo, à esperança, ao despojamento, à reflexão e ao silêncio. Como em Kundera, um convite à ponderação do peso no nosso tempo, ou melhor, à insustentabilidade do consumo, da ambição e do lucro em si mesmos. Também, à emancipação da visão directa do mundo e das coisas, que não a sua liminar recusa.

Deste modo, parafraseando Calvino, o convite alarga-se à *multiplicidade*, no desejo de um mundo de inclusão de pessoas e coisas, aceitando o diferente e não apenas tolerando. Estende-se à *essência do visível*, isto é dizer, à tomada de consciência de que a memória está coberta por camadas de imagens como um depósito de lixo e, a partir dela, é difícil a revelação. Ainda, apela ao *conhecimento*, no sentido de que conhecer significa “tomar consciência do poder de pensar e do poder de imaginar um repertório do potencial, do hipotético, do que não é, nem foi, nem talvez seja alguma vez, mas que poderia ser”.

Faltam heróis ao nosso tempo. Não falo de quaisquer demiúrgos em ascético isolamento, mas antes daqueles que têm o espírito livre, daqueles que rejeitam a brutalidade comum, daqueles em que brilha a Vida e têm vontade de generosidade e grandeza. Falo dos heróis que existem em todos e em cada um de nós, no sentido simultâneo da emancipação individual dentro da comunidade, e da coragem de autenticidade individual entre e para com a comunidade.

Subindo a montanha, apelo a todos que osem o futuro: experimentem, inventem e provoquem. Para voar mais alto, o labirinto será a raiz fundamental da revolta e, incitando-vos à liberdade, nele encontrar-se-ão como Dedalus, senhores das vossas asas e determinados a existir no mundo.

(\*) Texto revisto da comunicação apresentada no Workshop de Arquitectura “Projectar Lisboa”, na Conferência do Arqº Fernando Hipólito/Templos Modernos.

Já está. A mudança da Faculdade de Arquitectura U.T.L. do Chiado para o Alto da Ajuda, junto a Monsanto, efectuou-se. Foi um caminho longo que culminou o processo de degradação da antiga Escola de Belas Artes e passou pelo juntar da palavra "Superior", crise do 25 de Abril, existência de dois Departamentos e integração do curso de Arquitectura na Universidade Técnica de Lisboa. Esta foi resultado de uma antiga reivindicação dos Arquitectos, que sofreram desde o século XIX, mas em Portugal sobretudo na primeira metade deste século, uma posição de inferioridade relativamente aos Engenheiros, já que o prestígio social concentrava-se mais do lado da Técnica que do lado da Arte, e a Arquitectura entre uma e outra seria menos que a Engenharia, precisamente por isso.

Coube efectivamente aos Engenheiros empunhar o facho do "Progresso", porque esta ideia de melhoria humana foi identificada com as máquinas que supostamente produziram mais e melhor, criando riqueza, que poderia ser distribuída por todos já que ela seria abundante.

Contra isto algumas vezes se levantaram, mas acabaram por ser identificadas com a reacção à modernidade, com as nostalgias do passado. Sobretudo em países como Portugal que, sofrendo de complexo de inferioridade face aos que viam multiplicarem-se fábricas, grandes cidades, e produziam avalanches de números estatísticos, tomavam como modelo a seguir precisamente e com afirmação de radicalidade essa noção de "Progresso".

Claro que os sinais precursores do reverso da medalha como a violentação de muitas das raízes profundas das sociedades, o ambiente urbano poluído, os efeitos de grandes concentrações humanas, os desequilíbrios regionais e mundiais, a rapina colonial, etc, eram minimizados ou ignorados. A Técnica e a Ciência tudo resolveriam.

Da década de 60 para cá uma consciência crítica sobre a Revolução Industrial e os seus efei-

tos começou a generalizar-se. Afinal as promessas não tinham sido geralmente cumpridas, apenas parcialmente, e a melhoria das condições económicas (a tal distribuição de riqueza) tinha-se dado apenas nalguns países. Produto dela foram as novas reivindicações, já não de melhores salários ou habitação para todos, mas a qualificação das condições de vida, a participação dos cidadãos, outras condições urbanas, a cultura e, associada a ela, a Arquitectura como meio possível para tal.

Por isto, desde os anos 80 se verifica a produção, por vezes frenética, de magníficos edifícios para museus, teatros, óperas, centros culturais, universidades, centros de investigação. E até Lisboa lá foi tocada por esta movimentação, construindo ultimamente o Centro Cultural de Belém, o Museu do Chiado, a renovação do Museu de Arte Antiga, e chegando mesmo à famosa Expo 98.

É assim o triunfo de uma certa Arquitectura, mesmo que por cá apenas contemple a excepção, enquanto as grandes cidades portuguesas mergulham aceleradamente no caos, envolvidas por periferias entre o clandestino, os bairros de barracas e os caixotes para pessoas, com raríssimas excepções, e os centros são enchidos por escritórios e automóveis, a par de um olhar às vezes excessivamente conservador sobre os chamados centros históricos (ou a cidade antes do século XIX).

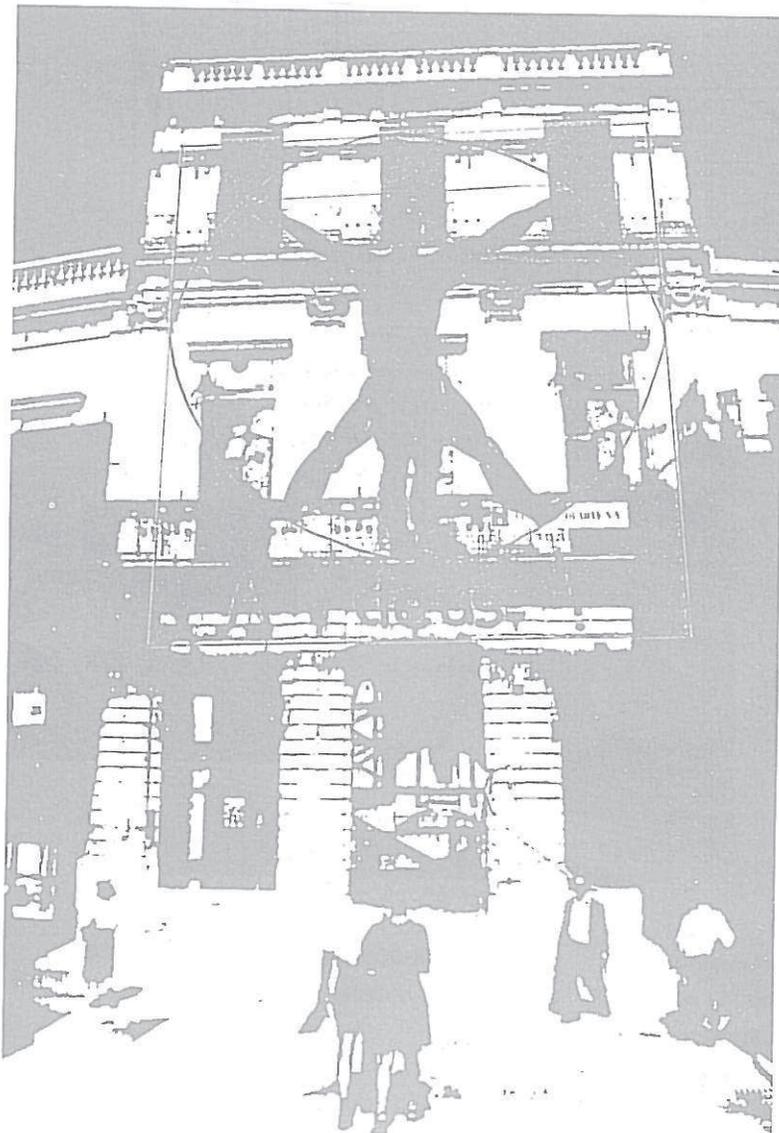
Servem estas reflexões para introduzir os resultados de um concurso que a Associação dos Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica organizou para escolher propostas de intervenção em espaços urbanos no Chiado, e que deveriam ter sido construídas para marcar a saída da Faculdade de Arquitectura.

Não o foram por falta dos apoios inicialmente prometidos, mas o seu registo aqui fica. E fica nestas páginas também como testemunho que dois estudantes de Arquitectura, futuros arquitectos, de novo colocam esta velha Disciplina

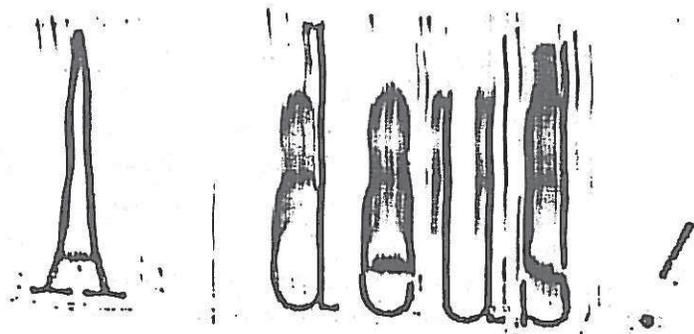
no campo da Arte. Filipe Viegas na sua memória escrita diz que com o seu objecto efémero pretendia lembrar a importância que o Chiado teve para o "desenvolvimento da arte" na qual ele "bem como outras pessoas atentas" continuam "a incluir a arquitectura", enquanto que Miguel da Silva ao escolher a figura do Homem duplamente inscrito no círculo e no quadrado, de Leonardo da Vinci, também não se distancia de tal atitude, se bem que na lembrança da cultura Renascentista que aliava a Arte e Ciência em torno do ser humano como criação divina por excelência, ou seja digna de atenção principal.

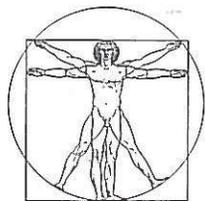
O primeiro, propondo um objecto arquitectónico em paralelo com um objecto escultórico em franca contaminação mútua, que permite a subida para níveis mais altos que o solo da praça Luis de Camões, possibilitando ver o Chiado de pontos pouco usuais ao passeante, realiza assim a simbiose Chiado/Arte, Arquitectura (a da cidade) com a Cultura.

O segundo, ao colocar o Homem Renascentista no ponto mais destacado da paisagem urbana do Chiado, chama a atenção para a unidade perdida, o tema central a Arte e Arquitectura desde que tal facto se tornou consciência no mundo contemporâneo.

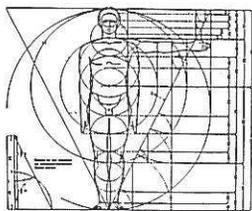


**Miguel Carneiro da Silva**





Leonardo da Vinci. Cânone de proporções



Proporções do corpo humano segundo - Cassini

**EXTRACTO DE MEMÓRIA DESCRITIVA**

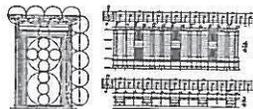
(...) Este projecto consiste em montar uma tela esticada numa estrutura tubular e justapô-la na fachada principal do edifício dos armazéns do chiado. Nessa tela será impresso o cânone de proporções de Leonardo da Vinci. Serão abertos seis rectângulos correspondentes às janelas da fachada de modo a permitir a continuação do olhar, através da tela e da fachada para as ruínas e para a colina do castelo, permitindo também que a luz da manhã ilumine os vãos, e que seja encarada como possível a hipótese de iluminação nocturna. A tela será pintada de acordo com o desenho, (vermelho para o infer-

no/incêndio, azul para o céu?), de modo a introduzir cores fortes na zona e a salientar a ideia (transição/mudança de inferno/incêndio para reconstrução/céu), com outras possíveis interpretações (...)

(...) Esta é uma intervenção efémera (tal como porventura o foi o antigo chiado) e assume-se como tal e um adeus, do antigo chiado, da faculdade e seus alunos ao chiado (e porque não de Lisboa 94 ao chiado?). A própria figura não é fixa: são possíveis 16 figuras humanas a partir desta única figura, e duas pessoas diferentes podem ver duas figuras humanas diferentes inscritas no círculo e no quadrado (...)



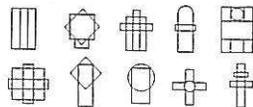
Interpretações antropométricas



Interpretações musicais

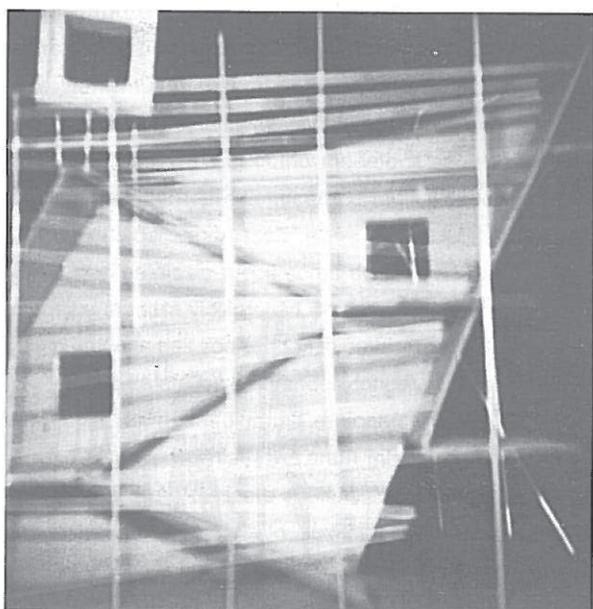
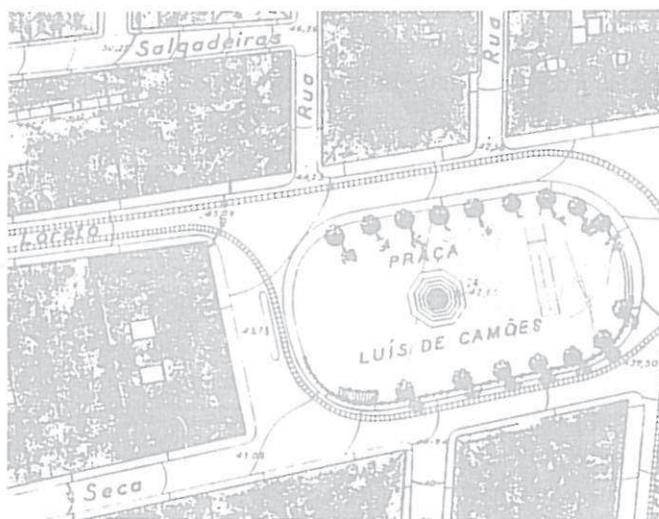


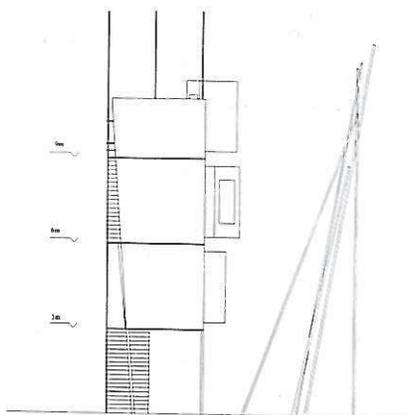
Interpretações iconográficas, assente na iluminação natural



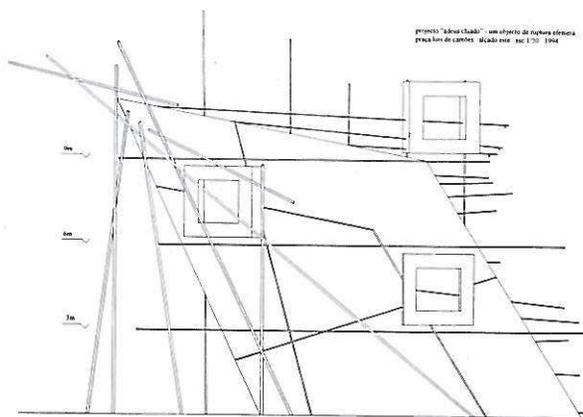
Interpretações icónicas, assente na iluminação natural e artificial

**Filipe João Adrião Viegas**

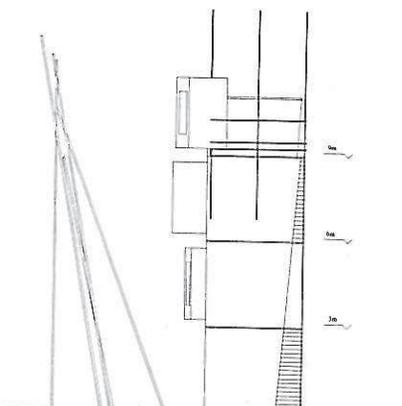




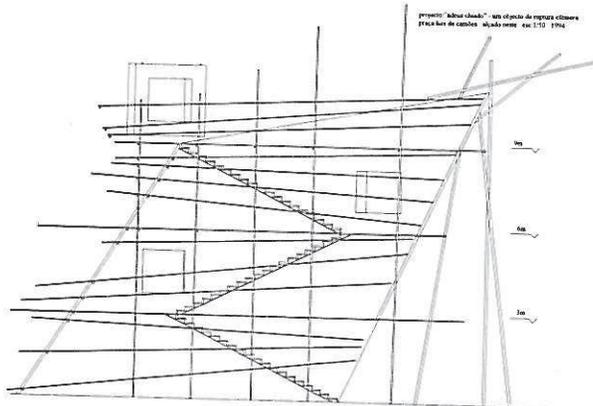
projeto "Adeus Chiado", um objecto de estrutura e forma  
Praça das Carmes - Aljube novo - cas. 173 1964



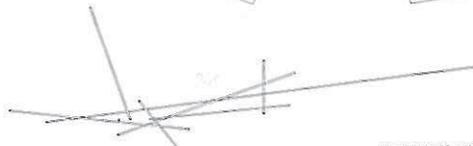
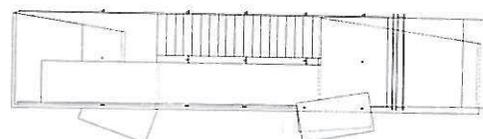
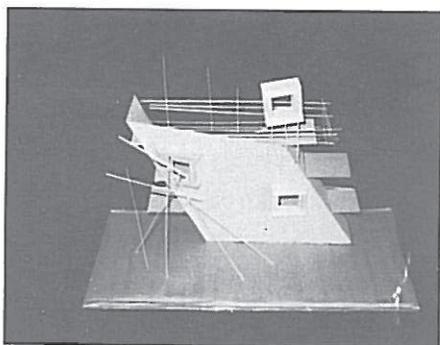
projeto "Adeus Chiado", um objecto de estrutura e forma  
Praça das Carmes - Aljube novo - cas. 173 1964



projeto "Adeus Chiado", um objecto de estrutura e forma  
Praça das Carmes - Aljube novo - cas. 173 1964



projeto "Adeus Chiado", um objecto de estrutura e forma  
Praça das Carmes - Aljube novo - cas. 173 1964



projeto "Adeus Chiado", um objecto de estrutura e forma  
Praça das Carmes - Aljube novo - cas. 173 1964

#### EXTRACTO DE MEMÓRIA DESCRITIVA

(...) Gostava de saber mostrar o Chiado de uma forma diferente. Subindo estes quatro pisos de escadas, o "utente" vai tendo uma percepção diferente da habitual do que é o Chiado, R. Garrett e, se me deixarem ir mais longe, do Castelo de S. Jorge. Enquanto me propõem um projecto que se intitula "Adeus Chiado", sugiro: não lhe digam adeus, não o abandonem, vejam sim de uma outra maneira. Por outro lado, e não negando a minha primeira intenção, transpondo essa abandono indesejado para estrutura ao dar-lhe uma forma que ascende para o infinito do céu. Quando as escadas se acabam é a própria arquitectura que continua o percurso. Com o objecto "escultórico" que acompanha o objecto arquitectónico em si pretendo enfatizar essa ascensão através dos tubos em diagonal.

De fora quero que os trasuantes sintam a presença de um outro objecto, não esquecendo o espaço envolvente. O colocar a ideia de janela em três pisos pertence afirmar a sua importância. Relembrar que elas estão sempre presentes "ritmando" o Chiado. É também este ritmo que tenciono enaltecer negando-o neste projecto. Três janelas que surgem em cada patamar obliquas à fachada. O parar, o espreitar, o olhar para o Chiado contactando-o de uma outra forma. Caso ganhe e esta estrutura seja construída, como me foi dito ser a intenção, peço desculpas ao poeta Camões pelo seu camuflamento temporário para a maioria das pessoas que por ali passarem. Porém, e como a fachada da estrutura que para ele está virada é uma fachada aberta marcada apenas por tubos, nunca, durante o percurso dentro do objecto, se perde o contacto com a estátua. (...)

PEDRO DIAS

EDITORIAL ESTAMPA - 1994

A palavra Gótico que serviu para designar depreciativamente os bárbaros que tinham invadido a Europa Ocidental e destruído a sacra e grande cultura do Império Romano, foi pela primeira vez apreciada como Arquitectura quando nos princípios do século XII, na igreja de Saint-Denis, nos arrabaldes de Paris, foi baptizada simplesmente de **arquitectura**



**moderna - opus modernum** pelo Abade Suger. A palavra **Gótico**, designação atribuída a Vasari, evoca ainda hoje imagens de uma escuridão lúgubre, tendo até inspirado alguma literatura de terror, mas na sua época áurea ninguém iria, porém, considerá-la "gótica". Esta designação ficou indelevelmente ligada à arte da Europa ocidental e setentrional desde o século XII até ao século XVI. Para se

compreender a singularidade da nova arquitectura que quebrou a tradição europeia e abrir uma nova via à arquitectura ocidental é preciso saber a forma como os seus criadores entenderam e utilizaram a luz e quais as razões que os levaram a escolher este elemento inapreensível e imaterial. O argumento mais óbvio seria de que a luz é fonte de toda a Beleza visual. Dionísio, o Aeropagita que fundou a Igreja de Saint-Denis, transformou este facto primordial em princípio teológico. Dionísio descreveu Deus como a luz absoluta e a luz como força criadora do Universo. O Gótico que evoluiu dolorosamente das paredes sólidas e das abóbadas cilíndricas do Românico para os novos efeitos de iluminação melodramáticos, soube criar espaços continuamente impregnados de uma luz maravilhosa que entra pelas janelas mais sagradas – palavras do Abade Suger, que ao mesmo tempo criou as marcas distintivas do Gótico – as abóbadas ogivais, que suportam o tecto arqueado sem necessidade de paredes pesadas, os três portais com decoração preciosamente esculpida e uma rosácea esplendorosa virada a oeste. Assim estava criada em 1124 as *opere francigena* (obra francesa) como sendo *opus modernum* (obras modernas). A luz que penetra através dos vitrais tornou-se num símbolo do "estilo gótico" nas construções erigidas na baixa Idade Média e um mito a atingir numa idade do Cristianismo em que o Deus está ainda longe e altíssimo. As construções portuguesas serão ainda e mais uma vez pesadas, seculares e tacanhas. Mas houve grandes e gloriosas excepções. A Arquitectura Gótica Portuguesa não pretende ser um inventário dos nossos edifícios ogivais e de vitrais por onde a lusa luz penetra, e retrata as obras eclesíásticas e as seculares. No caso português a importância das obras confunde-se, como se confundiu o poder e este ensaio valoriza todos os aspectos que conduziram à construção de determinado edifício, de modo a que se possa compreender o significado do avanço de mentalidades que caracterizou o

estabelecimento do gótico. O povoamento, o reconhecimento do território, a consolidação das dinastias. O ensaio estrutura-se na análise das várias comarcas de então como formas efectivas de caracterização dos aspectos locais e segundo as etapas fundamentais do nosso gótico: A arquitectura religiosa patrocinada pela nobreza e pelo clero; A expansão da arquitectura da Batalha; A lenta difusão do gótico flamejante. Depois refere-se ainda sobre a qualidade da Arquitectura Militar que foi mais Gótico que gótica. Compõe ainda o livro uma quantidade apreciável de desenhos técnicos e uma resenha fotográfica ilustrativa de alguns dos edifícios mais ilustrativos do gótico português. Trabalho interessante para o conhecimento de um gótico português que muito escassa e superficialmente conhecemos. Da mesma forma que é bom redescobrirmos os Dee-Lite em Deardrops in the Garden ou de novo os Recoil em Hidrology.

#### MANUAL DE APOIO À REABILITAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO BAIRRO ALTO

ANTÓNIO REIS CABRITA, JOSÉ AGUIAR,  
JOÃO APPLETON

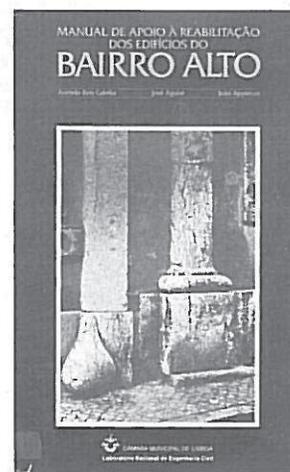
C.M.L./LNEC

O Bairro Alto, característico pelas variadíssimas vivências que ao longo do dia propõe para um vaim de turistas, de noctívagos, de peixeiras e prostitutas, de músicos, de idosos e garotos, comporta na sua malha original, originalíssimas para a Lisboa Quinhentista, é uma caixinha de surpresas numa cidade que, apesar dos esforços de integração urbanística e arquitectónica de novas construções, vive no presente situações híbridas sem verdadeiramente alcançar o futuro e parecendo esquecer o passado.

O "Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto" é um levantamento completo e muito pormenorizado do Bairro, com nove capítulos de estudo exaustivo, cada um com uma abordagem bastante detalhada e exaustiva.

Desde uma retrospectiva histórica do Bairro Alto passando pelos objectivos estratégicos da reabilitação, até ao levantamento minuciosamente rico das tipologias, problemas funcionais e construtivos (e também a explicação com alguns projectos de reabilitação) este livro é um documento de grande valor técnico e rigor arquitectónico, constituindo-se um bom objecto de estudo e consulta com outras situações de idêntica circunstância. Notória a colaboração do livro dos autores, que se pode constituir como um manual fundamental de consulta, consequente dos excelentes resultados conseguidos pela recolha local do material com que colaboraram o Manual.

E é também um livro fundamental para quem conhece o Bairro Alto só de noite.



TELHASOL



**TELHASOL:**  
rigor e tradição num telhado de grande qualidade

Lusoceram - Empreendimentos Cerâmicos, S.A.  
R. Castilho, 39 - 8º A/D - 1200 LISBOA - Tel.: (01) 386 43 06



Rua Óscar da Silva, 2243

Leça da Palmeira

Apartado 3107

4456 Matosinhos Codex

Portugal

Telefone (02) 9958110

Fax (02) 9953228

**DISTRIBUIDORES DE :**

**VITRA** cadeiras e mobiliário de escritório

**CITTERIO** armários e divisórias

**IREN UFFICI** mobiliário de escritório

**ARESLINE** cadeiras de escritório

**MECO** mobiliário de escritório

**REPRESENTAÇÃO EM LISBOA :**

**ARTEBRUTA**

Rua Voz do Operário, 44

1100 Lisboa

Portugal

Telefone (01) 8883125/8880442

Fax (02) 9953228

**CITTERIO** armários e divisórias

**IREN UFFICI** mobiliário de escritório

**ARESLINE** cadeiras de escritório

**MECO** mobiliário de escritório



Iren**Uffici** BOTTICELLI mobiliário direccional

PHOTO A. VITÓRIA / FOTOPRESS & ASSOCIADOS



# ERGA BARREIRAS CONTRA O RISCO

A segurança no trabalho protege apenas os  
Garante também a  
de quem espera por eles  
produtividade no



da construção não  
trabalhadores em obra.  
tranquilidade e o futuro  
em casa, garante maior  
trabalho, garante a  
qualidade da obra e a competitividade da empresa que a promove.

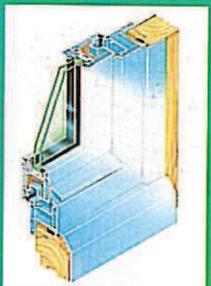
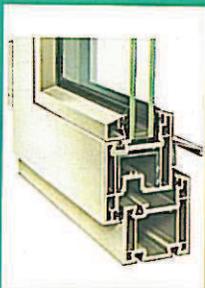


POR UM TRABALHO COM VIDA



Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho  
Comissão Técnica de Acompanhamento de Empresas: CMTPE - AICOPS - AICOPM - FEDERAÇÃO CONSTRUÇÃO: CCTP - SETACOP - SINDICATO CONSTRUÇÃO: ANCT

## Liberdade Criadora



DECEUNINCK. A geração de sistemas em P.V.C. de alta tecnologia para todos os estilos de construção e renovação. Sem limitações. Resistentes aos agentes atmosféricos e inalteráveis com o tempo, os perfis de carpintaria e decoração em P.V.C. DECEUNINCK adaptam-se perfeitamente seja qual for o seu nível de exigência profissional e criativa.



Peça agora mesmo a sua informação gratuita através deste cupão.

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Preencha este cupão em maiúsculas e remeta para Deceuninck Iberica

DECEUNINCK IBERICA S.A.  
AVENIDA DE LA INDUSTRIA, 25 - 28820 COSLADA (MADRID)  
PORTUGAL: APARTADO 14187 - 1000 LISBOA

TEL: (1)6731723 FAX: (1)6731867  
TEL: (01)2972472 FAX: (01)2973196

**deceuninck**





## PAINÉIS REBATÍVEIS HUPPE FORM

Tendo em conta a falta de espaço apresentamos-lhe a divisória ideal para a programação do seu espaço e seu aumento de rentabilidade. A Huppe Form tem aperfeiçoado as suas divisórias com a experiência adquirida ao longo das últimas décadas (em 1989 celebrou 100 anos de actividade). Além de ser a pioneira neste tipo de trabalhos, é quem consegue melhores resultados, satisfazendo as exigências de todos os seus clientes, tem uma grande capacidade de obtenção de soluções económicas e simultaneamente, grande liberdade criativa permitindo, assim, a resolução perfeita para a alteração de áreas em hotéis, edifícios comerciais, salas de congressos... quer em construções novas, quer em remodelações já existentes.

Não existem limites para os efeitos arquitectónicos que podem ser conseguidos utilizando divisórias amovíveis Huppe Form.



Rua Maestro Pedro Freitas Branco, N.º 25 - 1200 LISBOA • Tel.: \* 396 16 68/ 396 92 65 - Fax: 397 71 51

## VENTILAÇÃO TÉRMICA FÉRIA

ÚNICO SISTEMA CONFORME O ART.º 17.º DO R.G.E.U. ATÉ HOJE  
APROVADO PELO L.N.E.C. PROCESSO LNEC-84/1/4798

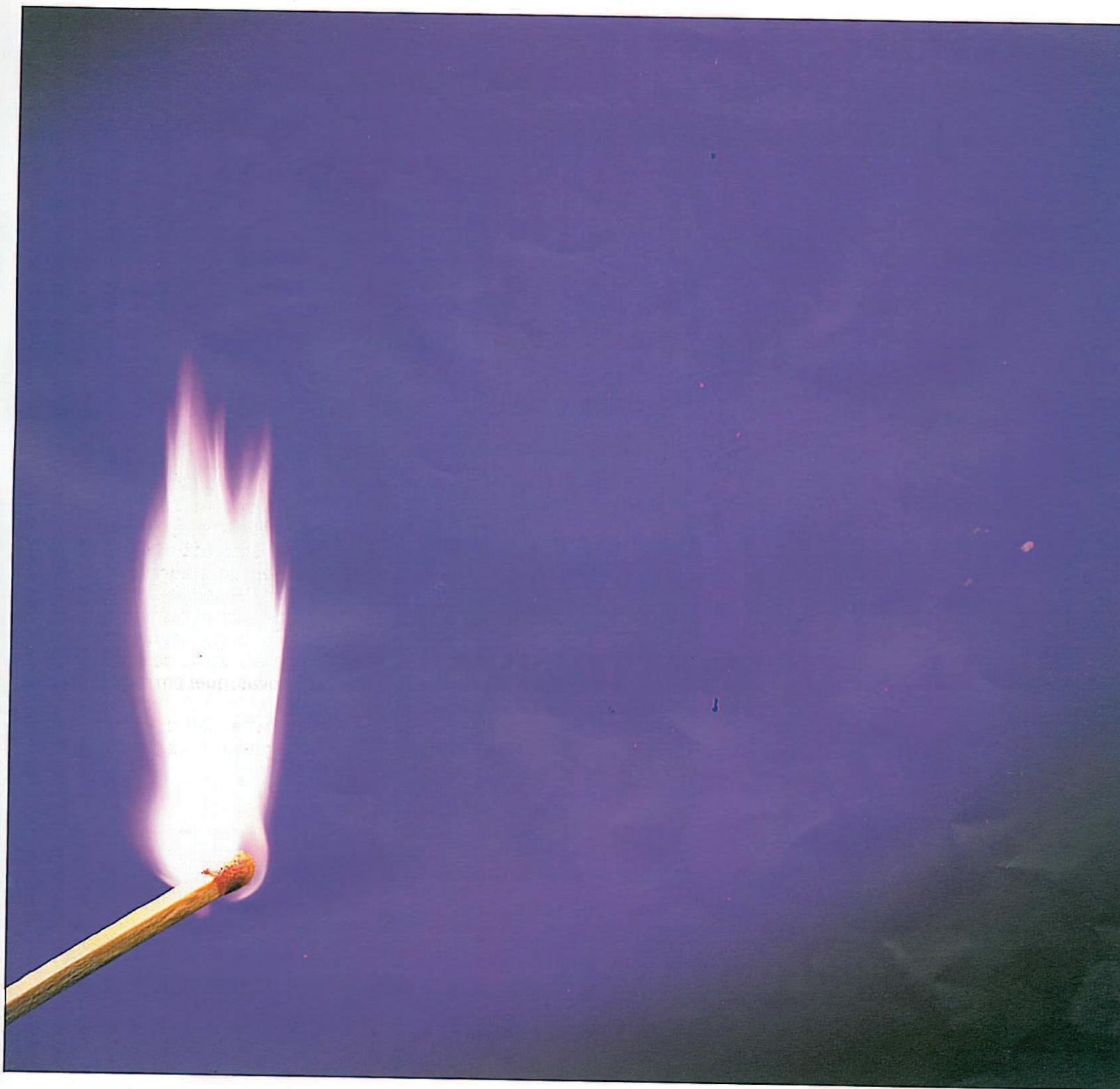
E AGORA E PARA O FUTURO JÁ ESTÁ A OFERECER POR ADIÇÃO TECNOLÓGICA MAIS OPÇÕES NOMEADAMENTE A CONJUGAÇÃO DO SISTEMA DE VENTILAÇÃO TÉRMICA EÓLICA COM A EXTRAÇÃO MECÂNICA: ADMISSÃO DE AR NOVO E EVACUAÇÃO DE FUMOS E AR VICIADO POR AREJADORES E EXTRACTORES AUTO-REGULÁVEIS



FÉRIA & FÉRIA - TEL. (01) 849 47 34 / 09



JÁ ESTAMOS A ENVIAR AOS SRS. ARQUITECTOS E ENGENHEIROS CIVIS TODA A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE



## Prefere os incêndios aos aquecedores?

De facto, as fogueiras não são a melhor forma de aquecer uma casa. Mas, o importante é que, no caso de um acidente, a casa não se reduza a um punhado de cinzas e escombros.

Para isso, os materiais a que recorre na sua construção devem resistir ao fogo e ao calor que se propaga. Os grânulos arredondados de argila expandida Leca são isentos de materiais orgânicos, sendo classificados não combustíveis quan-



to à sua reacção ao fogo. A sua incorporação em argamassas de revestimento permite reduzir a espessura equivalente de betão, mantendo a resistência ao fogo exigida aos elementos a proteger.

De grande polivalência, Leca produz-se em diferentes granulometrias, aplicando-se facilmente em isolamentos, enchimentos, pré-fabricados e betões leves.

Em qualquer construção.

LECA EM SACO OU A GRANEL • BLOCOS • ABOBADILHAS • FUNJIBLOCOS.

Se deseja obter mais informações sobre os produtos da Leca Portugal, contacte-nos pelo telefone 036-621160 ou fax 036-621166

# Prefabricados na Arquitectura

Permitem melhorar a relação tempo - qualidade - preço, como acontece em quase toda a Europa e U.S.A.

## Estrutura e edificação prefabricada

A prefabricação total de alta qualidade é a próxima meta desta década. A sua utilização, é aplicável, tanto na fase de estrutura (pilares, lajes, etc), como na resolução final e completa de edifícios para habitação.



VERSÁTEIS  
COMPETITIVOS  
RÁPIDOS  
E COM FUTURO

## Fachadas prefabricadas em betão

O betão arquitectónico com inertes seleccionados (marmore ou granito) com granulometria continua e cores naturais, permite fazer todo o tipo de painéis, no respeitante à geometria e desenho, tendo como limite somente a descolagem, oferecendo uma ampla variedade criativa ao Arquitecto do Projecto.



## Fachadas prefabricadas com pedra natural

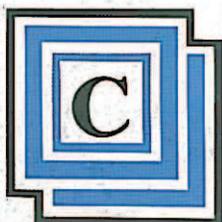
O sistema exclusivo de fixação da pedra natural ao prefabricado de betão, permite grandes dimensões e espessuras das peças de granito, impensáveis na colocação tradicional, conseguidas com a colaboração de profissionais de arquitectura e da pedra.



**PETROPAN** S.A.  
PREFABRICADOS NA ARQUITECTURA  
UMA EMPRESA DO GRUPO JOTSA

Fabrica: Camino de Rejas s/n 28820 Madrid (España).  
Tel. (00341) 7474652. Fax. 7476803.

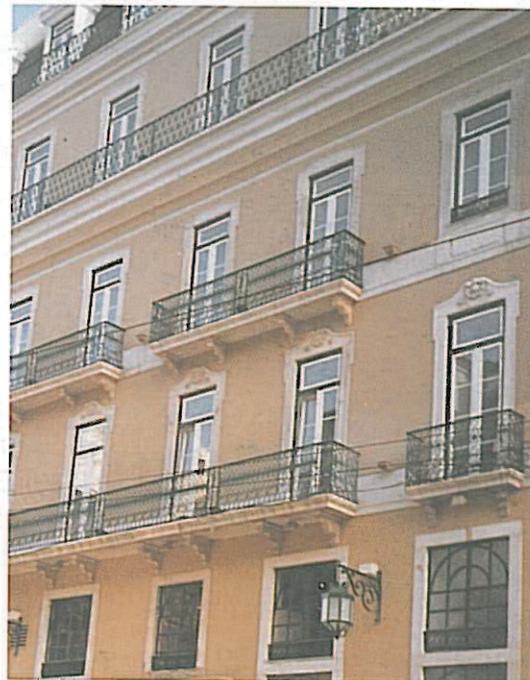
Comercialização em Portugal através de: JOTSA, SA.  
Rua Filipe Folque nº 17 R/C Dto.  
Tel. 3526823/4. Fax. 577982



## CAIXIPLÁS

CAIXILHARIAS ISOLANTES, LDA.

A GARANTIA DA QUALIDADE NA RENOVAÇÃO ...  
... DO CHIADO



A ESTRELA EM CAIXILHARIA P.V.C.

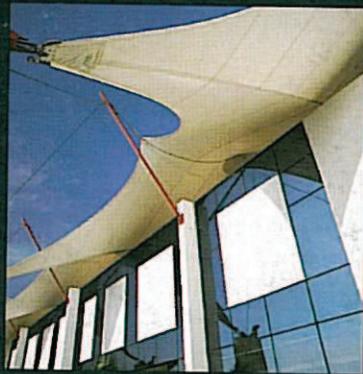
Departamento Comercial e Inst. Industriais:  
Alto do Outeiro — 2775 PAREDE  
TRAJOUCE  
Telefones: (01) 444 43 37/444 55 56/ 5506

A beleza da fachada  
é o reflexo da alta tecnologia

Projectista: Arq. Júlio Neuparth



*Centro de Congressos de Vilamoura*



Na constante busca de soluções estética e tecnicamente perfeitas, a Technal propõe sistemas de fachadas adaptáveis a todos os tipos de edifícios. Quer se trate de uma renovação ou das arrojadas formas da arquitectura contemporânea, a flexibilidade e polivalência das fachadas MC, com uma expressão de 52 mm, V.E.C. Nuage ou a sua variante Reflet, garantem o escrupuloso respeito pelo projecto do arquitecto, ao mesmo tempo que

facilitam o trabalho de instalação. Como complemento da oferta, a Technal coloca à disposição dos técnicos do sector todo o seu Gabinete de Engenharia, por forma a garantir uma maior optimização dos produtos face à especificidade de cada obra. A segurança dos sistemas Technal é comprovada pelos ensaios efectuados em alguns dos mais importantes organismos oficiais europeus, que atribuíram à Technal francesa a certificação ISO 9001.

**TECHNAL**® 

*Nem todo o Alumínio é igual!*

# Mobiliário de Escritório de Alta Performance. Para uma melhor condução dos seus negócios.



Tampo em Madeira "POIRIER".

Design funcional.

Pré-instalação para sistemas elétricos e de comunicação.

Conforto total com regulação de apoio lombar.

Suspensões inteligentes reguláveis em altura.

Rodas adaptadas a solos rijos ou macios.

*Da exclusividade do Design à excelência dos materiais, as linhas de Mobiliário para Escritório SELDEX respondem por completo a todas as suas exigências. A perfeita habitabilidade - ergonomia e conforto - e a sofisticação técnica são características únicas que conferem à SELDEX uma posição de destaque quando se fala de equipamentos de grande nível. Por isso, ao escolher Seldex, não é de admirar que você obtenha as melhores prestações na condução dos seus negócios.*

**HAWORTH®**  
EUROPE

SELDEX - MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO • Queluz de Baixo - Tel. (01) 436 71 72 • Porto - Tel. (02) 200 14 24

**SELDEX**